

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS - PPGEL**

VICENTE CARLOS MATIAS JUNIOR

**LINGUAGEM INCLUSIVA NAS ESCOLAS: ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DE
ARGUMENTAÇÕES EM COMENTÁRIOS A VÍDEOS DO YOUTUBE**

**Uberlândia - MG
2025**

VICENTE CARLOS MATIAS JUNIOR

**LINGUAGEM INCLUSIVA NAS ESCOLAS: ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DE
ARGUMENTAÇÕES EM COMENTÁRIOS A VÍDEOS DO YOUTUBE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Mazzaro Vilar de Almeida.

Linha de Pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso.

UBERLÂNDIA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M433L Matias Junior, Vicente Carlos, 1999-
2025 Linguagem inclusiva nas escolas [recurso eletrônico] : análise
semiolinguística de argumentações em comentários a vídeos do YouTube
/ Vicente Carlos Matias Junior. - 2025.

Orientador: Daniel Mazzaro Vilar de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5127>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Almeida, Daniel Mazzaro Vilar de, 1983-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado - PPGEL				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:10	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12312ELI016				
Nome do Discente:	Vicente Carlos Matias Junior				
Título do Trabalho:	Linguagem inclusiva nas escolas: análises semiolinguística de argumentações em comentários a vídeos do youtube				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Bases de um estudo discursivo na perspectiva queer				

Reuniu-se, na sala 209, bloco U, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Venan Lucas de Oliveira Alencar - UNICENTRO; Mariana Rafaela Batista Silva Peixoto - UFU; Daniel Mazzaro Vilar de Almeida - UFU, orientador da Dissertação.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. Daniel Mazzaro Vilar de Almeida, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Venan Lucas de Oliveira Alencar, Usuário Externo**, em 12/03/2025, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mazzaro Vilar de Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/03/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rafaela Batista Silva Peixoto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/03/2025, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6164192** e o código CRC **5B4FE836**.

Dedico o fruto deste trabalho a todas as crianças LGBTQIAPN+, que, injustamente, pela intolerância e discriminação da sociedade, se sentem tristes e incapazes. Esta conquista é nossa. Dedico igualmente à arte, que sempre me acompanhou e inspirou ao longo dessa jornada, e à minha família, que me sustentou com amor e apoio incondicionais.

Agradecimentos

Não poderia concluir esta etapa sem expressar meus devidos agradecimentos. Este foi um período de intenso aprendizado, repleto de momentos felizes, mas também de períodos de angústia. Começo por me agradecer, por não ter desistido e por ter persistido neste belo trabalho. Gostaria, assim, de dedicar e agradecer a todas as pessoas e instituições que foram fundamentais para a realização desta dissertação.

Primeiramente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, que financiou meus estudos e possibilitou minha participação em congressos em lugares incríveis, proporcionando o aprendizado e o crescimento como pesquisador, além da oportunidade de trocar experiências com pesquisadores de todo o Brasil.

Agradeço também ao meu orientador, Daniel Mazzaro, por ter acreditado em mim desde a graduação, incentivando-me a seguir e mostrando que era possível. Sua orientação foi imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho e, sem dúvida, para o meu amadurecimento acadêmico.

À minha família, meu mais sincero agradecimento. Mãe, você sempre esteve ao meu lado, me apoiando e dando credibilidade às minhas decisões, dentro das suas possibilidades. Pablo, você sempre será meu exemplo de ser humano; obrigado por mostrar que o mundo acadêmico é, de fato, para quem quiser. Samira, minha pequena, você é a alegria da minha vida, e sou imensamente grato por sua presença constante ao meu lado. Vocês são minha motivação diária.

Às minhas amigas, que estiveram comigo desde a graduação até o mestrado, e sei que estarão até o fim da minha caminhada. Cada uma de vocês teve um papel fundamental no meu crescimento acadêmico e pessoal, e nossos encontros e conversas foram como combustível para que eu seguisse firme em diversos momentos.

À UFU, que ganhou meu coração desde o primeiro dia em que pisei no Bloco 50, durante a visita à minha amiga Taís, e onde tive a certeza de que ali era o lugar onde eu queria estar.

Aos professores do ILEEL, que contribuíram na minha formação acadêmica e que fazem parte da minha construção como pesquisador. Suas orientações e ensinamentos foram essenciais para a realização deste trabalho.

À comunidade LGBTQIAPN+, especialmente às crianças, que, infelizmente, ainda vivenciam o pior da sociedade. Que elas se encontrem, se conheçam, se amem e realizem todos os seus sonhos.

Por fim, à Arte, que me levantou nos momentos de maior angústia. Por meio da música, da pintura, dos filmes e de tantas outras formas, encontrei sentido para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desmotivadores.

A todos vocês, meu profundo e sincero agradecimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de projetos de leis que visam a proibição da Linguagem Inclusiva no Brasil.....	36
Figura 2 - Comentário argumentativo	45
Figura 3 - Construção argumentativa 1.....	50
Figura 4 - Construção argumentativa 2.....	52
Figura 5 - Construção argumentativa 3	57
Figura 6 - Estruturação de um comentário, segundo Bolívar	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos textuais segundo Werlich (1973)	43
Tabela 2 - Comentários produzidos no Brasil e na Argentina	80
Tabela 3 - Comentários produzidos no Brasil e na Argentina e suas subcategorias	87

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar as produções argumentativas nos comentários de dois vídeos disponíveis em canais de informação no YouTube. Com a discussão sobre a proibição ou aceitação da Linguagem Inclusiva na atualidade, os vídeos selecionados abordam a proibição legal dessa linguagem nas escolas, especificamente a proibição nas escolas de Buenos Aires, Argentina, e a decisão de constitucionalidade do STF sobre uma lei que visava a proibição nas escolas de Roraima, Brasil. Ao focar nas argumentações produzidas, este estudo analisa as estratégias discursivas que ultrapassam as estruturas das frases, representando um mundo interativo entre sujeitos com responsabilidades sociocomunicativas. Esse processo envolve diversas expectativas nas trocas verbais, como a adesão ou não às normas linguísticas e culturais. Para tanto, serão utilizados como arcabouços teóricos e metodológicos a Semiolinguística e os estudos da Argumentação no Discurso. O trabalho buscará analisar as formulações dos comentários a partir de suas categorias, meios de produção e visadas argumentativas, com foco na intenção de convencimento. A proposta é entender esses aspectos com o intuito de identificar as finalidades dos sujeitos enunciadores no discurso, reconhecendo suas intenções além da mensagem transmitida. Ao compreender os mecanismos dos comentários, será possível mobilizá-los em nossos próprios argumentos. Além disso, a escolha temática dos vídeos está relacionada à comunidade LGBTQIAPN+, visando possibilitar uma reflexão social acerca da pertinência do tema em relação a esse grupo social.

Palavras-chave: Comentário de vídeo; Linguagem Inclusiva; Semiolinguística; Argumentação.

RESUMEN

El objetivo general de este trabajo es analizar las producciones argumentativas en los comentarios de dos videos disponibles en canales de información en YouTube. Con la discusión sobre la prohibición o aceptación del Lenguaje Inclusivo en la actualidad, los videos seleccionados abordan la prohibición legal de este lenguaje en las escuelas, específicamente la prohibición en las escuelas de Buenos Aires, Argentina, y la decisión de inconstitucionalidad del STF sobre una ley que buscaba la prohibición en las escuelas de Roraima, Brasil. Al enfocarse en las argumentaciones producidas, este estudio analiza las estrategias discursivas que van más allá de las estructuras de las frases, representando un mundo interactivo entre sujetos con responsabilidades sociocomunicativas. Este proceso involucra diversas expectativas en los intercambios verbales, como la adhesión o no a las normas lingüísticas y culturales. Para ello, se utilizarán como marcos teóricos y metodológicos la Semiología y los estudios de la Argumentación en el Discurso. El trabajo buscará analizar las formulaciones de los comentarios a partir de sus categorías, medios de producción y enfoques argumentativos, con énfasis en la intención de persuasión. La propuesta es entender estos aspectos con el fin de identificar las finalidades de los sujetos enunciadores en el discurso, reconociendo sus intenciones más allá del mensaje transmitido. Al comprender los mecanismos de los comentarios, será posible movilizarlos en nuestros propios argumentos. Además, la elección temática de los videos está relacionada con la comunidad LGBTQIAPN+, con el objetivo de posibilitar una reflexión social sobre la pertinencia del tema en relación con este grupo social.

Palabras clave: Comentario de video; Lenguaje Inclusivo; Semiología; Argumentación.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 - ESTADO DA ARTE SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA E UM BREVE HISTÓRICO LEGAL SOBRE ELA NO BRASIL E NA ARGENTINA.

1.1 As relações entre língua/linguagem e sociedade	20
1.2 O que chamam de Linguagem Inclusiva?	28
1.3 Enquadres políticos da Linguagem Inclusiva	31
1.3.1 Um panorama da Linguagem Inclusiva no Brasil	33
1.3.2 Um panorama da Linguagem Inclusiva na Argentina	38
1.4 Epílogo	41

CAPÍTULO 2: TÓPICOS EM ARGUMENTAÇÃO: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS NA ANÁLISE DO DISCURSO

2.1- Panorama dos conceitos de argumentação	43
2.2- Argumentação na análise Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau	48
2.2.1- Breves considerações sobre a Análise Semiolinguística do Discurso	48
2.2.2- Argumentação enquanto modo de organização do discurso	51
2.3- Argumentação na Análise Argumentativa do Discurso, de Ruth Amossy	54
2.3.1- Breves considerações sobre a Análise Argumentativa do Discurso	54
2.3.2- A teoria da Argumentação no Discurso	57
2.4 - Epílogo	61

CAPÍTULO 3 - COMENTÁRIO DIGITAL: DEFINIÇÕES E CONTEXTOS

3.1 - Percurso do conceito de gênero discursivo/gênero do discurso em Bakhtin e Charaudeau	62
3.2 - Comentários digitais enquanto gênero discursivo	69
3.3 - Formação do <i>corpus</i> de análise	76
3.4 - Epílogo	84

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE ARGUMENTATIVA DOS COMENTÁRIOS DIGITAIS: UMA ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA

4.1 Estrutura argumentativa e categorias analíticas	86
4.2 Análise argumentativa dos comentários por subcategorias	92
4.2.1 Argumentação focada na dificuldade da língua portuguesa	92
4.2.2 Argumentação focada na defesa da gramática normativa do português ..	93
4.2.3 Argumentação focada em questões prioritárias, excluindo a Linguagem Inclusiva dessas prioridades no Brasil	95
4.2.4 Argumentação focada na beleza da língua portuguesa	96
4.2.5 Argumentação focada na dificuldade da língua espanhola	97
4.2.6 Argumentação focada na defesa da gramática normativa do espanhol....	98
4.2.7 Argumentação focada em questões prioritárias, excluindo a Linguagem Inclusiva dessas prioridades na Argentina	99
4.2.8 Argumentação focada na insatisfação da existência da Linguagem Inclusiva na Argentina	100
4.3 Epílogo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a finalidade de analisar semiolinguisticamente as argumentações presentes em comentários de dois vídeos disponíveis no YouTube, que estão vinculados à proibição da Linguagem Inclusiva em escolas do Brasil e da Argentina, para assim compreender as modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação lingüísticas. Para alcançar esse objetivo, adotaremos as perspectivas teóricas de Charaudeau, com a Teoria Semiolinguística, e Ruth Amossy, com a Teoria da Argumentação. Os objetivos específicos desta pesquisa incluem: apresentar um estado da arte sobre Linguagem Inclusiva e um breve histórico legal sobre ela no Brasil e na Argentina; definir o conceito de argumentação a partir da Análise Semiolinguística do Discurso (ASD) e Análise da Argumentação no Discurso (AAD); descrever semiolinguisticamente o gênero discursivo "comentários digitais" e categorizar os comentários dos dois vídeos vinculados à proibição da Linguagem Inclusiva nas escolas; e, por fim, analisar semiolinguisticamente os comentários produzidos nos dois países.

Para fins organizacionais e de clareza, justifico a escolha do termo "Linguagem Inclusiva" em substituição ao termo "Linguagem Neutra" na redação deste trabalho. O termo "Linguagem Neutra" é essencialmente ambíguo, pois o termo "neutro" pode sugerir a ideia de não tomar partido ou permanecer imparcial. Na linguística, "neutro" está associado ao conceito de neutralização, que se refere à ausência de contraste entre dois elementos (Freitag, 2024, p. 8).

Portanto, a partir da leitura do livro “Não Existe Linguagem Neutra”, ao ser destacado a inexistência de neutralidade na chamada “Linguagem Neutra”, passamos a utilizar nesta pesquisa o termo Linguagem Inclusiva, pois, como ressalta Freitag (2024), as pessoas não são neutras; elas expressam sua identidade e pertencimento a um grupo ao falar, sendo assim, o uso da linguagem sempre reflete uma indexação social.

Para além do termo que será utilizado na pesquisa, é possível compreender o porquê da utilização do termo “Lenguaje Inclusivo” na Argentina de maneira mais abrangente, já que o uso coordenado de formas em alternativa a uma forma de suposta neutralidade (como é o masculino genérico) dá contornos de inclusão, e não de neutralidade. Por isso, aqui, acreditamos em uma linguagem que inclua, não que neutralize e, muito menos, exclua.

Embora os vídeos estejam relacionados à proibição da Linguagem Inclusiva nas escolas, é importante ressaltar que o vídeo produzido no Brasil e na Argentina possuem focos diferentes. No vídeo brasileiro há uma apresentação da lei que julgou inconstitucional a

tentativa de proibição. Porém, no que diz respeito ao vídeo produzido na Argentina, o conteúdo do vídeo tem o foco na lei que conseguiu a proibição na cidade de Buenos Aires.

A respeito dos vídeos, primeiramente, publicado pelo canal de notícias brasileiro UOL, com 3 milhões e 63 mil inscritos, selecionamos o vídeo intitulado “Linguagem neutra: Preservação da língua portuguesa tem de ser prioridade em debate, diz Josias¹”, publicado no dia dez de fevereiro de 2023, com cerca de 125 mil visualizações e um total de 632 comentários, até o dia 19 de setembro de 2023. Na sequência, selecionamos o vídeo publicado pelo canal *LA NACION*, com 2 milhões inscritos, intitulado “*Larreta regula el uso del lenguaje inclusivo en las escuelas porteñas*²”, publicado no dia dez de junho de 2022, possuindo por volta de 4 mil visualizações com 211 comentários relacionados ao vídeo, até o dia 19 de setembro de 2023.

No caso do vídeo brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) - órgão máximo do poder Judiciário - declarou inconstitucional uma lei do Estado de Rondônia, Lei 5.123/2021, que proíbe a denominada Linguagem Inclusiva em instituições de ensino e editais de concursos públicos. Por unanimidade, a Corte entendeu que a norma viola a competência legislativa da União para editar normas gerais sobre diretrizes e bases da educação. O tema do vídeo é o resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7019, julgada na sessão virtual do Plenário que se encerrou às 23h59 do dia 10 de janeiro de 2023.

O vídeo é parte de um programa jornalístico que destaca a posição crítica de Josias de Souza, colunista do canal, sobre o tema. No início, os apresentadores contextualizam o debate sobre a crescente inserção da Linguagem Inclusiva nas discussões sociais, políticas e educacionais no Brasil. Josias defende que a preservação das regras gramaticais tradicionais deve ser priorizada, afirmando que, embora a inclusão seja um objetivo legítimo, a Linguagem Inclusiva poderia comprometer a estrutura formal da língua e gerar confusões, especialmente no ambiente escolar.

Josias também critica a tentativa de institucionalização da Linguagem Inclusiva por meio de políticas públicas e diretrizes educacionais, alegando que tais iniciativas, em vez de promoverem inclusão, podem afastar os falantes da norma culta e dificultar a aprendizagem, especialmente em um país com desafios estruturais no sistema educacional. Esse vídeo, assim como o argentino, adota o formato de telejornal, com Josias participando remotamente

¹ Link do vídeo no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=H2CKSRkis40&t=1s>

² Link do vídeo no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=X3ewUDMr7nI&t=19s>

enquanto os apresentadores estão no estúdio. Durante sua fala, trechos das afirmações de Josias são exibidos na parte inferior da tela, destacando suas principais ideias.

Na Argentina, no dia 10 de junho de 2022, foi emitido o *Boletín Oficial de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires - Nro 6395*, no qual foi publicada uma resolução que interfere na rotina das escolas da cidade, a saber, que os professores das escolas da cidade deveriam lecionar de acordo com as regras da língua, suas normas gramaticais e as diretrizes oficiais para seu ensino. Na prática, está proibido o uso da Linguagem Inclusiva e não podem mais ser adotadas o que a decisão chama de "supostas marcas de gênero inclusivo".

Durante o vídeo, é exibido um trecho do pronunciamento de Larreta, no qual ele reforça que a decisão é respaldada por evidências que demonstram a importância de priorizar as normas linguísticas tradicionais nas escolas. O discurso é apresentado como uma tentativa de reforçar a neutralidade pedagógica e de assegurar o aprendizado das regras gramaticais essenciais, sem interferir em outros contextos sociais. O vídeo também aborda as reações geradas pela medida, com defensores da regulamentação argumentando que a aplicação das normas tradicionais ajuda a evitar confusões que poderiam prejudicar o desenvolvimento dos alunos. Em contrapartida, as críticas apontam que a medida desconsidera a importância da Linguagem Inclusiva como ferramenta de representatividade e inclusão social, gerando opiniões variadas na sociedade argentina. O vídeo combina elementos de programas jornalísticos, como cortes rápidos entre os apresentadores no estúdio e trechos ao vivo da declaração, além de exibir frases centrais do discurso de Larreta na parte inferior da tela.

Ambos os vídeos, embora discutam a questão da Linguagem Inclusiva em contextos distintos – um na Argentina e o outro no Brasil – compartilham elementos comuns que refletem o amplo debate sobre o tema. Nos dois casos, os protagonistas (Josias de Souza e Horacio Rodríguez Larreta) defendem a preservação das normas linguísticas tradicionais e expressam preocupações sobre o impacto da Linguagem Inclusiva no processo educacional. Ambos argumentam que o uso de formas não normativas pode gerar confusão e prejudicar o aprendizado, especialmente nas escolas. Além disso, tanto Larreta quanto Josias posicionam-se contra a institucionalização da Linguagem Inclusiva, seja por meio de políticas públicas ou regulamentações educacionais. Em ambos os vídeos, o posicionamento é contra a incorporação da Linguagem Inclusiva no currículo escolar, e as argumentações se baseiam na ideia de que a prioridade deve ser o ensino das normas linguísticas estabelecidas.

Observa-se, então, uma tentativa de apagamento da Linguagem Inclusiva. Essa resistência, porém, pode revelar uma resistência mais profunda a transformações sociais mais amplas, como a visibilidade de pessoas transgêneras, não binárias e outras identidades de

gênero não hegemônicas, cujas necessidades de representação são tidas como marginais ou desnecessárias por certos setores da sociedade. Dessa forma, compreender os procedimentos argumentativos e retóricos utilizados pelos sujeitos enunciadores dos comentários é uma maneira de capturarmos a complexidade dessas interações discursivas.

As explicações anteriores sobre os vídeos servirão como base para compreendermos a motivação por trás dos comentários que serão analisados no Capítulo 4. Logo, destacamos que o objetivo central deste trabalho é realizar uma análise argumentativa dos comentários feitos nos vídeos, buscando entender os pressupostos e as perspectivas que emergem dessas interações. A partir dessa análise, pretendemos revelar não apenas as opiniões expressas, mas também as influências culturais, sociais e ideológicas que moldam tais discursos, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas linguísticas e sociais em jogo.

No entanto, em que fundamentos se baseiam as justificativas apresentadas tanto pelas leis quanto pela sociedade? Teriam os proponentes dessa exclusão um conhecimento consciente sobre o surgimento e a utilização dessa linguagem?

As pessoas têm uma consciência sobre como a língua funciona, talvez a mais conhecida seja a consciência fonológica (que emerge no momento da alfabetização, com a percepção de que as palavras são formadas por sons e esses sons podem combinar entre si), mas outros tipos de consciência podem ser evocados, como a morfológica (as palavras são formadas por pedaços menores que têm significado e que segue padrões) e sociolinguística (os diferentes falares, os diferentes sotaques e seus significados sociais, de origem e grupo). Ter consciência não é o mesmo que ter conhecimento consciente. (Freitag, 2024, pg. 19)

Ao destacar que a consciência sobre a língua não implica necessariamente um conhecimento consciente e aprofundado de suas particularidades, compreende-se por que algumas pessoas fazem comentários sobre a linguagem sem possuir um entendimento mais aprofundado do tema. No Capítulo 4, onde serão analisados os comentários de forma argumentativa, ficará evidente que muitas observações foram feitas sem qualquer justificativa plausível ou aprofundada sobre o assunto. Por exemplo, alguém pode estar ciente de que diferentes sotaques ou formas de falar existem e possuem significados sociais, mas pode não compreender plenamente os fatores históricos, culturais e sociais que moldam essas variações linguísticas. Assim, alguns comentários podem refletir apenas uma percepção superficial, sem o embasamento de um conhecimento consciente e crítico. Em outras palavras, há uma percepção intuitiva, sem uma compreensão detalhada e reflexiva, o que pode levar a julgamentos ou observações que não levam em conta a complexidade real da linguagem.

Diante dessa compreensão, percebemos como as normas linguísticas dominantes se consolidam e influenciam o julgamento sobre o uso da linguagem. A falta de um conhecimento consciente sobre a língua leva a uma aceitação superficial das regras estabelecidas, sem questionamento sobre suas origens e implicações sociais. Nesse contexto, o valor atribuído a determinadas regras linguísticas está intimamente ligado à posição social das pessoas que as utilizam e ao poder que essas normas exercem na sociedade. Como explica Freitag (2024):

O valor de uma regra resulta de uma associação entre os perfis das pessoas na sociedade atual que a usam: regras mais bem avaliadas, como juízos de valor positivo, são associadas ao perfil de pessoas com maior escolarização, acesso a bens de consumo e de cultura, constituindo o que se denomina “norma culta”. Mesmo que estatisticamente esse perfil de pessoas seja minoritário, a regra se torna hegemônica, apoiada em instrumentos normativos. (Freitag, 2024, pg. 21)

Essa reflexão nos leva a considerar como as normas hegemônicas, estabelecidas e reforçadas por alguns grupos sociais, podem limitar a diversidade linguística e a inclusão. No entanto, o debate sobre linguagem não se restringe apenas às regras estabelecidas, mas também abrange a luta por reconhecimento e representação de identidades diversas. Nesse sentido, a discussão sobre a Linguagem Inclusiva e as alterações morfológicas de gênero reflete uma tentativa de desafiar essas normas e ampliar o espaço de visibilidade para todas as identidades.

Entretanto, uma questão inquietante se impõe: se os professores — especialmente aqueles que atuam nos estudos da Linguística Queer — detêm, em geral, maior escolarização e acesso a bens de consumo e de cultura, por que suas regras, opiniões e avaliações sobre o tema são frequentemente rechaçadas, ridicularizadas ou descredibilizadas? Muitos fatores estão em jogo. Com a ascensão das mídias digitais, indivíduos com pouca ou nenhuma escolarização formal (considerando-se essa como uma métrica de autoridade), mas com amplo acesso a bens de consumo e visibilidade (métrica vinculada ao capital), acabam por conquistar maior credibilidade argumentativa do que docentes e pesquisadores. Esse cenário evidencia tensões profundas entre o saber acadêmico, o poder simbólico e a legitimação social dos discursos, sobretudo quando se trata das disputas em torno da linguagem e da identidade.

Silvia Cavalcante (2022), no livro “Linguagem ‘Neutra’: língua e gênero em debate”, ressalta que a alteração consciente na morfologia de gênero e no paradigma pronominal é motivada por questões identitárias: por uma manifestação que inclua não só homens e mulheres, mas também pessoas não binárias. A discussão se assenta no questionamento do gênero masculino considerado genérico: A noção de masculino genérico, presente em línguas latinas como português, espanhol, italiano e francês, é o que nos faz recorrer à concordância

gramatical no masculino para expressarmos algo que se refere a um grupo de pessoas cujo sexo se desconhece ou a um grupo formado por homens e mulheres.

A apreensão das regras se dá pela observação dos fatos no contexto de uso da língua por meio das lentes sociais que cada pessoa constitui com base nas suas experiências.

No entanto, para entender o funcionamento da Linguagem Inclusiva, pensamos em seu surgimento de acordo com o desenvolvimento e necessidades da língua. A língua está em constante atividade, em sua utilização há diversos fatores que possibilitam uma interação social baseada nos interesses e vivências dos sujeitos que dialogam. Seria, então, a Linguagem Inclusiva uma necessidade de determinados grupos se sentirem inseridos no contexto social? Muitas questões podem ser levantadas sobre essa linguagem, no entanto, uma coisa é certa: se há proibição é porque já está em circulação, e se está em circulação é porque faz parte do contexto social e das necessidades linguísticas das pessoas que a utilizam. Por isso, é uma temática para discussão em diversos campos do conhecimento, e entender determinadas perspectivas sobre a Linguagem Inclusiva nos possibilita melhores resultados na análise das construções argumentativas que serão exploradas no Capítulo 4, já que os comentários foram retirados de vídeos relacionados a este tema e o *corpus* de análise são os comentários.

Para isso, a conexão à Análise do Discurso (doravante AD), em articulação aos estudos discursivos de Patrick Charaudeau, com a Semiolinguística, é primordial para o entendimento do funcionamento discursivo na sociedade, já que a Semiolinguística, com a captação do social e psicossocial, foca não somente no discurso apresentado em palavras (ditas ou escritas), como também no contexto em que ele foi pensado e compartilhado.

A AD se dedica a compreender como o discurso opera em contextos específicos, especialmente por meio de sua dimensão argumentativa. Não se trata apenas de persuadir o público a concordar com uma ideia específica. Amossy (2011), baseada em Benveniste, destaca que toda interação verbal é marcada por uma troca de influências e pela tentativa, consciente ou não, de influenciar o outro por meio da fala. Isso sublinha o discurso como uma forma de ação, uma visão compartilhada pelas correntes pragmáticas, que veem a fala como um ato, e pelas teorias interacionistas, que ressaltam a interação contínua entre os participantes, exercendo influências uns sobre os outros.

Portanto, no âmbito social, uma pesquisa com foco em comentários se justifica pela crescente importância das plataformas digitais como espaços de interação, troca de informações e formação de opiniões. Comentários em redes sociais, sites de notícias e fóruns online se tornaram meios significativos para a expressão pública de ideias, opiniões e

experiências. A disseminação de informações, a interação entre os usuários e a construção de narrativas nessas plataformas, frequentemente carregam implicações sociais que possibilitam investigações.

Além disso, a escolha da temática se concretizou por se tratar de uma polêmica³ atual diretamente relacionada à comunidade LGBTQIAPN+, o que reverbera nos estudos desenvolvidos com base na Teoria Queer. A decisão também se alinha à minha formação acadêmica na área de Letras – Espanhol e atuação como docente de Língua Espanhola no Ensino Fundamental. Nesse contexto, tem-se observado a presença, ainda que de forma indireta e por vezes em tom de brincadeira, dessa discussão nos ambientes escolares em que estou inserido. Soma-se a isso o contraste linguístico e cultural entre os idiomas português e espanhol, aspecto que contribui significativamente para a análise proposta. Por fim, a atuação docente ocorre em um setor institucional semelhante àqueles retratados nos dois vídeos selecionados para a pesquisa, o que reforça a pertinência e relevância da temática abordada. Por isso, buscamos vídeos que tivessem o foco na proibição da utilização da Linguagem Inclusiva em ambientes escolares do Brasil e da Argentina. Encontramos, em meados de abril de 2023, o vídeo no YouTube do portal UOL sobre a votação do STF. Ainda nesse mês, encontramos o vídeo no canal do YouTube do jornal argentino *La Nación* a respeito do caso de Buenos Aires.

Os canais em que os vídeos foram publicados possuem grande visibilidade em seus respectivos países e apresentam um público ativo nas visualizações e comentários, desta maneira, utilizá-los como base na análise das argumentações é uma possibilidade de verificar discursos atuais em circulação na sociedade. Nossos objetivos são verificar as produções argumentativas que foram enunciadas e suas funções nos discursos, trazendo novas perspectivas de estudos para a Linguagem Inclusiva e AD, especificamente a Análise Semiolinguística do Discurso (ASD) e a Análise da Argumentação no Discurso (AAD).

Por fim, o Capítulo 1 oferece um panorama breve do funcionamento da Linguagem Inclusiva no Brasil e na Argentina. Destaca-se a apresentação de leis relacionadas à Linguagem Inclusiva, já que é com foco no legislativo que são produzidos os dois vídeos que compõem o *corpus* desta pesquisa. No Capítulo 2 exploramos a Teoria Semiolinguística e a Teoria da Argumentação, no Capítulo 3 focamos no gênero comentário, por ser o *corpus* de análise da dissertação e na categorização para seleção dos comentários de análise, assim, finalizamos o

³ De acordo com Amossy (2017), a polêmica aparece como uma reação a uma tomada de posição, sobre a qual existe um desacordo, num contexto passional e através de propósitos hiperbólicos; de modo geral, é um discurso de dissenso não argumentativo e coercitivo, marcado pela violência e pela paixão.

Capítulo 4 com a análise semiolinguística baseada nos levantamentos teóricos explorados no decorrer da produção desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - ESTADO DA ARTE SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA E UM BREVE HISTÓRICO LEGAL SOBRE ELA NO BRASIL E NA ARGENTINA.

1.1 As relações entre língua/linguagem e sociedade

A presente pesquisa, que possui o foco na análise argumentativa de comentários, parte da análise da discussão sobre a utilização e proibição da Linguagem Inclusiva nos contextos do Brasil e da Argentina. Como os comentários foram retirados de vídeos publicados nesses dois países, e a temática da Linguagem Inclusiva influencia diretamente a forma como as pessoas se expressam, é essencial compreender como essa discussão se conduz nas respectivas sociedades. Para isso, o estudo investigará artigos, textos e notícias relacionados, com o objetivo de contextualizar e entender os debates sobre a Linguagem Inclusiva nos dois países.

Para dar início à pesquisa, é imprescindível, neste primeiro momento, situar o conceito de Linguagem Inclusiva em seu devido contexto. Dessa maneira, construiremos uma fundamentação que possa sustentar e orientar os estudos que prosseguirão, tornando-a, assim, a temática central deste primeiro capítulo. Ao contextualizarmos o conceito de Linguagem Inclusiva, além de delinearmos os contornos e os alcances desse fenômeno linguístico, também proporcionamos uma compreensão mais aprofundada de suas implicações e relevância no âmbito das interações sociais e das dinâmicas comunicativas contemporâneas. Nesse sentido, analisaremos não apenas as definições e concepções teóricas que permeiam essa temática, mas também os contextos históricos, sociais e culturais que influenciaram sua emergência e consolidação como objeto de estudo e reflexão. Ao estabelecermos essa base conceitual e contextual, estaremos aptos a explorar de maneira mais crítica e abrangente as múltiplas dimensões da Linguagem Inclusiva e suas interações com os comentários presentes nos vídeos do *corpus*, portanto, é importante pensarmos também na relação entre língua/linguagem e sociedade.

Na relação entre língua/ linguagem e sociedade, Benveniste (2006), propõe uma reflexão sobre a ciência dos signos, uma semiologia, necessária para distinguir diversas variedades de signos. Ressalta que constantemente utilizamos múltiplos sistemas de signos, desde os da linguagem até os da arte, e que esses signos permeiam todas as esferas da vida, condicionando tanto a sociedade quanto o indivíduo.

Sendo assim, a Linguagem Inclusiva não é um elemento isolado, mas parte de um conjunto vasto e diversificado de signos que compõem nossa comunicação cotidiana. Esses

signos refletem as diferentes maneiras pelas quais as pessoas se expressam, se identificam e interagem em sociedade.

Contudo, dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que daí resulte sinonímia ou redundância. Isso quer dizer que, de acordo com Benveniste (2006) a identidade substancial de um signo não conta, mas somente sua diferença funcional, ou seja, o valor de um signo se define somente no sistema que o integra.

[a] língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamenta a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade. Assim a relação de interpretância, que é semiótica, inverte a relação de encaixe, que é sociológica. Esta, objetivando as dependências externas, retifica de modo semelhante a linguagem e a sociedade, enquanto que aquela as coloca em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização. (Benveniste, 2006. pg.63)

Ao compreendermos essa questão, notamos que a Linguagem Inclusiva exemplifica perfeitamente o conceito de que a identidade de um signo não é determinada apenas por sua substância, mas por seu valor funcional dentro de um sistema específico. Então, termos como "todes" em vez de "todos" ou "todas" não se limitam a uma mera substituição de letras; eles representam uma transformação funcional que visa incluir todas as identidades de gênero em um ato comunicativo. Essa adaptação reforça a ideia de que a língua não apenas reflete, mas também molda e sustenta as relações sociais.

Portanto, a linguagem é fundamental para unir as pessoas e formar as bases das relações sociais. Em vez de ver a sociedade como algo que contém a linguagem, Benveniste propõe que seja a linguagem que contenha a sociedade, contrastando a abordagem sociológica com a abordagem semiótica. Essa compreensão da linguagem como estruturante da sociedade também nos direciona para uma análise da relação entre língua e identidade. Ao reconhecermos que a linguagem não apenas molda, mas também é moldada pelas interações sociais, vemos como ela se torna um elemento central na construção das identidades. Esse entendimento nos leva a considerar os estudos sobre identidade, como os de Cristine Gorski Severo (2011), que exploram a complexidade e fluidez das identidades linguísticas em contextos de pluralidade cultural e linguística.

Em sua pesquisa, Severo (2011) destaca a dialogicidade interna do discurso, que estabelece relações entre diferentes vozes sociais e é fundamental para o plurilinguismo. Essa pluralidade abrange tanto as línguas quanto os discursos, permitindo a coexistência de variedades linguísticas e vozes sociais dentro de uma mesma comunidade linguística. A língua, então, não é vista como uma entidade homogênea, mas sim como uma realidade fluida e

ideologicamente constituída. A pesquisadora ainda ressalta que as fronteiras entre as línguas e dialetos são permeáveis às mudanças devido à sua natureza discursiva, influenciada por intenções discursivas⁴, vozes sociais e valores. Portanto, ao considerarmos uma Linguagem Inclusiva, podemos pensar nessa relação de coexistência, na qual os sujeitos não se definem por meio de uma visão binária de gênero, mas buscam (co)existir por meio da língua/linguagem. Nesse contexto, percebemos a capacidade da sociedade de produzir significados e influenciar a língua, como discutido no final da sessão anterior. Isso nos leva a compreender, conforme Bakhtin, que a dialogicidade interna do discurso é um elemento essencial para a estratificação da língua, sendo resultado de sua abundância de intenções plurilingues.

Para Miranda (2018), embora as línguas sejam produtos da atividade humana e, como tal, estejam em constante evolução, os falantes individualmente não têm o poder consciente ou intencional de modificar sua estrutura de forma direta. Um indivíduo pode, é claro, introduzir um neologismo lexical em uma língua, no entanto, a adoção desse neologismo não está sob seu controle exclusivo, já que a integração de uma nova palavra na língua depende da sua aceitação e uso por parte da comunidade linguística. É somente quando outros falantes começam a adotar e incorporar esse termo em seu uso diário que ele pode ganhar legitimidade e se estabelecer como parte integrante da língua. Dessa forma, o processo de mudança linguística é essencialmente social e coletivo, envolvendo a interação e a negociação entre os membros de uma comunidade linguística. É através desse processo dinâmico e colaborativo que as línguas evoluem ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, culturais e históricas que ocorrem na sociedade.

Por isso, é relevante esclarecer que a Linguagem Inclusiva não tem a intenção de substituir o português tradicional, como muitas vezes é propagado pelo senso comum. Esse esclarecimento é importante para desmistificar a ideia de que a adoção de uma Linguagem Inclusiva implicaria em uma transformação radical da língua, pois ela deve ser vista como uma ferramenta inclusiva que coexiste com as formas linguísticas já estabelecidas.

Além disso, Miranda (2018) ressalta que a linguagem desempenha um papel fundamental na construção e manutenção das normas de gênero na sociedade. O léxico, em particular, é um espaço onde essa dinâmica se torna especialmente evidente e influente. Cada palavra carrega consigo uma bagagem de significados e associações culturais que podem reforçar ou desafiar os estereótipos de gênero dominantes, e essa escolha linguística não apenas reflete, mas também molda as percepções e interações de gênero, contribuindo para a

⁴ As intenções discursivas serão melhor apresentadas no capítulo 2, deste trabalho.

perpetuação das hierarquias sociais existentes. Diante disso, a luta pela igualdade de gênero muitas vezes se volta para a transformação do léxico.

Essa transformação não se limita apenas à criação de novos termos inclusivos, mas também envolve uma profunda reflexão sobre o poder das palavras e o impacto que exercem nas relações de gênero. É necessário questionar e desconstruir os padrões linguísticos tradicionais que marginalizam certos grupos e reforçam a dicotomia de gênero binária. Ao reconhecer o papel central do léxico na reprodução das normas de gênero, pode-se iniciar um processo de conscientização e mudança que visa promover uma linguagem mais igualitária e respeitosa com a diversidade de identidades de gênero.

A título de complementação teórica, temos a Sociolinguística, área que investiga a relação entre a língua e a sociedade, reconhecendo que todas as línguas faladas exibem variações decorrentes da complexidade dos fenômenos linguísticos. Essas variações sãometiculosamente estudadas por meio de pesquisas de campo, nas quais os sociolinguistas registram, descrevem e analisam sistematicamente diferentes manifestações da fala. O objetivo é correlacionar essas variações a uma série de fatores sociais, tais como idade, gênero, etnia, classe social, entre outros, na tentativa de compreender quais desses fatores, isoladamente ou em conjunto, influenciam determinadas variações linguísticas. Essa abordagem sociolinguística nos ajuda a entender como a língua é usada como uma ferramenta de identidade social e como as práticas linguísticas são moldadas e influenciadas pelo contexto social e cultural em que ocorrem.

Segundo Labov (1972), ao delinear o conceito de língua, torna-se crucial considerar não apenas suas características estruturais, mas também o contexto social em que é utilizada, o que implica reconhecer sua função comunicativa. A língua é percebida como um sistema dinâmico em constante evolução e diversidade, composto por aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. No entanto, é fundamental não perder de vista sua estreita ligação com o contexto social específico de uma determinada comunidade linguística. Essa abordagem ampliada nos permite compreender a língua não apenas como um conjunto de regras gramaticais, mas também como uma manifestação cultural intrinsecamente relacionada às práticas sociais e às interações humanas.

Portanto, a variação no comportamento linguístico, por si só, não possui um impacto direto e imediato sobre o desenvolvimento social ou as perspectivas de vida do indivíduo. Em vez disso, a forma como o comportamento linguístico se manifesta está ligada à posição social do falante. Nesse sentido, a linguagem serve como um indicador sensível e perspicaz das mudanças sociais em curso. No entanto, é perceptível que a abordagem teórica em um viés

sociolinguístico é diferente de uma abordagem semiolinguística. Ambas visam uma influência social muito forte para a construção da língua, linguagem e identidades, e isso é o que queremos mostrar no momento, o poder do social nessas construções. Enquanto a semiolinguística tem uma análise centrada no discurso a sociolinguística visa mostrar determinadas mudanças em circulação por meio de comparação de dados, e esse é o principal diferencial.

Na comunidade de fala, são frequentes formas linguísticas em variação, a essas formas dá-se o nome de variantes. Variantes linguísticas são, então, diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. De acordo com Fernando Tarallo (1986), as variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação à concorrência: padrão vs. não-padrão; conservadora vs. inovadora; de prestígio vs. estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza de prestígio Sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade.

Portanto, termos e estruturas linguísticas que não implicam gênero são empregados na Linguagem Inclusiva com o propósito de incluir pessoas de todas as identidades de gênero. Este conceito tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente com o aumento da conscientização sobre questões de identidade de gênero e diversidade. Conforme observado por Danniel Carvalho (2022), em seu capítulo no livro "Linguagem 'Neutra': Língua e Gênero em Debate", uma das premissas fundamentais da Linguagem Inclusiva reside na sua abordagem não binária em relação à referência na comunicação. Em termos simples, isso implica que as línguas que apresentam alguma marcação de gênero em sua estrutura, seja no nível lexical, fonológico, morfológico ou sintático, devem passar a reconhecer a existência de corpos que não se identificam com as categorias tradicionais de distinção, ou seja, o feminino e o masculino. A proposta de neutralidade linguística se baseia em uma perspectiva universalista, que considera que aquilo que não é nem feminino nem masculino deve ser contemplado por uma categoria única de gênero. Dessa forma, uma linguagem não binária é aquela que desvincula os referentes humanos de seus papéis tradicionais de gênero, proporcionando uma representação mais inclusiva e respeitosa da diversidade de identidades de gênero existentes.

No livro *"El género y la lengua"* (2018), de Pedro Álvares de Miranda, é feita uma observação pertinente. Os linguistas e filólogos estão acostumados a usar a palavra "gênero" em seu sentido clássico, o grammatical que, de acordo com o *Diccionario de la lengua española (DLE)*, seria: "Categoria grammatical inerente a substantivos e pronomes, codificada através da concordância com outras classes de palavras e que, em pronomes e substantivos animados, pode expressar sexo". No mesmo dicionário, algumas edições posteriores, surgiu a seguinte

definição: "Grupo ao qual pertencem os seres humanos de cada sexo, entendido este a partir de uma perspectiva sociocultural em vez de exclusivamente biológica".

No Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, uma das principais fontes online de consulta para o significado das palavras em português disponível gratuitamente, ao buscarmos a definição da palavra "gênero", encontramos um dos seus significados como sendo: "Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos".

Já na Wikipédia, enciclopédia livre muito popular no Brasil, a definição de gênero em seu contexto social e cultural é apresentada juntamente da palavra "Identidade". Inicialmente, temos que gênero significa

[...] qualquer forma ou tipo de comunicação em qualquer modo (escrito, falado, digital, artístico, etc.) com convenções socialmente acordadas desenvolvidas ao longo do tempo. É um conceito generalista de classificação ou categorização que agrupa todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, objetos e abstrações têm em comum, mas que não se prende a uma definição necessariamente essencialista ou reducionista. (Wikipédia, 2024)

Em seguida, temos a definição para "Identidade de Gênero":

A identidade de gênero é uma gama de características pertencentes e diferenciadas entre a masculinidade e a feminilidade. Dependendo do contexto, essas características podem incluir o sexo biológico: como o estado de ser do sexo masculino, do sexo feminino, ou uma variação intersexo (que pode complicar a atribuição do sexo). Também poderá incluir as opressões sociais baseadas no sexo, incluindo papéis sexuais e outros papéis sociais, e a identidade de gênero. Algumas culturas têm papéis de gênero específicos que podem ser considerados distintos das categorias 'homem' e 'mulher', como a hijra na Índia e Paquistão. Em culturas Ocidentais, aqueles que não se identificam como 'homens' e 'mulheres' costumam ser chamados de gênero não-binário ou gênero fluido. (Wikipédia, 2024)

Essas definições ressaltam a dimensão social e cultural que envolve o conceito de gênero, destacando como as características e atribuições são construídas e percebidas dentro de uma determinada sociedade. Entretanto, a exploração mais aprofundada desse termo revela nuances e complexidades adicionais, que são fundamentais para uma compreensão abrangente do tema. A fim de aprofundar nossa compreensão dessas complexidades, é necessário promover um debate sobre o conceito de gênero, visando a elucidar algumas de suas particularidades.

Judith Butler, por meio da Teoria Queer, propõe uma abordagem que desafia a visão de que há uma correspondência direta entre sexo biológico e gênero, implicando que uma pessoa se identifique de acordo com seu sexo biológico atribuído, argumentando que não há uma relação linear fixa entre sexo e gênero. Segundo sua perspectiva, tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, sujeitas a interpretações e reconstruções individuais. Dessa forma, ela

contesta a concepção de que o sexo é uma categoria natural e imutável, defendendo que ele é moldado por influências sociais e culturais. Para Butler (2003), a identidade de gênero não é algo pré-determinado pelo sexo biológico, mas sim uma construção contínua, moldada pelas interações sociais e contextos culturais em que a pessoa está inserida. Se o sexo é influenciado pelo contexto cultural, então, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo, já que ambos são construções sociais interligadas.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (Butler, 2003, p. 25)

Essa percepção nos leva a refletir sobre como, na comunicação verbal, a identidade de uma pessoa também é construída e revelada de maneira sutil. A forma como alguém se expressa linguisticamente pode, sem explicações diretas, revelar aspectos de sua identidade e crenças, estabelecendo uma conexão entre as construções sociais de gênero e a auto-representação linguística.

Quando alguém escolhe se expressar verbalmente, está, de alguma forma, delineando uma imagem sobre si. Este processo não exige que o falante faça uma descrição explícita de si mesmo, apontando suas qualidades ou detalhando suas características pessoais. Seu estilo de fala, sua expressão linguística e conhecimento geral, assim como suas crenças subjacentes, são elementos que podem construir uma representação de quem ele é.

Essa autorrepresentação, regularmente involuntária, embora muitas vezes sutil, desempenha um papel crucial na interação social, influenciando a percepção que os outros têm do falante. É através dessa representação que as pessoas constroem suas relações interpessoais e são percebidas dentro de um determinado contexto. Assim, cada ato de fala não apenas comunica uma mensagem específica, mas também contribui para a formação de uma imagem mais ampla da identidade do indivíduo que fala.

Essa ideia ressoa com o pensamento de Charaudeau (apud. Possenti, 2022, p. 18), em que a conotação de um morfema não é uma questão de língua, mas de discurso, o que implica postular que ela está ligada ao uso, sempre contextual e historicamente situado.

Essa relação entre linguagem, contexto e história implica que a interpretação e o significado das palavras não são estáticos, mas dinâmicos e influenciados pelo ambiente em que são utilizados. Assim, o discurso se revela como um terreno fértil para a expressão e

perpetuação de pensamentos, podendo tanto reforçar quanto desafiar normas sociais e políticas. Por exemplo, o uso de termos carregados de conotações sexistas ou ideologicamente carregadas pode refletir e reforçar desigualdades de gênero ou hierarquias de poder existentes em uma sociedade, tais como: "Homem/macho" para indicar força ou liderança, enquanto "mulher" é associada à fragilidade, expressões como "trabalho de homem" ou "tarefa de mulher", sugerindo que certas ocupações são mais adequadas para um gênero do que para outro, entre outros. Ao mesmo tempo, a linguagem também pode ser uma ferramenta para a resistência e a mudança social, permitindo a expressão de pontos de vista alternativos e a contestação das estruturas dominantes. Portanto, ao analisar o discurso, é essencial considerar não apenas a estrutura linguística, mas também o contexto cultural, social e histórico em que ele ocorre, a fim de compreender plenamente suas implicações e significados.

A maneira como as pessoas se expressam verbalmente vai além da simples comunicação; é uma forma de construir e transmitir sua identidade para os outros de maneira significativa. A seleção cuidadosa de palavras, o tom de voz empregado, a linguagem corporal adotada e até mesmo os momentos de silêncio podem revelar muito sobre quem somos, nossas experiências vividas e os valores que defendemos. Como diz Butler (2003, p. 194),

[...] atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos

Nessa citação, Butler discute como nossas ações, gestos e desejos contribuem para a construção de uma noção de identidade. Essa identidade, no entanto, não reside internamente, mas se manifesta na superfície do corpo por meio de sinais e expressões que sugerem, mas nunca revelam completamente, quem somos. Butler descreve essas ações como "performativas", o que significa que elas não apenas expressam uma identidade representacionalmente preexistente, mas também a constituem.

A compreensão dessas interações entre linguagem, identidade e contexto social oferece um campo valioso para a análise e interpretação dos discursos presentes na sociedade contemporânea. Ao reconhecermos a importância dos saberes implícitos aos atos de linguagem, podemos aprofundar nossa compreensão sobre como as ideias são transmitidas, contestadas e reafirmadas por meio da comunicação. Além disso, essa perspectiva nos permite compreender melhor os processos de construção de identidade e as dinâmicas de poder que permeiam os

discursos sociais. Assim, ao investigarmos as relações entre linguagem, identidade e contexto, somos capazes de explorar as complexidades da comunicação humana e suas implicações nas interações sociais e culturais.

1.2 O que chamam de Linguagem Inclusiva?

No site “Vai um linguista aí?”, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Lucas Damasceno, linguista, ressalta que a língua desempenha um papel fundamental na estruturação e organização social, sendo através dela que um indivíduo se insere na sociedade. O intercâmbio linguístico com o grupo determina o status e influência na formação da identidade de uma pessoa. Em outras palavras, o que falamos não apenas reflete quem somos, mas também molda nosso ambiente social. Além disso, podemos compreender essa dinâmica considerando as oposições linguísticas. Os significados são definidos em relação uns aos outros; assim como reconhecemos “a noite” pela sua diferença em relação “ao dia”, também definimos nossa própria identidade em contraste com os outros. Esse processo linguístico é essencial na formação da identidade individual, que, embora seja uma construção autônoma, é fortemente influenciada por fatores sociais. Vale ressaltar que a identidade não é estática, mas sim um processo contínuo de “identificação”, no qual incorporamos constantemente elementos do mundo exterior. Em suma, nossa identidade está em constante evolução, conforme buscamos nos adequar às percepções e expectativas dos outros ao nosso redor.

Uma pesquisa conduzida na Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), publicada em 2022, por Cristina Queiroz, na revista “Pesquisa Fapesp”, representa um marco significativo na compreensão da diversidade de identidades de gênero no Brasil. Revela que cerca de 2% da população adulta brasileira se identifica como transgênero ou não-binária. De acordo com a pesquisa, o pioneirismo dessa abordagem na América Latina ressalta a importância de ampliar o conhecimento sobre questões de gênero em contextos socioculturais diversos. Entrevistando seis mil indivíduos em 129 municípios de todo o país, os pesquisadores responsáveis pelo levantamento conseguiram traçar um retrato mais abrangente e representativo da diversidade de identidades de gênero presentes na sociedade brasileira, contribuindo assim para uma maior visibilidade e reconhecimento das experiências das pessoas trans e não-binárias.

Outra investigação realizada em parceria entre o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, com foco no contexto paulistano, analisou as condições de vida dos indivíduos transgênero na cidade. Os

resultados revelaram que a média de idade desses indivíduos não ultrapassa os 35 anos, apontando para desafios únicos enfrentados por essa comunidade em diferentes aspectos da vida cotidiana. Elaborados com base em diálogos multidisciplinares entre pesquisadores da área médica e das ciências humanas, esses estudos visam preencher lacunas no entendimento da diversidade sexual e de gênero, fornecendo *insights* essenciais para a formulação de políticas públicas, especialmente no campo da saúde. Por meio de conversas realizadas ao longo de dois anos com mais de 1,7 mil mulheres trans, travestis, homens trans e pessoas não binárias, a pesquisa do Cedec identificou que, em média, 58% desses indivíduos estão envolvidos em trabalhos informais ou autônomos, muitas vezes de curta duração e sem contratos formais.

Para compreender o contexto em que se insere a discussão sobre a Linguagem Inclusiva, é crucial considerar a realidade vivida por grupos frequentemente marginalizados, como pessoas transgêneros. O estudo mencionado revela uma realidade de desafios e desigualdades enfrentados por essa comunidade, destacando a necessidade urgente de abordagens inclusivas e equitativas. Nesse cenário, a Linguagem Inclusiva surge como uma ferramenta potencial para promover uma comunicação mais inclusiva e respeitosa. Mas, o que exatamente caracteriza a Linguagem Inclusiva e como ela se traduz em práticas concretas? Ao explorarmos essa questão, encontramos uma variedade de definições e abordagens que refletem diferentes dimensões da Linguagem Inclusiva, desde aspectos gramaticais até considerações mais amplas sobre inclusão e reconhecimento de identidade. A seguir, examinaremos as quatro principais definições encontradas, oferecendo uma visão abrangente sobre o conceito e suas implicações.

Ao realizar a pesquisa no Google no segundo semestre de 2023, na cidade de Uberlândia e utilizando minha conta pessoal (é relevante observar que os resultados podem variar em função da conta utilizada) nos deparamos com uma gama diversificada de definições sobre o tema da Linguagem Inclusiva. As primeiras definições que surgiram nos resultados apresentavam diferentes perspectivas sobre o assunto. Essas definições englobam desde uma abordagem gramatical, que se concentra na ausência de marcação de gênero na linguagem, até uma visão mais abrangente, que considera a Linguagem Inclusiva como uma forma de comunicação inclusiva, destinada a evitar a exclusão ou marginalização de grupos com base na identidade de gênero. Ressalto que na pesquisa foi utilizado o termo “Linguagem Neutra”, por ser o termo mais recorrente em funcionamento no Brasil.

A seguir, serão apresentadas as quatro primeiras definições encontradas: a) “A neutralidade de gêneros em neolinguagem ou linguagem gênero-neutra, do ponto de vista sociolinguístico e gramatical, é uma vertente recente das demandas por maior igualdade entre homens, mulheres e pessoas não binárias” (Wikipédia, 2024); b) “A Linguagem Neutra,

também pode ser conhecida como Linguagem Inclusiva. Ela tem o objetivo de evitar a exclusão de pessoas com base em sua identidade de gênero, sexualidade, ou outros aspectos de identidade. Ela se baseia na utilização de palavras e termos mais inclusivos, principalmente na escrita, visando que todas as pessoas sejam tratadas de forma respeitosa e igualitária.” (HandTalk, 2024); c) A Linguagem Neutra é sustentada no uso de termos sem marcação de gênero masculino ou feminino, como a língua portuguesa historicamente estabelece. Nesse caso, a Linguagem Neutra tem o objetivo de incluir todas as pessoas, independentemente da sua identidade de gênero, sexualidade, ou outros aspectos de sua expressão. (RedaçãoTerra, 2023); d) É uma forma de se comunicar de maneira inclusiva, evitando termos ou expressões que possam ser discriminatórios ou reforçar estereótipos de gênero. “É um modo de comunicar que evidencia, questiona e propõe alternativas à binarização de sujeitos e a ideias presentes na língua”, compartilha Lima. (InstitutoClaro, 2023).

Ao considerarmos as quatro primeiras definições encontradas, é evidente que todas enfatizam a "inclusão" das pessoas, independentemente do gênero ou da sexualidade. Embora o termo mais comumente utilizado no Brasil seja "Linguagem Neutra", também são encontradas outras terminologias em pesquisas, como "Linguagem Inclusiva", "Linguagem Não-Binária", "Neolínguagem", entre outras. Nesse contexto, compreendemos a Linguagem Inclusiva como uma abordagem que busca promover maior igualdade entre homens, mulheres e pessoas não binárias, evitando a exclusão com base na identidade de gênero, sexualidade e outros aspectos identitários. Essa prática se concentra em utilizar termos e expressões mais inclusivas, especialmente na escrita, evitando a marcação de gênero masculino ou feminino, e assim, incluindo todas as pessoas. Portanto, o uso de termos como "todes" não apenas evita a marcação de gênero, mas também visa incluir pessoas não binárias. Isso evidencia a diferença entre simplesmente dizer "Bom dia a todes" e adotar uma saudação que inclua explicitamente todas as formas de gênero, como em "Bom dia a todas, todos e todes".

Nas buscas, também encontramos um "Manual da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa", escrito por Gioni Caê, que se autodenomina como "Negro, trans não-binário, estudante, natural de Foz do Iguaçu - PR, militante no movimento negro e trans. E para sempre aprendiz". Em seu manual, dentro das perspectivas de inclusão, quando observamos todas as definições apresentadas, há uma complementação, podemos deixar uma frase inclusiva sem a alteração nas palavras, porém, caso necessário, temos os “sistemas” de alteração, que permitem essa mudanças, tais como “Elu”, “Ile”, “Ilu”, “linde”, “le”, etc. Essas mudanças ocorrem, de acordo com Gioni Caê, porque a língua portuguesa continua binarista e sexista, refletindo o machismo ao privilegiar o pronome masculino (eles) ao se referir a grupos mistos, excluindo

mulheres e pessoas não binárias. Nesse contexto, a Linguagem Inclusiva surge como uma tentativa de incluir todos os gêneros no discurso.

Portanto, a partir das questões mencionadas acima, é notória a relação de língua/linguagem, sociedade e identidade, se trata de uma movimentação de dependência. Nada está sozinho, a língua/linguagem depende da sociedade, que conduz à identidade, não necessariamente nesta ordem, mas sempre se relacionando.

Na Argentina, por exemplo, o termo mais utilizado é "*Lenguaje Inclusivo*". Na seção 1.3.2, será perceptível a utilização desse termo nas pesquisas feitas, mesmo que em diferentes meios.

Ao considerarmos a diversidade de teorias que relacionam linguagem, identidade e contexto social, podemos perceber que os comentários online de vídeos, objeto de análise desta pesquisa, refletem não apenas as opiniões individuais dos usuários, mas também as influências culturais, sociais e discursivas que moldam suas visões de mundo. Esses comentários são espaços de interação onde os usuários se posicionam, expressam suas crenças e respondem às contribuições dos outros, criando assim um ambiente dinâmico de troca de ideias e construção de significados. Por isso, ao analisarmos as argumentações presentes nesses comentários, podemos verificar não apenas as perspectivas individuais dos usuários, mas também os discursos mais amplos que permeiam a sociedade e influenciam as interações online. Essa análise nos permite compreender melhor como as ideias são articuladas, contestadas e negociadas no espaço digital, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos processos comunicativos e das dinâmicas sociais contemporâneas.

1.3 Enquadres políticos da Linguagem Inclusiva

Os enquadramentos políticos da Linguagem Inclusiva podem variar dependendo do contexto cultural, social e político em que são utilizados. No entanto, em geral, a Linguagem Inclusiva é frequentemente associada a movimentos e agendas progressistas que buscam promover a inclusão, a igualdade de gênero e o respeito à diversidade.

Portanto, se trata de uma ferramenta para reconhecer e validar identidades de gênero diversas, além de combater a discriminação e a exclusão de pessoas não-binárias e de outras identidades de gênero, por isso, também podemos vincular o movimento feminista, que também está na luta contra a exclusão das mulheres. Além disso, como visto na seção anterior, também está ligada a esforços mais amplos de inclusão e acessibilidade. Ao evitar a marcação

de gênero na linguagem, busca-se tornar a comunicação mais acessível e acolhedora para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, incluindo a adoção de práticas linguísticas que reconheçam e respeitem a diversidade de gênero. Contudo, também temos questões políticas mais direcionadas, seja para inclusão ou exclusão da Linguagem Inclusiva.

Por exemplo, em 2020, na Argentina, foi promulgada uma legislação (RESFC-2020-900-APN-DI#INAES) intitulada “Diretrizes de Estilo Linguístico Inclusivo”, cujo propósito, conforme expresso na própria legislação, é integrar essa nova forma de expressão nos documentos oficiais para torná-los mais inclusivos e alinhados com as novas concepções de gênero. Uma das principais ações deste Instituto, conforme RESFC-2020-320-APN-DI#INAES e Anexo IF-2020-37464726-APN-DGAYAJ#INAES, é *“promover e difundir a perspectiva integral e transversal dos Direitos Humanos, da equidade e igualdade de gêneros”*, e, nesse sentido, reconhece a importância de adotar medidas que promovam a igualdade de gênero e o respeito à identidade.

Alguns dos argumentos utilizados para ressaltar a importância dessa legislação incluem: a compreensão de que a linguagem de cada época reflete a sociedade daquele momento e que as sociedades avançam em democracia e reconhecimento de direitos, ao mesmo tempo em que sua língua e linguagem se transformam; a consideração da UNESCO de que a linguagem, por sua estreita relação com o pensamento, pode mudar por meio da ação educacional e cultural, e influenciar positivamente o comportamento humano e nossa percepção da realidade; e a constatação de que as mudanças na linguagem dependem do uso de seus falantes, de modo que, quando uma mudança linguística se estende e se consolida, é informada à Real Academia Espanhola (RAE) para que a incorpore em seu dicionário, refletindo a visão de que a língua é um processo cultural dinâmico.

Esses argumentos são importantes por diversas razões. Primeiramente, ao entendermos que a linguagem de cada época reflete a sociedade daquele momento, reconhecemos a importância de acompanhar e compreender as mudanças sociais e culturais que ocorrem ao longo do tempo. Isso nos permite perceber como as sociedades evoluem em direção à democracia e ao reconhecimento de direitos, à medida que sua língua e linguagem se transformam. Essa compreensão é essencial para promover uma comunicação inclusiva e sensível às necessidades e realidades de diferentes grupos sociais.

Além disso, a consideração da UNESCO sobre a estreita relação entre linguagem, pensamento e comportamento humano destaca a importância da ação educacional e cultural na promoção de mudanças positivas na linguagem. Isso significa que investir em educação e

cultura pode influenciar diretamente a forma como as pessoas se comunicam, pensam e percebem a realidade ao seu redor.

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade. (PLG II, p. 101)

A linguagem, enquanto manifestação pessoal e coletiva, reflete e influencia tanto o indivíduo quanto a coletividade. A ênfase na participação dos falantes no processo de mudança linguística ressalta a importância do reconhecimento e respeito às práticas linguísticas de diferentes comunidades. Ao entender que a língua pertence aos seus falantes, reconhecemos a diversidade e a dinamicidade da linguagem, bem como a necessidade de atualização constante para refletir as mudanças sociais e culturais. Esse reconhecimento é fundamental para garantir uma representação fiel e inclusiva da diversidade linguística e cultural em nossas instituições e sistemas de comunicação.

Em resumo, os diferentes ângulos políticos da Linguagem Inclusiva são bem variados e refletem as complexidades das lutas pela igualdade e diversidade em nossas sociedades. Quando observamos mais de perto esses ângulos, percebemos que eles capturam não só as demandas por justiça social, mas também mostram os conflitos e as tensões culturais em torno do gênero e da identidade. A Linguagem Inclusiva não é só uma questão de palavras, mas um campo onde diferentes visões e ideias se chocam e se entrelaçam. É por isso que as discussões sobre Linguagem Inclusiva são necessárias - elas moldam não só como nos comunicamos, mas também afetam as estruturas de poder e os laços sociais em nossas comunidades. Ao entender melhor esses diferentes aspectos da Linguagem Inclusiva, somos desafiados a enfrentar questões cruciais sobre inclusão, diversidade e justiça em nossa sociedade em constante mudança. A língua, em sua própria estrutura, oferece um mecanismo interno que sustenta o "duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso" (PLG II, p. 101). Esse mecanismo opera em dois níveis: por um lado, estabelece a relação interpessoal "eu-tu", que é a base da intersubjetividade; por outro, configura a relação "eu-tu/ele", que fundamenta a referência e possibilita a abertura do indivíduo para o mundo.

1.3.1 Um panorama da Linguagem Inclusiva no Brasil

O primeiro vídeo cujos comentários farão parte da análise desta pesquisa aborda o fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do poder Judiciário do país, emitiu um parecer sobre a Lei 5.123/2021 do Estado de Rondônia. Nessa decisão, por unanimidade, o Tribunal declarou a constitucionalidade da referida lei, que proibia a utilização da Linguagem Inclusiva em instituições de ensino e editais de concursos públicos. Tal deliberação fundamentou-se na consideração de que a norma violava a competência legislativa da União para estabelecer diretrizes gerais sobre educação. O vídeo aborda, de forma detalhada, o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7019, cujo julgamento ocorreu durante uma sessão virtual do Plenário, encerrada às 23h59 do dia 10 de janeiro de 2023.

Para compreender a inconstitucionalidade evidenciada pelo STF, faz-se necessário detalhar um pouco mais o contexto que levou a essa decisão. Em 20 de outubro de 2021, o governo estadual de Rondônia publicou os propósitos dessa legislação no Diário Oficial do Estado. A intenção da lei era estabelecer medidas protetivas para garantir o direito dos estudantes do estado ao aprendizado da língua portuguesa conforme as normas cultas e as orientações legais de ensino. Isso reflete uma preocupação em assegurar a qualidade do ensino da língua portuguesa, seguindo os parâmetros estabelecidos pelas autoridades educacionais e linguísticas, conforme mencionado no texto da própria lei.

Com uma justificativa baseada na proteção da língua portuguesa, os proponentes apresentam alguns argumentos, dos quais destacamos três que constituem os seguintes artigos da lei:

Art. 1º Fica garantido aos estudantes do Estado de Rondônia o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VolP) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

[...]

Art. 3º Fica expressamente proibida a denominada “língua neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos.

Art. 4º A violação do direito do estudante estabelecido no artigo 1º desta Lei acarretará sanções às instituições de ensino privadas e aos profissionais de educação que concorrerem para ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.

Percebe-se, então, que nesta lei há uma escolha de palavras que visam proibir o uso da Linguagem Inclusiva, como em: “Fica expressamente proibida a denominada ‘Língua Neutra’”, gerando um efeito de segregação ao tentar legislar sobre uma prática linguística que

já está em uso. Essa tentativa de regulamentação pode ser interpretada como uma imposição de uma única forma de expressão linguística, desconsiderando a diversidade de linguagens e identidades presentes na sociedade contemporânea. Além disso, ao proibir explicitamente a Linguagem Inclusiva, a lei pode acabar reforçando estereótipos de gênero e dificultando o reconhecimento e a inclusão de identidades não-binárias e de gênero diverso.

Outra questão relevante de se comentar é referente ao curso da língua e quem o define. Para a lei n. 5.123/2021, o curso da língua é definido pela gramática normativa, como expressado no Art. 1º; no entanto, Coelho (2015) ressalta que cada estado da língua é resultado de um longo e contínuo processo histórico. Em outras palavras, as mudanças ocorrem a todo momento, ainda que nos sejam imperceptíveis, da mesma forma que o inglês do século XV é diferente do inglês do século XX, o português do século XV também não é idêntico ao do século XX e, o inglês e o português do futuro serão diferentes dos atuais. Essa dinâmica inerente às línguas reflete a natureza viva e em constante transformação da linguagem, evidenciando a complexidade e a diversidade linguística presentes na sociedade.

Censurar práticas reforça o seu funcionamento. Esse processo de disputa, de censura e existência é fundamental, pois promove a reflexão sobre as normas sociais estabelecidas e questiona as estruturas de poder que as sustentam. Portanto, esse processo é intrinsecamente político e não pode ser considerado neutro. As práticas linguísticas refletem e perpetuam relações de poder existentes na sociedade, influenciando a forma como as pessoas são vistas e tratadas. Ao determinar quais variedades linguísticas são consideradas "corretas" ou "adequadas" e quais são estigmatizadas, a sociedade reforça hierarquias sociais e privilegia determinados grupos em detrimento de outros.

Segundo um levantamento realizado pela Agência Diadorim⁵, que se dedica à defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e atua como uma fonte de jornalismo independente, o uso da Linguagem Inclusiva na língua portuguesa tornou-se um tema abordado em projetos de lei em 19 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Esses projetos totalizam 34 propostas em tramitação nas Assembleias Legislativas do país até o momento de sua publicação em março de 2023.

Com base em análises e levantamentos, observa-se um interesse considerável de diversos estados brasileiros na temática em questão, refletido pelo número expressivo de projetos em andamento. Destacam-se nesse cenário o Distrito Federal, Espírito Santo, Minas

⁵ Notícia na íntegra:

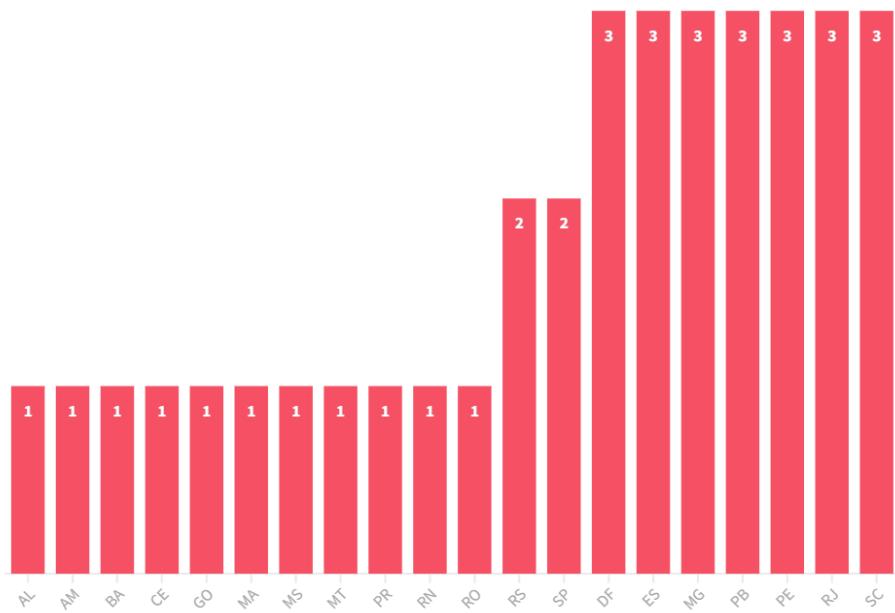
<https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>

Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, cada um com três propostas em fase de discussão. No que concerne à distribuição regional, a região Sudeste desonta como a mais proativa, contabilizando um total de 11 iniciativas, seguida pelo Nordeste, com 10 propostas em análise, enquanto Centro-Oeste e Sul apresentam seis projetos cada em tramitação. Enquanto isso, na região Norte do país, destaca-se o Amazonas e Rondônia, com este estado assumindo um papel histórico ao se tornar pioneiro na aprovação de legislação sobre o assunto.

A legislação pioneira foi promulgada em Rondônia, com a assinatura do governador Marcos Rocha (PSL) em 19 de outubro de 2021. Essa lei veda expressamente a adoção da Linguagem Inclusiva tanto na grade curricular quanto no material didático de estabelecimentos de ensino públicos ou privados, além de proibir sua inclusão em editais de concursos públicos. Notavelmente, essa lei é o tema em debate no vídeo brasileiro que faz parte da pesquisa, que foi objeto de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), relatando sua inconstitucionalidade.

Conforme destacado na matéria veiculada pela Diadorim, observa-se que a discussão sobre o uso da Linguagem Inclusiva nas Assembleias Legislativas do Brasil é predominantemente conduzida por partidos de direita dentro do espectro político-ideológico. Entre os 34 projetos em análise, 13 deles são originários de parlamentares vinculados ao PSL, que é o antigo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, os dados levantados pela Diadorim revelam que 31 das propostas têm como autores indivíduos do sexo masculino, totalizando 88,57% dos casos. Oito desses projetos foram apresentados por deputados militares, que incluem sargentos, tenentes, capitães ou delegados.

Figura 1: Número de projetos de leis que visam a proibição da Linguagem Neutra no Brasil



Fonte: Diadorim, 2021.

No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul tornou-se pioneiro ao abordar a questão da alteração de prenome e sexo para pessoas não-binárias. Essa medida representa um importante reconhecimento da diversidade de identidades de gênero existentes no país. Por meio do Provimento 16/2022-CGJ (Rio Grande do Sul, 2022), foram efetuadas mudanças na legislação, especificamente na Seção II, do Capítulo II, do Título V, com a inclusão do §4º ao artigo 161, com a seguinte redação:

SEÇÃO II
DA AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PRENOME E SEXO DE PESSOAS TRANSGÊNERO E NÃO BINÁRIAS

Art. 161 – Toda pessoa maior de 18 (dezoito) anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao Registro Civil das Pessoas Naturais a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, independentemente de autorização judicial.

[...]

§ 4º - A alteração da anotação de gênero referida no caput deste artigo poderá abranger a exclusão da anotação de gênero feminino ou masculino e a inclusão da expressão "não binário", mediante requerimento da parte na ocasião do pedido.

No final de agosto de 2020, um marco histórico foi alcançado quando Aoi Berriel, uma pessoa não-binária, obteve uma decisão sem precedentes: o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu autorização para que sua certidão de nascimento registrasse o termo "sexo não especificado". Essa conquista não apenas representa um passo significativo para o reconhecimento das identidades de gênero não-binárias, mas também destaca a importância do

papel desempenhado pela Defensoria Pública do estado na defesa dos direitos individuais e na promoção da inclusão e igualdade para todos os cidadãos.

Se considerarmos que a identificação social de uma pessoa permeia todas as esferas do seu cotidiano, é evidente que seus documentos civis devem refletir com precisão a realidade de sua vida, sua singularidade e sua identidade de gênero. Além disso, os documentos possuem uma força prescritiva (e não somente descritiva), assim como as palavras e a noção de performatividade. Afinal, documentos como certidões de nascimento, carteiras de identidade e passaportes são utilizados em uma variedade de situações, desde transações financeiras até o acesso a serviços públicos. Portanto, é fundamental que esses documentos não imponham uma identidade de gênero binária e restritiva, mas que reconheçam e respeitem a diversidade de identidades de gênero existentes. Essa correspondência entre identidade pessoal e documentação não é apenas uma questão de direitos individuais, mas também uma questão de justiça social e inclusão, contribuindo para criar um ambiente mais igualitário e acolhedor para todas as pessoas.

Além disso, ao promover a atualização dos documentos civis, se combate a discriminação e o estigma associados às identidades não conformistas de gênero. Muitas pessoas não-binárias enfrentam desafios significativos devido à falta de reconhecimento e validação de sua identidade de gênero na sociedade. Ao permitir que essas pessoas atualizem seus documentos para refletir sua identidade de gênero, estamos enviando uma mensagem poderosa de apoio e inclusão.

Uma vez que a situação da Linguagem Inclusiva no Brasil foi discutida brevemente, ampliaremos nossa análise para compreendermos melhor como essa questão tem se desenvolvido na Argentina. Ao explorarmos os acontecimentos relacionados ao uso da Linguagem Inclusiva nesse país, podemos ter uma visão mais abrangente das diferentes abordagens, políticas e debates que surgiram em torno desse tema na América Latina. Além disso, podemos identificar semelhanças, diferenças e tendências emergentes, contribuindo assim para um entendimento mais completo das dinâmicas sociais, culturais e políticas relacionadas à Linguagem Inclusiva na América Latina.

1.3.2 Um panorama da Linguagem Inclusiva na Argentina

Como ressaltado na seção 1.2, o termo principal para seguirmos com a escrita no contexto argentino será “*Lenguaje Inclusivo*”, pois é o termo que melhor atende as buscas na internet. E, assim como no Brasil, na Argentina também temos uma forte intervenção política

nas decisões referentes à Linguagem Inclusiva. Primeiramente, o vídeo argentino, que faz parte do *corpus* de análise, retrata a proibição da Linguagem Inclusiva em escolas de Buenos Aires, então, já nos serve de parâmetro para relacionar a língua/linguagem, sociedade e identidade. A seguir, entenderemos como a temática circula pelo país.

No Portal Oficial da Argentina (Argentina.gob.ar), ao buscarmos por "*Lenguaje Inclusivo*", encontramos informações oficiais sobre seu uso. O Conselho de Administração da INAES (*Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social*) aprovou uma resolução que sugere o uso de uma Linguagem Inclusiva para fomentar uma comunicação livre de expressões sexistas. A ideia é transitar da linguagem masculinizada para uma forma mais inclusiva, onde todos os gêneros sejam considerados e sem discriminação. A resolução em questão foi apresentada na seção 1.3 quando, em 2020, a Argentina aprovou uma legislação (RESFC-2020-900-APN-DI#INAES) intitulada "Guia de Diretrizes para o Uso de Linguagem Inclusiva", com o propósito, conforme explicitado na própria lei, de "incorporar uma abordagem inovadora na redação de documentos oficiais, visando torná-los mais abrangentes e compatíveis com a nova compreensão de gênero". Em resposta, no ano de 2021, o deputado do partido Proposta Republicana, Jorge Ricardo Enriquez apresentou um projeto de lei contrário à adoção da Linguagem Inclusiva em documentos oficiais, argumentando que isso comprometeria uma "melhor forma de comunicação", com as seguintes justificativas: a) O projeto não tem como objetivo eliminar o uso da Linguagem Inclusiva dos costumes e práticas habituais; nada é mencionado no projeto sobre isso; b) Pelo contrário, o que se propõe é eliminá-la do uso oficial e acadêmico da linguagem, simplesmente porque seu uso nesses contextos prejudica uma melhor forma de comunicação e, portanto, gera maiores dificuldades no uso e compreensão de nossa língua.

No dia 10 de junho de 2022, foi publicado o Boletim Oficial da Cidade Autônoma de Buenos Aires - Número 6395, contendo uma resolução que impacta diretamente o funcionamento das escolas da cidade. Esta resolução determina que os professores devem seguir estritamente as normas gramaticais da língua e as diretrizes oficiais para seu ensino durante as aulas. Na prática, isso significa uma proibição explícita do uso da chamada Linguagem Inclusiva e a supressão do que a decisão denomina como "supostas marcas de gênero inclusivo". Essa medida visa padronizar o discurso nas instituições educacionais, limitando a liberdade linguística dos professores e impactando diretamente na forma como questões de gênero são abordadas em sala de aula.

Apesar da publicação do Boletim Oficial, o documento nacional de identidade (DNI) da Argentina tomou uma direção diferente ao incluir opções de gênero que vão além do tradicional

sistema binário homem/mulher. O decreto número 476/21, divulgado em 21/07/2021 no Boletim Oficial, marca um avanço significativo nesse sentido. Esta medida reflete o compromisso do país com a inclusão e o respeito à diversidade de identidades de gênero, em consonância com a Lei de Identidade de Gênero, que está em vigor desde 2012. Dessa forma, o DNI argentino agora reconhece e valida as identidades de gênero diversas, proporcionando um avanço importante no reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Essa medida, portanto, está em conformidade com a legislação mencionada, que reconhece o direito à identidade de gênero em sua diversidade, desvinculando-se das categorias biológicas e binárias impostas ao nascimento. Ao permitir a inclusão do marcador "X" para representar pessoas não binárias na categoria "sexo" do Documento Nacional de Identidade (DNI), a legislação reconhece e respeita a pluralidade de identidades de gênero existentes na sociedade.

Nos primeiros parágrafos, o citado decreto 476/21 se fundamenta na compreensão de que o direito à identidade está intimamente ligado ao direito de não sofrer discriminação, à saúde, à privacidade e à realização do plano de vida individual. Esse reconhecimento reflete uma compreensão abrangente dos direitos fundamentais, reconhecendo que a expressão da identidade de gênero vai além de uma mera questão de preferência pessoal, mas sim de uma necessidade fundamental para o bem-estar e a dignidade de cada indivíduo. Ao vincular o direito à identidade ao direito de não sofrer discriminação, à saúde, à privacidade e à realização do plano de vida individual, o decreto reconhece a importância de garantir que todas as pessoas tenham a liberdade de expressar sua identidade de gênero sem medo de discriminação ou violência.

O documento estabelece que o Registro Nacional de Pessoas (RENAPER), vinculado à Secretaria do Interior, será responsável por ajustar as características e termos utilizados nos Documentos Nacionais de Identidade e nos passaportes. Essa atribuição confere ao RENAPER um papel fundamental na implementação e na regulamentação das mudanças necessárias para garantir o reconhecimento e a inclusão de pessoas não binárias na documentação oficial do país. Além disso, ao centralizar essa responsabilidade em um órgão governamental específico, o decreto demonstra um compromisso claro do governo em efetivar essas medidas e em assegurar que os procedimentos para atualização de documentos sejam acessíveis e eficientes para todas as pessoas.

Em fevereiro de 2024, o governo de Javier Milei proibiu a Linguagem Inclusiva e “tudo o que esteja relacionado com a perspectiva de gênero” na administração pública argentina, conforme anunciado pelo porta-voz presidencial, Manuel Adorni (Lambertucci, 2024). “Não

será permitido utilizar a letra -e, o arroba, o -x e isso evitara a inclusão desnecessária do feminino em todos os documentos”, explicou o responsável. Depois acrescentou: “As perspectivas de gênero também têm sido utilizadas como um negócio político”. A decisão vai ao encontro da rejeição do presidente de extrema-direita às políticas de igualdade que considera parte da “doutrinação” do “marxismo cultural” e que pretende combater, escreve Constanza Lambertucci (2024).

Ainda segundo a reportagem, a Linguagem Inclusiva, que busca visibilizar políticas de gênero em espanhol através do uso de morfemas como o -e, ganhou destaque na Argentina durante os protestos pela legalização do aborto em 2018. Apesar da oposição da Real Academia Espanhola (RAE), também apresentada na reportagem, que considera o uso do masculino gramatical não discriminatório, movimentos feministas e LGBTQIA+ impulsionaram sua adoção, especialmente entre os jovens. Enquanto alguns acadêmicos destacam que as mudanças linguísticas ocorrem ao longo de séculos, outros veem essa linguagem como reflexo de posições sociopolíticas.

Apesar da resistência da Academia (RAE), a Linguagem Inclusiva tem se expandido em diversas instituições, como órgãos governamentais, universidades e organizações internacionais. Os guias da ONU enfatizam o impacto da linguagem na cultura e na sociedade, destacando sua importância para promover a igualdade de gênero e combater preconceitos (El País, 2024).

Portanto, ao questionarmos e contestarmos essas práticas, estamos também questionando as estruturas de poder subjacentes e lutando por uma maior igualdade e justiça social. Devemos estar cientes do impacto político de nossas escolhas linguísticas e buscar promover uma linguagem mais inclusiva e respeitosa, que reconheça e valorize a diversidade de experiências e identidades presentes em nossa sociedade.

1.4 Epílogo

Os estudos e reflexões acerca da Linguagem Inclusiva representam uma área de pesquisa emergente e multifacetada, cuja evolução e diversidade merecem atenção cuidadosa. Este trabalho apresenta uma breve síntese de alguns pontos discutidos até o momento na sociedade e visa aprofundar a compreensão e a contextualização desse fenômeno complexo. Para além dos entendimentos do que está presente na sociedade atual, quando se trata da questão, os conhecimentos adquiridos neste capítulo nos permite formular hipóteses mais sólidas e fundamentadas para as análises argumentativas que serão minuciosamente

desenvolvidas no capítulo 4. Ademais, a pesquisa dessa abordagem nos fornece um bom material teórico para a interpretação dos vídeos selecionados e os comentários presentes neles, que serão meu principal objeto de estudo.

Ambos os vídeos selecionados para a pesquisa exploram questões contemporâneas pertinentes à aceitação ou à proibição da Linguagem Inclusiva, apresentando argumentações embasadas em decisões legislativas recentes. Nesse sentido, este capítulo se dedica também a uma análise aprofundada do impacto da Linguagem Inclusiva no contexto legal, e como essa dinâmica está influenciando as decisões legislativas em curso.

CAPÍTULO 2: TÓPICOS EM ARGUMENTAÇÃO: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS NA ANÁLISE DO DISCURSO

2.1- Panorama dos conceitos de argumentação

Na concepção da linguística do texto, a argumentação é uma das categorias de tipo textual, ou tipologia textual. Na perspectiva de Luiz Antônio Marcuschi (2002), por exemplo, há cinco tipos textuais, a saber, a narração, a descrição, a argumentação, a exposição e a injunção, que se diferenciam pela estrutura linguística da sua composição. Para Marcuschi, cada tipo textual, embora também seja classificado de acordo com sua finalidade comunicativa, possui características linguísticas distintivas e não é influenciado pelo contexto da interação verbal. Portanto, esses textos se diferenciam pelo uso de elementos gramaticais, tempos verbais e estruturas frasais e organização textual, que os caracteriza individualmente. Para definir essas diferenciações, Marcuschi apresenta um quadro de Werlich (1973):

Tabela 1: Tipos textuais segundo Werlich (1973)

Bases temáticas	Exemplos	Traços linguísticos
1. Descritiva	“Sobre a mesa havia milhares de vidros.”	Este tipo de enunciado textual tem uma estrutura simples com um verbo estático no presente ou imperfeito, um complemento e uma indicação circunstancial de lugar.
2. Narrativa	“Os passageiros aterrissaram em Nova York no meio da noite.”	Este tipo de enunciado textual tem um verbo de mudança no passado, um circunstancial de tempo e lugar. Por sua referência temporal e local, este enunciado é designado como enunciado indicativo de ação.
3. Expositiva	(a) “Uma parte do cérebro é o córtex.” (b) ” O cérebro tem 10 milhões de neurônios”	Em (a) temos uma base textual denominada de exposição sintética pelo processo da composição. Aparece um sujeito, um predicado (no presente) e um complemento com um grupo nominal. Trata-se de um enunciado de identificação de fenômenos. Em (b) temos uma base textual denominada de exposição analítica pelo processo de decomposição. Também é uma estrutura com um sujeito, um verbo da família do verbo ter (ou verbos como: ““contém””, ““consiste””, ““compreende””) e

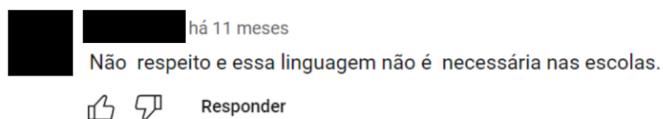
		um complemento que estabelece com o sujeito uma relação parte-todo. Trata-se de um enunciado de ligação de fenômenos.
4. Argumentativo	“A obsessão com a durabilidade nas Artes não é permanente.”	Tem-se aqui uma forma verbal com o verbo ser no presente e um complemento (que no caso é um adjetivo). Trata-se de um enunciado de atribuição de qualidade
5. Injuntiva	“pare!”, “seja razoável!”	Vem representada por um verbo no imperativo. Estes são os enunciados incitadores à ação. Estes textos podem sofrer certas modificações significativas na forma e assumir por exemplo a configuração mais longa onde o imperativo é substituído por um “deve”. Por exemplo: “Todos os brasileiros na idade de 18 anos do sexo masculino devem comparecer ao exército para alistarem-se.”

Fonte: Gêneros textuais: definição e funcionalidade. (Marcuschi, 2002)

Por outro lado, ao contrário dos tipos textuais, os gêneros textuais são moldados pela enunciação e pelas relações sociais, desempenhando funções específicas em contextos comunicativos. Marcuschi conceitua o gênero textual como uma noção abrangente que se refere aos textos concretos encontrados no cotidiano, os quais apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, estilo, propriedades funcionais e composição típica. Assim, fica evidente que os gêneros textuais emergem das interações sociocomunicativas, o que implica em uma diversidade de gêneros textuais correspondentes às diferentes situações de comunicação. Enquanto os tipos textuais são marcados por propriedades linguísticas intrínsecas e estáveis, os gêneros textuais são influenciados por fatores históricos e culturais, moldados pelas transformações sociais, tecnológicas e culturais.

Levando em conta que esta pesquisa analisa comentários digitais de vídeos, não estamos nos referindo apenas a critérios linguísticos e gramaticais, mas a interações sociais e situacionais que refletem nos propósitos comunicativos e contextos culturais. A descrição do gênero que compõe o *corpus* de análise desta pesquisa será abordada com mais detalhes no próximo capítulo. Por enquanto, podemos concluir que, na perspectiva textual, o gênero “comentário” está composto por vários tipos, incluindo o argumentativo. Abaixo, segue um comentário do tipo argumentativo:

Figura 2: Comentário argumentativo



Fonte: YouTube (2023)

Na Figura 2, observamos a estrutura da frase nos moldes do gênero argumentativo, conforme definido por Werlich. Nesse caso, identificamos a utilização do verbo "ser" no presente (é) acompanhado por um complemento, que consiste em um adjetivo (necessária). Portanto, trata-se de um enunciado de atribuição de qualidade, além de se enquadrar no modelo descritivo. Contudo, em uma perspectiva discursiva, a argumentação se define por meio de outras questões, como quanto à eficácia do discurso não residir apenas na habilidade de persuadir, mas também na capacidade de influenciar as percepções e emoções do público-alvo. Segundo Amossy (2020), o discurso busca constantemente gerar impacto em sua audiência, seja através da defesa de uma tese específica, caracterizando-se assim por uma visada argumentativa, ou buscando de forma mais modesta alterar as perspectivas e sentimentos predominantes, revelando, dessa forma, uma dimensão argumentativa subjacente.

Nessa mesma linha de pensamento, Charaudeau (2019) destaca que o argumentativo não se limita apenas a uma interação com o conhecimento que busca refletir a experiência humana, mas também se insere no âmbito da organização discursiva, transcendendo as meras categorias linguísticas. Esta abordagem amplia, portanto, a compreensão sobre o poder do discurso em não apenas convencer, mas também em moldar as mentalidades e as percepções do público, revelando sua profundidade e alcance além das fronteiras da linguagem.

Marcuschi (2002) argumenta que a função é o principal elemento determinante de um gênero, pois representa a ação social almejada por meio dele, influenciando sua forma. Esse processo de transformação entre gêneros, baseado na interação dinâmica entre forma e função, leva à criação de novos gêneros. Assim, podemos dizer que o surgimento de novos gêneros discursivos é impulsionado pelas novas necessidades comunicativas que surgem em determinados contextos sociais. Conforme esses novos gêneros são adotados e aceitos em seu ambiente, podem se tornar independentes e estabelecidos.

A escola da Nova Retórica elaborou uma teoria que enfatiza o papel central da função social dos gêneros discursivos em sua formação. Amossy (2011), em seu texto “Contribuição da nova retórica para a AD”, ressalta que o estudo da argumentação, definida como o conjunto dos meios verbais suscetíveis de provocar ou aumentar a adesão dos espíritos a um ponto de vista, passa, necessariamente, pelo estudo dos funcionamento dos discursos, pensamento que se alinha aos estudos da semiolinguística de Charaudeau. Portanto, a nova retórica assume, de início, a capacidade da palavra de agir sobre o outro: como a retórica antiga, e como a AD (doravante AD) hoje, ela vê na utilização da linguagem não somente uma ação, mas também uma atividade social. Assim, a retórica como arte de persuadir autoriza uma co-construção do razoável no e pelo discurso, e é aí que o *logos* constitui a pedra de toque da interação, entendida como atividade social (Amossy, 2011).

Segundo Charaudeau, quando falamos, estamos também estruturando a representação do mundo que estamos apresentando ou impondo ao interlocutor. Nessa representação, podemos descrever e narrar eventos que acontecem nesse mundo, ou podemos tentar explicar como e por que esses eventos ocorrem. Para realizar essa tarefa, o falante utiliza diferentes estratégias discursivas que seguem uma certa lógica narrativa e argumentativa. Isso implica em um processo de racionalização mais vinculado à razão, que afeta os demais processos, resultando em um discurso que se constrói em um constante movimento entre esses elementos.

A expectativa ou o que está em jogo para qualquer ato de linguagem pode ser descrito em termos de visadas, que correspondem a uma intencionalidade psicosociodiscursiva, a do sujeito falante, que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal, já que ele não tem domínio dos efeitos produzidos. Podemos determinar estas visadas através de um triplo critério: 1) a intenção pragmática do “eu” diante do “tu”, 2) a posição de legitimidade do “eu” e 3) a posição que, ao mesmo tempo, instaura para o “tu”. (In Machado e Mello, 2010, p. 61)

Em seu livro “Linguagem e Discurso”, Charaudeau (2019) também apresenta algumas contribuições à perspectiva discursiva a respeito da argumentação. Primeiramente, o linguista esclarece que a argumentação não está no campo da língua, mas sim do discurso. Além disso, ele ressalta a relevância histórica da argumentação ao fazer um paralelo com a antiguidade, compartilhando com Amossy a visão de que a argumentação é como um instrumento estratégico essencial, situado no cerne da Retórica, uma habilidosa arte de sedução e persuasão. Dessa forma, surge uma distinção que permeia a evolução da argumentação: por um lado, o enfoque no raciocínio, desprovido das nuances da psicologia humana; por outro, a ênfase na persuasão, que se baseia na capacidade de emocionar o outro por meio de elementos psicológicos.

Portanto, ao considerar a linguagem como uma ação social, a retórica possibilita a construção conjunta do que é considerado razoável no discurso, onde o *logos* desempenha um papel crucial na interação social. Essa compreensão nos ajuda a entender como os indivíduos organizam e expressam suas perspectivas por meio da linguagem. No entanto, conforme observado por Amossy (2011), o *logos* vai além dos esquemas de raciocínio subjacentes aos discursos que buscam obter a adesão do público. Ele abrange um conjunto de recursos discursivos que permitem estabelecer um consenso em sentido amplo, seja para mudar percepções ou para comunicar dentro dos mesmos valores compartilhados. A construção conjunta do razoável, característica da argumentação, não ocorre apenas em relação a posições ou decisões relacionadas à ação. Ela surge sempre que a comunicação verbal estabelece um consenso, mesmo que parcial..

Ruth Amossy destaca a importância dos estudos sobre argumentação, enfatizando a necessidade de compreender o que constitui um argumento válido, avaliando sua coerência lógica e identificar possíveis falácia. Essa abordagem não apenas tem implicações filosóficas, mas também pedagógicas, visando a formação de cidadãos bem informados e capazes de discernir. Assim, a análise retórica ou argumentativa se debruça sobre as diversas e complexas formas de ação e interação linguística, buscando seu lugar não apenas nas ciências da comunicação, mas também dentro de um contexto mais amplo de linguística do discurso. Esse campo interdisciplinar se propõe a examinar o uso da linguagem em situações reais, e a análise argumentativa, especificamente, se insere como um subdomínio da Análise do Discurso (AD). Seu objetivo é esclarecer os mecanismos discursivos, investigando discursos situados que, pelo menos em parte, estão sujeitos a pressões externas.

Em suma, todo discurso supõe o ato de fazer funcionar a linguagem num quadro figurativo (“eu - “tu”); está imerso na trama dos discursos que o procedem e o cercam; produz, de bom ou de mau grado, uma imagem do locutor e influencia as representações ou as opiniões de um alocutário. Nesse sentido, o estudo da argumentação e do modo como ela se alia aos outros componentes na espessura dos textos é parte integrante da análise do discurso. (Amossy, 2020, p. 12)

Para compreender a argumentação no contexto discursivo, Charaudeau (2019) nos conduz por uma breve retrospectiva, explorando as perspectivas de diversos teóricos. Ele começa apresentando a perspectiva de Oswald Ducrot, que propõe diferenciar o estudo do raciocínio linguístico, passível de comparação com linguagens formais para identificar semelhanças e diferenças, do estudo da argumentação, cuja finalidade é "guiar" a progressão do discurso e, consequentemente, exercer influência sobre o outro (interlocutor ou destinatário).

Em seguida, aborda Jean-Blaise Grize, que conceitua a argumentação como "lógica natural" e considera o contexto e os participantes da comunicação, reconhecendo operações além das puramente demonstrativas.

Além dessas perspectivas centradas na lógica, tanto filosófica quanto linguística, a psicossociologia ganhou destaque a partir dos anos 50, primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa. Ela concentrou sua atenção nos discursos persuasivos e em todos os aspectos relacionados à comunicação como um fenômeno com repercussões nos grupos sociais da sociedade contemporânea.

Ao longo das próximas seções, exploraremos mais detalhadamente esses conceitos, destacando a interseção entre a argumentação, a percepção e a organização discursiva, e como esses elementos se entrelaçam para influenciar as dinâmicas comunicativas e sociais a partir de duas perspectivas discursivas: a semiolinguística e a da argumentação no discurso.

2.2- Argumentação na análise Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau

2.2.1- Breves considerações sobre a Análise Semiolinguística do Discurso

A Análise do Discurso (AD) se fundamenta em uma abordagem crítica, na medida em que desmonta os discursos para examinar minuciosamente os motivos que os originaram, o propósito por trás de sua produção e, em certo sentido, as ideologias subjacentes a essa construção. Contudo, é importante destacar que na AD, a análise objetiva e imparcial dos atos de linguagem é essencial para fornecer ao pesquisador os elementos necessários para formular um julgamento fundamentado em bases científicas.

Um ato de linguagem, conhecido também como ato linguístico, não deve ser apenas considerado como uma troca entre um emissor e um receptor em um determinado momento e local, mas também como uma ação carregada de intenção e influência. Esse ato se insere em um acordo estabelecido entre os interlocutores (Machado, 2006). Conforme a Teoria Semiolinguística (TS), os elementos desse acordo se dividem em aspectos comunicacionais, psicossociais e intencionais. Por exemplo, em uma sala de aula, esse acordo se manifesta no ato de ensinar, atribuído ao professor, e no ato de aprender, atribuído ao aluno. O discurso se entrelaça em uma trama que conecta eventos linguísticos a fenômenos psicológicos e sociais, uma vez que a linguagem está intrinsecamente ligada ao contexto em que ocorre. Assim, o ato de linguagem é compreendido como um produto do contexto, envolvendo um emissor e um

receptor que, influenciados pelas circunstâncias, podem atribuir diferentes interpretações às expressões linguísticas.

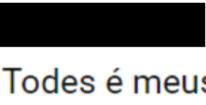
Para a Teoria Semiolinguística (TS), o fenômeno da linguagem surge de duas dimensões distintas: a dimensão implícita e a dimensão explícita. Nesse contexto, o ato de linguagem não é apenas definido pelo conteúdo do enunciado, mas também pelos conhecimentos mobilizados pelos indivíduos durante os processos de produção e interpretação desse ato. Por exemplo, o ato de proferir um insulto não se limita apenas ao que é expresso sobre a pessoa, mas também à evocação de conhecimentos (sobre o indivíduo em questão, sobre a natureza dos atos de fala, entre outros) que estão envolvidos nessa atribuição de significado.

Na segunda parte da obra "Linguagem e Discurso", Charaudeau delineia os modos de organização do discurso, que abrangem: a) modo de organização enunciativo; b) modo de organização descritivo; c) modo de organização narrativo; e d) modo de enunciação argumentativo.

Resumidamente, o modo enunciativo tenta dar conta da posição do locutor em relação ao interlocutor (relação de influência, alocutivo), em relação a seu ponto de vista (relação a si mesmo, elocutivo) e em relação a outros discursos (relação a um terceiro, delocutivo); o modo descritivo, por sua vez, identifica e qualifica seres de maneira objetiva ou subjetiva quando nomeia, localiza e qualifica; já o modo narrativo constrói a sucessão das ações de uma história no tempo com a finalidade de fazer um relato, o que leva a uma organização lógica preocupada com os actantes e os processos; e, por fim, o modo argumentativo expõe e prova casualidades em uma visada racionalizante para influenciar o interlocutor. (Mazzaro, 2016, p. 210)

Na visão de Charaudeau (2019), a argumentação transcende a mera sequência linear de frases ou proposições conectadas por elementos lógicos explícitos. Isso ocorre porque muitas combinações frácticas não apresentam evidências claras de operações lógicas. Além disso, o aspecto argumentativo de um discurso frequentemente reside no que está implicitamente sugerido. Por exemplo, os slogans publicitários, assim como alguns comentários, embora pareçam pouco argumentativos à primeira vista, devem ser sempre interpretados à luz do esquema argumentativo que define esse tipo específico de comunicação. Darei um exemplo com um comentário retirado do *corpus*:

Figura 3: Construção argumentativa 1

  há 1 ano

Todes é meus oves.

 1 

[Responder](#)

Fonte: YouTube (2023)

No comentário presente na imagem 2, encontramos a expressão "todes é meus oves", uma combinação frástica que não apresenta uma operação lógica evidente. Embora à primeira vista não pareça ser argumentativo, ao analisarmos o contexto em que esse comentário foi publicado, a situação se torna mais clara. Trata-se de um comentário feito no YouTube, relacionado a um vídeo intitulado "Linguagem neutra: Preservação da língua portuguesa deve ser prioridade em debate, diz Josias", que aborda a discussão sobre a votação do STF (Supremo Tribunal Federal Brasileiro) sobre uma lei que visa proibir a linguagem neutra nas escolas. Portanto, ao utilizar a letra "e" em "Todes" e "Oves", o autor ridiculariza o uso da linguagem neutra, já que o "e" é comumente utilizado para neutralizar palavras ou sentenças. Além disso, essa escolha pode ser interpretada como uma concordância com a proibição da linguagem neutra. Dessa forma, podemos perceber, conforme apontado por Charaudeau, que o aspecto argumentativo do discurso muitas vezes reside no implícito. Além disso, a argumentação se dirige à faceta do interlocutor que raciocina, mesmo que busque um resultado semelhante. O sujeito que argumenta expressa uma convicção e uma explicação na tentativa de persuadir o interlocutor a modificar seu comportamento.

Por fim, segundo Plantin (1996, 2005), para que a argumentação se concretize, é imprescindível que ocorram os seguintes elementos: a) uma afirmação acerca da realidade que suscite questionamentos, levando alguém a duvidar de sua legitimidade; b) um indivíduo que se envolva com esse questionamento, desenvolvendo convicções e elaborando um raciocínio para tentar estabelecer a veracidade dessa afirmação; c) outro sujeito que, ao se confrontar com essa mesma afirmação, questionamento e verdade, se torne o alvo da argumentação. Este é o indivíduo ao qual se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de persuadi-lo a compartilhar da mesma verdade, ciente de que ele pode tanto aceitar quanto rejeitar a argumentação.

Sob uma perspectiva discursiva, cada manifestação linguística ocorre em um contexto de comunicação padronizado, que inclui a antecipação da interação e a observância das limitações impostas (contrato comunicativo e diretrizes discursivas). Esse contexto, com suas previsões, também determina a legitimidade dos interlocutores.

A identidade social tem como particularidade a necessidade de ser reconhecida pelos outros. Ela é o que confere ao sujeito seu “direito à palavra”, o que funda sua legitimidade. É necessário, então, verificar em que consiste esta legitimidade. (Charaudeau, 2009, p.03)

Com base no exposto anteriormente, Charaudeau (2019) chega à conclusão de que a atividade de argumentação é, portanto, um empreendimento discursivo que, do ponto de vista do sujeito que argumenta, envolve uma dupla busca: em primeiro lugar, busca-se uma racionalidade que visa alcançar um ideal de verdade na explicação dos fenômenos do mundo. Considerando que nenhum sujeito é ingênuo, essa busca pela verdade torna-se uma busca pelo mais verdadeiro, ou seja, pelo verossímil, que depende das representações socioculturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento. É evidente que, apesar de reconhecer a relatividade da verdade, o sujeito argumentativo continua a operar sob a premissa da verdade e da universalidade das explicações, uma vez que seu engajamento com essa verdade depende do ponto de vista de um outro.

Daí surge uma segunda busca, que é pela influência, visando a um ideal de persuasão, que consiste em compartilhar com o outro um determinado universo discursivo até que ele concorde com as mesmas proposições. Portanto, argumentar é uma atividade que envolve diversos procedimentos, sendo que o que a distingue dos procedimentos de outros modos de organização do discurso é o fato de que ela se inscreve em uma finalidade racionalizante e opera com base no raciocínio, que é regido por uma lógica e pelo princípio da não contradição. Enquanto isso, os procedimentos de outros modos de discurso estão voltados para uma finalidade descritiva e mediadora das percepções do mundo e das ações humanas.

2.2.2- Argumentação enquanto modo de organização do discurso

Segundo Charaudeau (2019), a argumentação é o resultado textual de uma interação entre diversos elementos, os quais são moldados por uma situação comunicativa com o objetivo de persuadir. Esses textos, seja em sua totalidade ou em parte, podem se manifestar de forma dialogada, escrita ou oral, e é nesse contexto que expressões como "desenvolver uma boa argumentação", "ter bons argumentos", "bem argumentar", entre outras, encontram seu significado e aplicação.

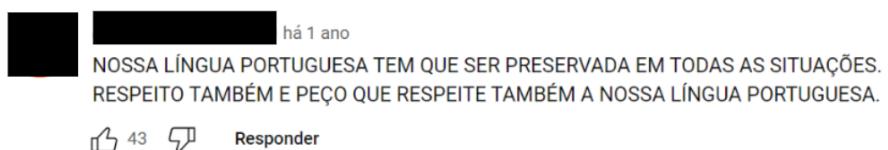
O aspecto argumentativo, como um modo de organização do discurso, representa o mecanismo que viabiliza a elaboração de argumentações em todas essas diferentes formas de expressão. Charaudeau também destaca que esse modo de comunicação tem como objetivo principal construir explicações sobre afirmações relacionadas ao mundo, contemplando uma dupla perspectiva, a razão demonstrativa e persuasiva:

- A razão demonstrativa se baseia no mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas (causalidade: conceito tomado aqui no sentido amplo de relação entre duas ou várias asserções). Essas relações entre as seções se estabelecem através de procedimentos que constituem o que chamamos de organização da lógica argumentativa. Seus componentes estão ligados, ao mesmo tempo, ao sentido das asserções, aos tipos de relações que as unem e aos tipos de validação que as caracterizam.
- A razão persuasiva se baseia num mecanismo que busca estabelecer a prova com ajuda de argumentos que justifiquem as propostas a respeito do mundo, e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras. Esse mecanismo depende muito particularmente de procedimentos de encenação discursiva do sujeito argumentante, razão pela qual o chamamos - paralelamente aos outros modos de organização do discurso - de encenação argumentativa (Charaudeau, 2019, p. 207-208).

Toda estrutura argumentativa é composta por, no mínimo, três elementos: uma afirmação inicial, uma conclusão e uma afirmação intermediária que permite a transição entre elas. Charaudeau (2019) as denomina de Aserção de Partida (A1), Aserção de Chegada (A2) e Aserção de Passagem.

Assim sendo, se o foco da minha pesquisa são os comentários, estes se baseiam no conteúdo apresentado, no caso específico, nos vídeos publicados no YouTube, os quais servem como ponto de partida para a elaboração dos comentários. Por isso, conseguimos observar essa estrutura argumentativa em muitos dos comentários, já que há uma movimentação de concordância e discordância, possibilitando a estruturação de A1, A2 e uma asserção de passagem. Veja o exemplo:

Figura 4: Construção argumentativa 2



Fonte: YouTube (2023)

Em “NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA TEM QUE SER RESPEITADA” temos A1, onde a frase se configura sob a forma de um enunciado e é o dado inicial do argumento. Seguindo, temos “RESPEITO TAMBÉM”, claramente uma asserção de passagem para uma

conclusão, onde o sujeito se coloca de acordo com o enunciado anterior e se prepara para a chegada da conclusão, nesse momento de passagem o sujeito representa o que deve ser aceito, preparando o leitor para sua conclusão “E PEÇO QUE RESPEITE TAMBÉM A NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA.”.

A partir disso, Charaudeau (2019) ressalta que essa relação é sempre uma relação de causalidade, pois a chegada pode representar a causa da premissa ou sua consequência. Essa transição pode ser chamada de conclusão da argumentação; ela representa a legitimidade da proposta. Por fim, a transição de passagem não é estabelecida de forma arbitrária; deve ser fundamentada por uma afirmação que justifique a relação de causalidade entre A1 e A2. Essa transição representa um universo de crença sobre como os fatos se determinam mutuamente na experiência ou no conhecimento do mundo. Esse universo de crença deve, portanto, ser compartilhado pelos interlocutores envolvidos na argumentação, a fim de estabelecer a validade da relação entre A1 e A2, o argumento que, do ponto de vista do sujeito argumentativo, deveria incentivar o interlocutor ou destinatário a aceitar a proposta como verdadeira.

A1 e A2 podem estar ligadas, em sua articulação lógica, de maneira mais ou menos estreita. A passagem de uma a outra se fará segundo uma influência que estabelece, entre premissa e conclusão, um vínculo que se situa no domínio do possível, do necessário ou do provável. (Charaudeau, 2019, p. 212)

Referente ao valor de verdade no discurso, É um componente que se assemelha aos tipos de vínculos modais entre asserções, mas deles se distingue na medida em que abrange a proposta em sua totalidade, Isto é, é o conjunto da relação argumentativa que está sobre o "escopo" do valor de verdade: "para todos os casos" (generalização), "para um caso específico" (particularização), "para um caso suposto" (hipótese). (Charaudeau, 2019, p. 213)

Na generalização, a relação entre A1 e A2 é aplicável a uma ampla gama de casos que ocorrem com frequência, sendo assim, essa proposta pode se alinhar com o eixo do necessário quando a generalização é extensiva, como observado em slogans publicitários comuns. No entanto, quando a generalização é mais limitada, ela pode se alinhar com o eixo do possível.

Por outro lado, na particularização, a relação entre A1 e A2 é válida apenas para um caso específico que está sujeito a circunstâncias particulares. Nesse contexto, a proposta visa ser uma constatação baseada em um exemplo singular. Por fim, na hipótese, a realização da relação entre A1 e A2 depende do grau de existência atribuído a um ponto específico.

No entanto, é importante destacar que diversos elementos da lógica argumentativa se interligam, originando diversos modos de raciocínio que contribuem para estruturar a lógica

argumentativa em conformidade com o conceito de razão demonstrativa, conforme delineado por Charaudeau. Esses modos de raciocínio não operam isoladamente; ao contrário, estão inseridos em uma encenação argumentativa específica e se integram aos componentes dessa encenação de maneira coerente e complementar.

Segundo Charaudeau, a argumentação está intrinsecamente ligada ao contexto comunicativo em que o sujeito se encontra. Essa conexão entre argumentação e contexto determina quais componentes dos dispositivos serão utilizados, com base no projeto de fala do sujeito.

Portanto, em todo processo argumentativo, o sujeito é convocado a assumir uma posição: em relação à proposição apresentada, em relação ao proponente da proposição e em relação à sua própria argumentação. E, assim, entendemos o caminho para uma análise argumentativa na perspectiva de Charaudeau.

2.3- Argumentação na Análise Argumentativa do Discurso, de Ruth Amossy

2.3.1- Breves considerações sobre a Análise Argumentativa do Discurso

Baseando-se em Perelman, Amossy (2020) enfatiza a importância de adaptar-se ao público ou de considerar as opiniões do outro como uma condição. Uma consequência principal disso é a centralidade, em todo discurso persuasivo, da doxa ou opinião comum. A nova retórica destaca que a adaptação ao público significa principalmente apostar em pontos de concordância. Somente ao basear seu discurso em premissas já aceitas pelo seu público é que o orador pode ganhar a adesão. Para selecionar essas premissas com segurança, é necessário fazer suposições sobre as opiniões, crenças e valores daqueles a quem se dirige. É pelo desejo de influenciar interlocutores, cujas reações derivam de um sistema de crenças prévias, que o orador deve considerar seu público, mesmo na ausência de um contato direto. Em outras palavras, o público desempenha um papel crucial ao definir o conjunto de opiniões, crenças e esquemas de pensamento nos quais o discurso argumentativo pode se apoiar. Adaptar-se ao público é, antes de tudo, levar em conta sua doxa.

O segundo ponto, segundo Amossy, cuja contribuição da nova retórica não pode ser exagerada, é a ideia de que o público é sempre uma "construção do orador". De fato, o locutor deve formar uma imagem de seu público se quiser ter como referência as "opiniões dominantes", "convicções inabaláveis" que fazem parte de sua cultura, mas também é preciso conhecer o nível educacional de seus interlocutores, o ambiente social deles, e os papéis que

desempenham na sociedade. Somente quando o sujeito tem uma ideia clara de seu público pode tentar aproximá-lo de seus próprios pontos de vista.

No entanto, a realidade física de um indivíduo ou de uma multidão não pode substituir a imagem que o locutor tem de seu público. O que influencia na interação não é a presença real do interlocutor, mas a imagem mais ou menos esquemática que o falante elabora dele.

Em sua obra intitulada "Argumentação e Análise do Discurso: Perspectivas teóricas e Recortes Disciplinares", Amossy observa que as principais formas de raciocínio estão ancoradas no silogismo, no entimema e na analogia. Alguns autores propõem esquemas argumentativos prototípicos, outros desenvolvem uma taxonomia de argumentos, procurando agrupar os diferentes tipos de argumentação em categorias diversas, há também aqueles que se dedicam à identificação de falácias argumentativas, como é o caso da lógica informal. Em todas essas abordagens, a argumentação é apresentada como uma sequência de proposições lógicas que precisam ser desvendadas da linguagem natural que as expressa, e que ao mesmo tempo as máscara.

Portanto, é necessário ir além da superfície textual e penetrar nas entrelinhas, explorando os vínculos invisíveis que conectam as ideias e os argumentos apresentados. Ao desenterrar o esqueleto oculto da argumentação, conseguimos observar os meandros da retórica e da persuasão, revelando a estrutura subjacente que sustenta o poder persuasivo do discurso. Este processo não apenas enriquece nossa compreensão do discurso, mas também nos capacita a analisar criticamente as estratégias retóricas e argumentativas empregadas em diferentes contextos comunicativos. É a essa abordagem que se opõe uma teoria da argumentação ancorada nas Ciências da Linguagem. Como assevera Christian Plantin, “a língua natural não é um obstáculo, mas a condição da argumentação” (apud Amossy, 2011).

Amossy enfatiza que a argumentação é um componente essencial do discurso, destacando a importância de uma Análise do Discurso (AD) que examine tanto sua manifestação linguística quanto seu contexto social e institucional. Para ela, a investigação da argumentação deve considerar o contexto social e as estruturas institucionais nas quais o discurso foi produzido. E, para isso, a retórica é um componente complementar para as análises. Evocando a retórica como a arte persuasiva que evoluiu desde Aristóteles até Perelman, ela destaca a importância central do *logos* em relação ao *ethos* e ao *pathos*. Assim, ela coloca no cerne da comunicação a capacidade da linguagem de persuadir através da lógica e da habilidade de influenciar para que seja compartilhada. Dessa forma, ela se fundamenta na análise dos tópicos, dos esquemas argumentativos e dos tipos de argumentos utilizados no discurso para justificar um ponto de vista e torná-lo aceitável ao interlocutor.

Os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (Amossy, 2020, p.47)

Portanto, a argumentação vai além da simples defesa de uma ideia específica, abrangendo também a busca por compartilhamento de perspectivas sobre a realidade, o fortalecimento de valores e a orientação de reflexões. Ao examinar a modalidade argumentativa, torna-se evidente que o discurso desempenha diferentes papéis na influência e reorientação de visões e opiniões.

Assim, para exercer influência, aquele que assume a palavra precisa se adaptar ao seu público-alvo, esforçando-se para compreender a perspectiva deles o mais precisamente possível. Ele deve ter uma noção de como seus interlocutores o veem. Qual é a sua autoridade aos olhos deles? A importância dada à persona do orador na argumentação é um elemento fundamental nas teorias retóricas antigas, que se referem ao *ethos* como a imagem que o orador constrói de si mesmo em seu discurso, com o propósito de aumentar a eficácia da sua mensagem. Esse aspecto sublinha a necessidade de uma cuidadosa consideração da imagem que o orador projeta, reconhecendo-a como um elemento-chave na comunicação persuasiva.

Em sua retórica, Aristóteles denomina *ethos* o caráter, a imagem de si, projetada pelo orador desejo de agir por sua fala, pondo em destaque o fato de que essa imagem é produzida pelo discurso. Assim, ele inaugura um debate que vai se seguindo ao longo dos séculos e a respeito do qual até hoje há desdobramentos. Trata-se de saber se é preciso privilegiar a imagem de si que o orador projeta em sua fala ou, antes, a imagem que deriva de um conhecimento prévio de sua pessoa. (Amossy, 2020, p.80)

Por fim, na abordagem argumentativa de Amossy (2020), a argumentação se manifesta quando há uma exposição de um posicionamento, uma perspectiva ou uma interpretação do mundo em meio a diferentes pontos de vista, alguns dos quais podem ser conflitantes ou simplesmente distintos, buscando predominar ou serem aceitos. Portanto, a dimensão argumentativa dos discursos só surge em contextos nos quais são contempladas pelo menos duas opções. Assim, o discurso surge como resultado da utilização da linguagem em uma situação específica, na qual a interação entre diferentes perspectivas desempenha um papel fundamental.

Uma defesa no tribunal tem uma nítida visada argumentativa: seu objetivo principal é fazer admitir a inocência do acusado cujo advogado tem por tarefa defendê-lo, ou apresentar circunstâncias atenuantes que diminuirão a pena. Uma descrição jornalística, entretanto, terá mais uma dimensão do que uma finalidade argumentativa.

Ela aparece muitas vezes como uma simples tentativa de apresentar uma dimensão do real; não deseja provar, e às vezes se proíbe de fazê-lo. (Amossy, 2020, p. 44)

De maneira geral, apresentamos as necessidades para uma análise argumentativa do discurso, com foco na perspectiva de Amossy, que será aprofundada no tópico a seguir.

2.3.2- A teoria da Argumentação no Discurso

Em sua obra "Argumentação no Discurso", Amossy examina minuciosamente o processo de construção do auditório como uma estratégia discursiva, enfatizando que a representação projetada pelo discurso do interlocutor é, por si só, uma estratégia cuidadosamente elaborada. Nesse sentido, a percepção que o orador possui de seu público desempenha um papel crucial na configuração das modalidades argumentativas presentes no texto, influenciando diretamente a forma como os argumentos são apresentados e recebidos.

Entretanto, o discurso não se limita a refletir a visão do locutor sobre seu público; ele também é uma ferramenta ativa para a apresentação de uma imagem que possa favorecer sua tentativa de persuasão. Dessa forma, o orador trabalhaativamente para criar uma representação do auditório que seja não apenas identificável, mas também atraente e motivadora para aqueles que o compõem. O comentário, por exemplo, pode partir para um processo de persuasão, onde o enunciador comenta a partir do vídeo ciente de que o comentário chegará para outros sujeitos, não necessariamente um sujeito que esteja de acordo ou desacordo, mas sempre um sujeito, já que é um processo característico da própria rede que está sendo utilizada e, neste processo, há uma tentativa de produzir um impacto no leitor, caracterizando-se como uma visada argumentativa. E, a partir disso, o enunciador produz uma argumentação baseada nas suas perspectivas e vivências.

Figura 5: Construção argumentativa 3

há 1 ano

Até que enfim, um comentário inteligente!!! Parabéns, nobre Josias!!     

Tem gente que precisa se informar mais...o STF não julgou o mérito, não liberou o uso da linguagem bizarra, julgou apenas a constitucionalidade da lei. Estudar a questão evita a "vergonha digital"!

Quem quiser usar a linguagem "burra" que use, mas o vernáculo pátrio é a língua portuguesa.

Por que não adotam a linguagem ESPERANTO nas escolas?! Deve ser porque será necessário estudá-la para saber usar...

Já essa linguagem que querem empurrar guela abaixo da maioria da população, que não tem sentido nenhum, a não ser para uma minoria, basta mudar letrinhas e empregá-las com um tom de desafio à quem preza pela língua portuguesa.

Lembremo-nos!!! A língua é o patrimônio de um povo!

[Mostrar menos](#)

  [Responder](#)

Fonte: YouTube (2023)

Na Figura 5, fica evidente que o comentário é estruturado com uma clara abordagem argumentativa. O autor reafirma um tema discutido no vídeo, mostrando-se alinhado com o conteúdo apresentado. No entanto, não se limita à mera concordância; ele continua a desenvolver seu raciocínio, fornecendo justificativas que considera verdadeiras. Dessa forma, busca impactar o leitor, apresentando argumentos para persuadir o auditório a aceitar sua posição. Assim, o orador procura influenciar opiniões e comportamentos, apresentando uma imagem cuidadosamente construída que visa agradar e motivar o público a concordar com seus argumentos. Esse processo, que integra o público como parte essencial da estratégia discursiva, revela a complexidade e sutileza da argumentação, ressaltando a importância de compreender o público-alvo e sua representação para o sucesso da persuasão.

Portanto, a construção do auditório no discurso pode manifestar-se como uma técnica argumentativa. Trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar a uma imagem de si que lhe é agradável. Se essa estratégia se expõe em geral aos riscos da sedução ou da demagogia, ela não é negativa. Ela pretende influenciar propondo ao parceiro aderir à imagem de sua própria pessoa que lhe é proposta. (Amossy, 2020, pg. 78)

Por isso, a doxa é muito relevante no processo de argumentação, onde a presença daqueles aos quais o discurso se dirige não dispensa o locutor de construir seu auditório. Com efeito, a realidade corporal de um indivíduo ou de uma multidão não pode substituir a ideia que o locutor faz daquele ou daqueles aos quais se dirige. (Amossy, 2020, pg.55)

Ao produzir os comentários apresentados neste capítulo, o autor do comentário não tem conhecimento do público específico que será impactado por suas palavras. No entanto, ao justificar seus argumentos, ele está construindo mentalmente a imagem de um público que

discordaria de sua posição. Assim, ele antecipa essas possíveis objeções ao trazer as justificativas para a produção do comentário. Por isso, Amossy sugere um olhar mais profundo sobre como os discursos constroem um *ethos* persuasivo, fundamentado em elementos tanto pré-discursivos quanto variados. Essa abordagem destaca a complexidade envolvida na construção da credibilidade e da influência retórica, apontando para uma compreensão mais abrangente do processo persuasivo. Nessa perspectiva, a persuasão transcende a mera questão de autoridade pessoal ou de projeção de imagem do orador.

Dentro dessa abordagem da construção do imaginário, Amossy (2020) nos apresenta a perspectiva de Grize (1990), onde constata que o locutor A não tem nenhum acesso direto às representações do alocutário B, o que consta são as representações que A constroi das representações de B. A noção de representação tal como Grize a utiliza é próxima do que os psicólogos sociais chamam de “representação social” ou estereótipo. (Amossy, 2020, p.59)

Diante dessa abordagem, temos a presença de uma força ilocutória, que está intrinsecamente ligada à imagem que o locutor projeta, seja de forma consciente ou inconsciente, durante sua fala. Essa projeção da imagem do orador é central no domínio do *ethos* discursivo, onde a credibilidade e a persuasão se constroem a partir da percepção que o público tem dele. No entanto, é importante destacar que essa imagem não surge do nada; ela é fundamentada em elementos pré-existentes, como as percepções prévias que o público tem do orador antes mesmo de ele começar a falar. Além disso, a autoridade conferida à posição ou status do orador também influencia significativamente a maneira como sua imagem é percebida pelo público, contribuindo assim para moldar a eficácia persuasiva do discurso. Portanto, ao analisar a força persuasiva do discurso, é essencial considerar não apenas o conteúdo verbal, mas também a imagem projetada pelo orador e como ela é percebida pelo público-alvo.

O *ethos* discursivo, portanto, é uma construção complexa que se desenvolve a partir de múltiplos fatores, incluindo a reputação do orador, sua posição social e até mesmo suas ações passadas. A eficácia persuasiva do discurso não está apenas na mensagem transmitida, mas também na maneira como o locutor é percebido pelo público. Assim, a imagem construída pelo locutor não é apenas um aspecto superficial do discurso, mas sim um componente fundamental de sua força persuasiva.

Então, a partir da imagem construída pelo locutor, podemos pensar na construção de um *ethos* prévio, também conhecido como imagem prévia. Este termo refere-se à percepção que o público tem do orador antes mesmo de ele começar a falar e, essa percepção, influencia na construção discursiva compartilhada pelo sujeito que enuncia. Essa imagem prévia é moldada por diversos elementos, como o papel social do orador, suas funções institucionais, seu status e

seu poder na sociedade. Além disso, ela também é influenciada pela representação coletiva ou pelos estereótipos que circulam sobre a pessoa em questão. Assim, o *ethos* prévio não apenas precede a intervenção do orador, mas também exerce uma influência significativa sobre a recepção e interpretação do discurso. Além disso, a representação prévia do orador, embora esquemática, não é estática. Ela é modulada e reinterpretada pelo próprio discurso de várias maneiras. Portanto, o *ethos* prévio não é apenas uma noção abstrata, mas algo tangível que se manifesta no próprio discurso. Essa influência pode ser percebida nas escolhas linguísticas feitas pelo orador, bem como na situação de enunciação que serve como pano de fundo para a interação verbal.

Por isso, é imprescindível considerar a possibilidade de diferentes imagens, até mesmo contraditórias, do mesmo locutor, dependendo do público-alvo em questão. Se a representação se revela favorável e apropriada à circunstância, o orador pode apoiar-se nela, mas ele também deve modular ou orientá-la se ela lhe for desfavorável, ou se não convier aos objetivos persuasivos que almeja. (Amossy, 2020, p. 92)

Percebemos, então, que as considerações de Amossy sobre a construção do auditório no discurso, torna evidente que a persuasão não é apenas uma questão de autoridade pessoal ou de projeção de imagem do orador. Em vez disso, a persuasão é uma intrincada interação entre elementos discursivos e pré-discursivos, que moldam a percepção do público e influenciam sua resposta aos argumentos apresentados. O *ethos* discursivo, composto pela imagem prévia do orador e pela maneira como ele se apresenta verbalmente, desempenha um papel crucial na eficácia persuasiva do discurso. É essa interação entre a imagem projetada e a imagem percebida que determina a capacidade do orador de influenciar opiniões e comportamentos.

Além disso, é evidente a importância de reconhecer a complexidade da construção do auditório, especialmente em um contexto onde múltiplas imagens do orador podem coexistir e se sobrepor, dependendo do público-alvo e das circunstâncias específicas. A habilidade do orador de adaptar sua mensagem e sua imagem para atender às expectativas e percepções de diferentes audiências é fundamental para o sucesso da persuasão. Isso requer não apenas uma compreensão profunda do público-alvo, mas também uma consciência cuidadosa das representações culturais e estereotipadas que podem influenciar a recepção do discurso.

Portanto, a construção do auditório no discurso é uma técnica argumentativa que visa criar uma identificação positiva entre o orador e seu público, a fim de facilitar a adesão às ideias apresentadas. No entanto, essa construção não é estática e requer uma constante adaptação e modulação por parte do orador, a fim de garantir uma resposta favorável e persuasiva. Ao reconhecer a importância do *ethos* discursivo na prática da argumentação,

torna-se possível compreender melhor os mecanismos de persuasão e a complexidade da interação verbal.

2.4 Epílogo

Neste capítulo, apresentamos duas abordagens essenciais sobre a argumentação, delineadas por Amossy e Charaudeau. Enquanto Charaudeau destaca a dimensão implícita das construções argumentativas como um dos principais do aspecto argumentativo do discurso, Amossy ressalta a importância de considerar o contexto social e as estruturas institucionais nas quais o discurso é gerado. Observamos, então, que se trata de uma mesma abordagem nomeada de maneiras diferentes, onde ambas dão importância ao contexto social em que o sujeito está inserido, já que, na busca de um implícito, sempre buscamos o contexto em que o discurso foi produzido. Portanto, ao explorarmos essas perspectivas, compreendemos melhor como a argumentação se manifesta e opera dentro do discurso, examinando tanto seus elementos intrínsecos quanto suas interações com o contexto mais amplo em que estão inseridos.

Para a análise, então, buscaremos comentários que apresentem as três asserções de acordo com Charaudeau: Asserção de Partida (A1), Asserção de Chegada (A2) e Asserção de Passagem. A escolha desta categoria é uma maneira de diminuir a quantidade de comentários para análise, nela também encontramos uma argumentação estruturada e que permite uma análise mais dinâmica de acordo com as teorias de base. É importante ressaltar que a escolha dessa categoria não exclui a possibilidade de uma análise argumentativa dos outros comentários, que poderiam ser analisados a partir de outra vertente, então, esta escolha se trata de um foco específico e seguiremos a partir dele. Partindo dessa premissa, conseguiremos excluir muitos comentários, que não se enquadram na perspectiva argumentativa dentro das perspectivas acima, no Capítulo 3 aprofundaremos a explicação dessas Asserções.

CAPÍTULO 3 - COMENTÁRIO DIGITAL: DEFINIÇÕES E CONTEXTOS

3.1 - Percurso do conceito de gênero discursivo/gênero do discurso em Bakhtin e Charaudeau

Este capítulo, terceiro da dissertação, tem como objetivo explorar o gênero “comentário” enquanto unidade de análise. Esse gênero, amplamente utilizado nas plataformas digitais, oferece um campo fértil para o estudo das dinâmicas discursivas contemporâneas, especialmente em torno de temas polêmicos como a Linguagem Inclusiva. Ao analisarmos os comentários, estamos lidando com um tipo de manifestação discursiva caracterizada pela brevidade, informalidade e pela interação direta com outros participantes do debate, características que tornam esse gênero particularmente relevante para o estudo da argumentação.

Os comentários que compõem o *corpus* de análise representam uma forma de engajamento do público com os discursos oficiais em torno da Linguagem Inclusiva, permitindo-nos observar como as pessoas reagem, apoiam ou contestam as ideias apresentadas nos vídeos selecionados para a pesquisa. Antes da análise, é necessário entendermos o conceito de gênero discursivo.

Para compreender o conceito de gênero discursivo, é fundamental partir da noção de interação social mediada pela linguagem, uma vez que os gêneros discursivos emergem e se constroem a partir desse processo. De acordo com Charaudeau (2019), a comunicação pode ser vista como um dispositivo no qual o sujeito falante, seja ele o locutor que se expressa oralmente ou por escrito, ocupa um papel central em relação ao interlocutor. Nesse contexto, o comentário escrito digital ou online surge como um exemplo claro de gênero discursivo, aqui consideramos digital e online como sinônimos. Ele se insere na comunicação como uma forma de intervenção destinada a expressar uma opinião ou análise sobre um tema específico. Neste capítulo, sempre que mencionados, os comentários referem-se ao comentário escrito.

Os elementos constitutivos desse processo comunicativo incluem a situação de comunicação, que define o contexto físico e mental em que os interlocutores se encontram. Essa situação é influenciada por identidades psicológicas e sociais, além de estar pautada por um contrato de comunicação que regula a interação.

Além disso, Charaudeau destaca os modos de organização do discurso, que se referem aos princípios que estruturam a matéria linguística. Tais princípios variam conforme a finalidade do sujeito falante, que pode buscar enunciar, descrever, narrar ou argumentar. Nesta

dissertação, focaremos no argumento, que foi visto de maneira mais detalhada no capítulo anterior. A seguir entenderemos tais princípios.

A *língua* atua como material verbal, organizado em categorias que possuem, simultaneamente, forma e significado. Os comentários, enquanto gênero discursivo, dependem dessa organização linguística para expressar nuances de opinião e estabelecer conexões com o público. As *escolhas lexicais* e as *estruturas frasais* utilizadas são determinantes na efetividade da comunicação, permitindo ao locutor transmitir suas ideias de maneira clara e impactante.

Por fim, o *texto* é o resultado concreto do ato de comunicação, fruto de escolhas feitas pelo sujeito falante, tanto de maneira consciente quanto inconsciente, levando em consideração as categorias linguísticas e os modos de organização do discurso, sempre em resposta às restrições da situação comunicativa. Nos comentários, essas escolhas se refletem em como o argumento é estruturado e apresentado, ressaltando a importância do contexto e da intenção comunicativa.

Esses componentes interagem de maneira dinâmica, evidenciando a complexidade do processo comunicativo e a relevância dos gêneros discursivos na construção de significados, conforme abordado por Charaudeau (2019). Portanto,

“Comunicar” é proceder a uma encenação. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir efeitos de sentido visando um público imaginado por ele, o locutor - seja ao falar ou ao escrever - utiliza componentes do dispositivo da comunicação e função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor. (Charaudeau, 2019, p.68)

Nesse contexto, podemos pensar na afirmação de que “ser é comunicar-se dialogicamente”, que molda uma das principais ideias de Mikhail Bakhtin, ao dedicar sua pesquisa ao estudo da linguagem humana. Bakhtin reconhece que todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem, o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos por integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais se denominam gênero do discurso. (Bakhtin, 2006, p. 261-262)

Esse entendimento é especialmente relevante na era digital, onde os comentários digitais escritos se tornaram uma forma predominante de comunicação. Plataformas como redes sociais e blogs permitem, por exemplo, que os usuários compartilhem suas opiniões sobre determinado conteúdo na forma de comentários escritos em áreas específicas, formando um espaço para o compartilhamento de perspectivas. Esses ambientes digitais exemplificam a

interação dialógica proposta por Bakhtin, pois cada comentário escrito pode ser uma resposta a outro, criando um fluxo contínuo de diálogo e construção de significado. No caso desta pesquisa, os comentários deixados na plataforma em seu campo específico, são primordialmente em relação aos vídeos publicados no YouTube, que é o ponto de partida para o dialogismo entre os sujeitos alcançados posteriormente.

Bakhtin (2009) introduz a ideia de que a língua é permeada por ideologias, conflitos de classes e contextos sociais. Assim, na prática da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor está ligada aos contextos de uso de cada forma, não a um sistema abstrato de normas. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática linguística. (Bakhtin/Volochínov, 2009, p.98)

A existência da língua se revela na prática de seu uso em diferentes situações de comunicação, sejam elas formais ou informais. Nesse sentido, a interação entre o emissor e o receptor é essencialmente dialógica, mediada pela linguagem e ocorrendo em contextos específicos que influenciam essa troca.

As relações interativas são processos produtivos de linguagem. Consequentemente, gêneros e discursos passam a ser focalizados como esferas de uso da linguagem verbal ou da comunicação fundada na palavra. A partir dos estudos de Bakhtin foi possível mudar a rota dos estudos sobre os gêneros: além das formações poéticas, Bakhtin afirma a necessidade de um exame circunstanciado não apenas da retórica mas, sobretudo, das práticas prosaicas que diferentes usos da linguagem fazem do discurso, oferecendo-o como manifestação de pluralidade. (Brait, 2005, p.152)

No contexto dos comentários digitais, essa pluralidade é evidente. Cada interação pode ser vista como um microdiscurso, focado em situações específicas e locais. O comentário reflete os pensamentos e as experiências adquiridos pelos comentaristas em diferentes contextos vividos, que influenciam a produção discursiva. Essa diversidade de vozes enriquece o debate público, permitindo que diferentes narrativas coexistam e se desafiem mutuamente. Assim, os comentários online tornam-se um espaço fértil para a manifestação das práticas linguísticas que Bakhtin tanto valorizava.

Além disso, Bakhtin (2006) propõe uma abordagem inovadora ao conceito de gênero, sugerindo que a classificação dos gêneros deve levar em conta seu uso efetivo na prática comunicativa. Ele distingue entre o gênero primário, que se origina espontaneamente na linguagem cotidiana e se manifesta nas primeiras interações sociais de forma mais informal, como os comentários, e o gênero secundário, que exige uma preparação prévia e um nível intelectual mais elaborado, como é o caso dos romances.

Essa distinção é particularmente útil para entender os comentários digitais, que muitas vezes se inserem em um espaço de gênero primário. Aqui, a espontaneidade e a informalidade permitem que vozes diversas se expressem de maneira autêntica. Ao mesmo tempo, a interação entre esses comentários pode evoluir para discussões mais profundas, refletindo a transição para gêneros secundários, onde a elaboração intelectual é mais aparente.

O romance é altamente valorizado nos estudos de Bakhtin, pois despertou seu interesse ao representar vozes humanas por meio de personagens que falam, discutem ideias e buscam se posicionar no mundo. Além disso, por se reportar a diferentes tradições culturais, o romance surge como um gênero de possibilidades combinatórias não apenas de discursos como também de gêneros (Brait, 2005, p.153). Da mesma forma, os comentários digitais permitem a combinação de diferentes estilos e formas de discurso. Eles servem como um campo onde as vozes se cruzam, possibilitando a emergência de novas ideias e interpretações. Essa interação não apenas reflete a pluralidade de perspectivas, mas também contribui para a evolução contínua das formas de expressão na comunicação contemporânea.

Brait (2005) destaca que, para Bakhtin, a prosificação da cultura escrita representa um processo profundamente transgressor, capaz de desestabilizar uma ordem cultural que parecia sólida. Essa transformação cria um espaço de disputa, uma arena discursiva onde é possível debater ideias e formular diferentes perspectivas sobre o mundo, incluindo novas manifestações culturais. Bakhtin aborda essa nova dimensão da cultura escrita não ao investigar sua influência sobre a cultura oral ou ao polarizar tradições, mas ao explorar a maneira como uma forma se insurge contra a outra, no verdadeiro espírito do diálogo. Nesse processo, os discursos e modos de comunicação se entrelaçam, favorecendo o surgimento de hibridismos.

Porque é discurso, a prosa só existe na interação. Não se constitui a partir de nenhuma estrutura formular, mas tão somente em discurso. Trata-se de um processo, não de substituição de uma forma discursiva por outra e da consequente polaridade, mas de evolução das próprias práticas significantes de sistemas comunicativos que emergem das interações dialógicas, ainda que cada uma delas tenha seu campo de significação muito preciso. (Brait, 2005, p.154)

Esse princípio é fundamental para compreender como os comentários digitais se desenvolvem. A prosa dos comentários não é rígida, mas evolui com as interações, adaptando-se e respondendo aos contextos e às vozes que a cercam. Assim, a prática de comentar se torna um processo dinâmico, onde o significado é constantemente renegociado e reconfigurado.

Assim, para a construção de um gênero discursivo, Bakhtin (2006) identifica três elementos fundamentais: o conteúdo temático, que representa o tema central; o conteúdo composicional, que diz respeito à estrutura ou forma utilizada; e o estilo, que refere-se à maneira de se expressar, incluindo a escolha de palavras, que configura o gênero em questão. Contudo, vale ressaltar que não há total liberdade na produção desses gêneros; existe uma coerção genérica, caracterizada por padrões pré-estabelecidos que orientam a construção de cada gênero discursivo. Essa estruturação garante que, apesar da variação e da criatividade, cada gênero mantenha sua identidade e função comunicativa dentro do vasto universo da linguagem. No contexto dos comentários digitais, essa coerção genérica se manifesta nas convenções de escrita e nas normas sociais que regem as interações online. Embora haja espaço para inovação e criatividade, os comentaristas operam dentro de um conjunto de expectativas que moldam suas contribuições. Essa estrutura permite que a comunicação seja eficaz, mantendo o equilíbrio entre a individualidade das vozes e a coesão do diálogo coletivo.

Portanto, pensando em uma estruturação, Charaudeau (2010) argumenta que a análise dos gêneros discursivos deve estar fundamentada em uma teoria do fato languageiro. Em outras palavras, é necessário adotar uma teoria do discurso que permita identificar os "princípios gerais" que a sustentam, assim como os "mecanismos" que a ativam. Dessa forma, toda teoria do discurso deve incluir a definição de diferentes níveis de organização do fato languageiro.

Por exemplo, ao analisar o gênero comentário, especificamente o escrito, podemos observar como ele se articula em diferentes níveis de organização. Em um primeiro nível, temos a estrutura textual. No segundo nível, estão os princípios retóricos que orientam a argumentação, como a escolha de exemplos e a construção de evidências. Por fim, em um terceiro nível, devemos considerar a situação de comunicação, que envolve o contexto social e cultural em que o comentário é produzido, bem como o perfil do interlocutor. Essa abordagem multifacetada permite uma compreensão das dinâmicas que regem o gênero.

Todo ato de linguagem ocorre em uma situação de comunicação normatizada, que estabelece as condições de troca languageira e impõe limitações ao processo. Essa situação fundamenta a legitimidade dos sujeitos falantes, formando o que Charaudeau (2010) denomina de contrato de comunicação. As instruções discursivas resultantes deste contrato guiam o falante na sua tentativa de ser compreendido, embora não esgotem o ato de linguagem. O falante também deve adotar estratégias discursivas para garantir credibilidade e atrair o interlocutor. Por exemplo, em comentários publicados no YouTube, um usuário pode iniciar sua intervenção com uma afirmação impactante ou uma pergunta provocativa, com o objetivo de captar imediatamente a atenção dos demais espectadores. No *corpus* analisado ao final deste

capítulo, destaca-se o seguinte comentário: “*EXCELENTE. Hay un solo idioma y es el CASTELLANO.*” Nesse caso, o enunciador utiliza estrategicamente a escrita em caixa alta para destacar as palavras “*EXCELENTE*” e “*CASTELLANO*”, não apenas como recurso para atrair a atenção do leitor, mas também para enfatizar seu ponto de vista e expor sua opinião sobre o conteúdo do vídeo, destacando sua percepção referente ao conteúdo, que remete à concordância com a proibição da Linguagem Inclusiva e sua defesa em uma gramática normativa, no caso, a que compõe o castelhano.

Além disso, o uso de emojis ou referências culturais pode ajudar a criar uma conexão com o público, aumentando a eficácia da comunicação.

Assim, vemos que o mecanismo do funcionamento do ato de fala é duplo. Ele comprehende por um lado, aquilo que estrutura o domínio de prática em domínio de comunicação, a saber, um conjunto de ‘situações de comunicação’, e por outro lado, aquilo que ordena a ‘discursivização’ a saber, a maneira de configurar formalmente o discurso com um conjunto de procedimentos semiodiscursivos. (Charaudeau, 2010, p.80)

A discursivização refere-se ao estabelecimento das diferentes maneiras de dizer sob a influência das instruções situacionais. É fundamental distinguir entre instruções discursivas, que orientam a organização do discurso, e instruções formais, que definem a forma obrigatória de um texto dentro de uma situação. Por exemplo, os títulos de imprensa se inserem na situação de comunicação jornalística, visando a informação, e impõem restrições discursivas de anúncio, que exigem uma titulação formal. Assim, é possível identificar diferentes gêneros em cada nível, conforme exposto por Charaudeau (2010). Por exemplo, em comentários de vídeos que discutem a proibição da Linguagem Inclusiva nas escolas, os usuários podem apresentar argumentos tanto a favor quanto contra essa proibição. Esses comentários refletem instruções discursivas que orientam a forma como as opiniões são expressas — alguns podem utilizar uma linguagem mais formal e argumentativa, enquanto outros podem adotar um tom mais coloquial e emotivo. Além disso, a estrutura dos comentários pode variar, com alguns usuários começando com um resumo do ponto de vista oposto antes de apresentar suas próprias ideias, o que demonstra uma tentativa de respeitar as instruções de diálogo e reforçar sua credibilidade. Assim, observa-se que a forma como os argumentos são apresentados está diretamente relacionada ao contexto e à finalidade da comunicação.

Por isso, assim como ressalta Charaudeau (2010), as orientações contextuais da comunicação devem ser vistas como informações externas, cujo objetivo é estruturar o discurso. Elas abordam a questão “o que estamos aqui para comunicar?” e, ao fazer isso, estabelecem uma conexão com “como devemos expressar isso?”. A relação entre essas

informações externas e a elaboração do discurso é causal, mas não se dá de forma direta ou equivalente. Esses dados influenciam a estrutura da abordagem linguística que será adotada.

Por exemplo, em um vídeo do YouTube que discute a proibição da linguagem neutra, os comentários dos espectadores podem variar amplamente, refletindo diferentes perspectivas sobre o tema. Então, a análise dos gêneros discursivos nos permite uma compreensão abrangente das dinâmicas comunicativas em contextos variados. O gênero comentário, especificamente, exemplifica como diferentes níveis de organização — desde a estrutura textual até as instruções discursivas e contextuais — influenciam a forma como as ideias são expressas. Ao interagir em plataformas como o YouTube, os usuários adaptam suas estratégias discursivas para se alinharem às expectativas do contexto e do público, utilizando recursos linguísticos que refletem suas intenções comunicativas. Assim, os gêneros discursivos não apenas estruturam a produção de significado, mas também são influenciados pelas condições sociais e culturais que cercam cada ato de fala. Sendo assim, Charaudeau (2010) afirma que a noção de "gênero" pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas: algumas mais voltadas para aspectos sociais, outras focadas em elementos linguísticos e marcas formais. No entanto, ele defende a terminologia de três níveis, que se destaca pela sua clareza e utilidade: 1) o nível do 'contrato global' de comunicação com suas variantes, os dados situacionais que dão instruções discursivas específicas ao sujeito falante; 2) o nível 'discursivo' em seus distintos modos de organização, em função dos dados situacionais e de suas instruções; 3) as 'formas textuais' com as marcas gramaticais e lexicais, cujas recorrências formais testemunham das regularidades da configuração textual que correspondem às instruções discursivas.

Portanto, ao refletir sobre a complexidade dos gêneros discursivos, tanto pela perspectiva de Charaudeau (2010) quanto pela de Bakhtin (2006), podemos entender como essas abordagens enriquecem a análise de comentários digitais. Charaudeau nos ensina que a escolha das formas linguísticas está intimamente ligada às condições situacionais, permitindo que os usuários respeitem ou joguem com essas normas de maneira estratégica. Por sua vez, Bakhtin destaca que "ser é comunicar-se dialogicamente", enfatizando a natureza interativa da linguagem, que se manifesta de forma especialmente vibrante no ambiente digital.

Na produção de comentários, muitas vezes espontâneos e informais, não apenas são expressadas opiniões individuais, mas também se entrelaçam fluxos contínuos de diálogo, criando um espaço para a emergência de novas ideias e interpretações. Assim, utilizaremos essas perspectivas para fundamentar a análise dos comentários na pesquisa, explorando como as convenções de escrita e as normas sociais influenciam as interações online, enquanto permitem a expressão da individualidade em um contexto coletivo. Dessa forma, esperamos

mostrar como os gêneros discursivos, na era digital, se tornam um campo fértil para a construção de significados e a negociação de diferentes narrativas.

Ao final deste capítulo, espera-se ter uma compreensão clara das especificidades do gênero “comentário” (escrito) e de como ele pode ser utilizado para dar visibilidade às formas de argumentação que emergem nas interações digitais. A partir dessa compreensão, será possível avançar na análise do *corpus*, utilizando as categorias de argumentação definidas para compreender de maneira mais detalhada os posicionamentos expressos pelos enunciadores e as implicações sociais e políticas dessas manifestações.

3.2 - Comentários digitais enquanto gênero discursivo

O gênero comentário se destaca em um momento em que o digital e a tecnologia exercem forte influência. Em um ambiente marcado pela constante troca de informações e pela interatividade online, os comentários surgem como uma ferramenta para expressar opiniões, gerar discussões e refletir sobre os diversos temas que permeiam o cotidiano digital. Para Júlio César Sal Paz (2012), o advento das novas tecnologias, associado à globalização e à internacionalização dos mercados, gerou uma série de transformações que afetam diretamente a sociedade, com a emergência de dois tipos de indivíduos frequentemente antagônicos no cotidiano digital: os nativos digitais, que nasceram e cresceram em um ambiente totalmente imerso nas tecnologias digitais e os imigrantes digitais, que, embora tenham nascido antes do auge da tecnologia digital, precisam se adaptar a esse mundo, apresentando, inclusive, algumas dificuldades. Esses deslocamentos e transformações impactam não apenas o imaginário tecnológico — dado que a convergência midiática propicia o surgimento de mitos tanto modernos quanto antigos nas narrativas e conteúdos difundidos pelos meios de comunicação — mas também a linguagem e o campo da cultura, ampliando o debate sobre o papel dos novos meios de comunicação e sua subordinação às exigências da sociedade. Adicionalmente, essas mudanças influenciam o comportamento dos usuários, cujas interações, por meio da internet, alteram a maneira de conhecer, arquivar e acessar as imagens que configuram a sociedade contemporânea. Nesta pesquisa, essa reflexão é de fundamental importância, pois os comentários digitais feitos por usuários em plataformas de comunicação online na Argentina e no Brasil revelam, de forma vívida, as tensões entre essas duas categorias de indivíduos, nativos e imigrantes digitais.

A pertença a um grupo ou outro está condicionada pela presença ou ausência de um conjunto de competências comunicativas associadas à alfabetização digital. A noção de

"competência comunicativa" foi originalmente proposta por Dell Hymes (1972), conforme citado por Sal Paz (2012), como um conjunto de habilidades e conhecimentos necessários para que os membros de uma comunidade linguística consigam se entender. Hymes desenvolveu essa ideia em resposta à noção de "competência linguística" de Noam Chomsky⁶. Hymes definiu competência comunicativa como o "conjunto de habilidades e conhecimentos que permite aos falantes de uma comunidade linguística se entenderem" (Hymes, 1972, apud Sal Paz, 2012, p. 270). Além disso, Joshua Fishman (1972), também citado por Sal Paz (2012), acrescenta que todo ato comunicativo é regido por um conjunto de regras de interação social, que ele descreve em termos de quem fala a quem (interlocutores), que língua (variedade linguística), onde (cenário), quando (tempo), sobre o que (tópico), com quais intenções (propósito) e quais as consequências (resultados).

A relação entre a competência linguística de Chomsky e a competência comunicativa proposta por Hymes pode ser compreendida no contexto da evolução das concepções de competência na linguística e na comunicação. Enquanto Chomsky se concentrou na competência linguística como um conhecimento abstrato e inato do sistema de regras de uma língua, Hymes ampliou essa perspectiva ao incluir as variáveis sociais e pragmáticas que envolvem a comunicação, como as intenções, o contexto e os interlocutores. Esse entendimento ampliado da competência reflete a necessidade de habilidades adicionais no uso da linguagem em contextos sociais diversos, o que é particularmente relevante quando se considera a competência comunicativa associada à alfabetização digital, conforme discutido por Sal Paz (2012). Assim, a competência comunicativa, mais abrangente, envolve não apenas a compreensão das regras linguísticas, mas também a capacidade de usar essas regras de maneira adequada e eficaz nas interações sociais, considerando as especificidades de cada situação comunicativa.

Então, com base nos estudos de Carles Monereo Font (2005) e Sal Paz (2012), onde são identificadas quatro competências sociocognitivas essenciais para o desenvolvimento adequado na Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC), conseguimos complementar o pensamento anterior. A primeira das competências seria buscar informações e aprender, que se referem ao desenvolvimento de estratégias que promovam um aprendizado contínuo,

⁶ A competência linguística, segundo Noam Chomsky (1978), é o conhecimento mental e inato que um falante ideal possui de sua língua. Esse conhecimento é abstrato, genético e envolve um sistema de regras que permite a criação intuitiva e criativa de frases. A competência linguística não se limita aos dados linguísticos imediatos, mas reflete uma capacidade inata de entender e gerar sentenças de uma língua, com base em universais linguísticos que são comuns a todas as línguas naturais. Ela está associada à habilidade de aplicar regras gramaticais de maneira inconsciente, permitindo ao falante perceber o que é gramaticalmente correto ou não em sua língua, sem depender de aprendizado empírico ou experiências externas.

autônomo, autorregulado e estratégico. Em seguida, destacam-se as competências para aprender a se comunicar, que envolvem o uso de diferentes linguagens e dispositivos midiáticos, de forma individual ou simultânea. Além disso, incluem-se as competências para aprender a colaborar, relacionadas ao desenvolvimento de capacidades que favoreçam o trabalho em equipe e a aprendizagem cooperativa e em rede. Por fim, as competências para aprender a participar da vida pública dizem respeito às habilidades que capacitam o cidadão a atuar como um membro ativo, participativo e responsável dentro do microssistema social ao qual pertence.

Em síntese, a competência comunicativa envolve o desenvolvimento de várias capacidades relacionadas ao uso adequado da linguagem (verbal e não verbal) em diferentes contextos. Nesse cenário, as competências linguísticas tradicionais (ouvir, falar, ler e escrever), que se manifestam por meio de uma grande variedade de gêneros discursivos (orais e escritos) e em múltiplos suportes, têm experimentado modificações significativas com a ascensão da cultura digital. A comunicação na internet, por um lado, renovou, em grande medida, os tipos textuais tradicionais. Essas mudanças originaram diferentes níveis de interação com os discursos que, em muitos casos, podem dificultar consideravelmente a interpretação do que se lê (Sal Paz, 2012).

Portanto, acreditamos que a rápida digitalização da sociedade tem transformado as formas de interação, e os comentários digitais emergem como uma das expressões mais acessíveis e imediatas para a participação nas discussões públicas. Nos contextos brasileiro e argentino, os comentários nas redes sociais e plataformas digitais se tornaram espaços de expressão, crítica e até mesmo de mobilização social. A análise desses comentários, quando observada sob a perspectiva das competências comunicativas, revela não apenas o uso de diferentes linguagens e dispositivos, mas também as estratégias cognitivas e sociais utilizadas pelos indivíduos para se posicionar e interagir em um cenário digital.

No Brasil e na Argentina, os comentários digitais são elaborados com base em repertórios socioculturais e linguísticos distintos, moldados pelas particularidades históricas e sociais de cada país. A competência comunicativa, definida como a habilidade de utilizar a linguagem de forma adequada e eficiente em contextos específicos, nos faz compreender como os usuários desses países se posicionam nos ambientes digitais.

Em ambos os contextos, o letramento digital tem um papel crucial. Não se trata apenas de saber utilizar dispositivos tecnológicos, mas de compreender como as plataformas digitais operam e como elas influenciam a comunicação. Em países como o Brasil e a Argentina, onde a presença de redes sociais como o Facebook, Twitter, Instagram e YouTube é massiva, os

comentários se tornam uma prática cotidiana, que envolve não só o domínio da língua, mas também um entendimento crítico da tecnologia.

Além disso, as competências para aprender a se comunicar e para aprender a participar na vida pública, conforme descrito por Carles Monereo Font (2005), são muito importantes ao analisar os comentários digitais. Ambos os países, com suas características de interação social e sua forte participação política nas plataformas digitais, demonstram como a tecnologia facilita a comunicação e a participação cidadã. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) criam novos espaços e novas necessidades, a ponto de alterarem os hábitos de leitura do que podemos denominar “usuário digital”, expressão que denota que a leitura de informação é apenas uma das muitas práticas ou atividades que esse tipo de leitor desenvolve nos meios eletrônicos (Sal Paz, 2012).

Entretanto, é necessário reconhecer que, assim como a competência comunicativa digital é uma ferramenta poderosa para a expressão e a mobilização social, ela também pode ser um campo fértil para a disseminação de discursos de ódio, desinformação e polarização. Isso é particularmente visível em países como o Brasil e a Argentina, onde a utilização das redes sociais em contextos de crises políticas intensifica os conflitos sociais e cria um ambiente de comunicação segmentada, onde certos grupos, muitas vezes, se fecham em bolhas informativas. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao uso de estratégias cognitivas para selecionar, filtrar e validar informações, o que impacta a qualidade e a profundidade dos debates online.

Portanto, ao analisar os comentários digitais nesses dois países, observaremos que as competências comunicativas, especialmente aquelas relacionadas ao uso de tecnologias digitais e à capacidade de interagir de forma construtiva e responsável, são fundamentais para entender as dinâmicas sociais e políticas emergentes nas plataformas online. Em um ambiente de comunicação digital tão plural e, muitas vezes, polarizado, o desenvolvimento de habilidades para utilizar a linguagem de forma estratégica e reflexiva torna-se indispensável para garantir que os comentários digitais não sejam apenas expressões efêmeras, mas contribuições significativas para o debate público.

Essa análise das competências comunicativas no contexto digital revela como as interações online estão profundamente ligadas à capacidade de interpretar, reagir e se posicionar nos ambientes digitais. Ao compreender as competências necessárias para navegar por esses espaços — como a competência para buscar informações, para aprender a se comunicar e para participar ativamente da vida pública — podemos perceber como os comentários nas redes sociais não são apenas expressões individuais, mas sim elementos que

refletem dinâmicas sociais mais amplas. Dessa forma, é possível explorar como os comentários digitais, enquanto práticas discursivas, podem ser tanto um meio de construção de sentido coletivo quanto um espaço de conflito e polarização, dependendo das estratégias comunicativas e das intenções por trás de cada interação. A partir desse ponto, passamos a compreender melhor a importância do comentário digital como um gênero discursivo específico, que requer habilidades próprias para ser eficaz, crítico e responsável nas plataformas digitais.

O comentário do leitor ou comentário digital é um gênero de discurso dialógico — no sentido de que os papéis de emissor e receptor são perfeitamente intercambiáveis e que remete a discursos prévios —, produzido no âmbito dos meios interativos. Ou seja, sua natureza é eminentemente convencional, pois é um gênero construído a meio caminho entre o social e o individual (Sal Paz, 2012, p. 158).⁷

A partir dessa reflexão sobre a natureza dialógica dos comentários digitais, a análise se voltará para uma plataforma específica: o YouTube. Os comentários em vídeos do YouTube representam uma forma de interação discursiva, que vai além da simples reação ao conteúdo apresentado. Nesse contexto, os comentários não só funcionam como uma resposta ao vídeo, mas também geram novas camadas de significado, frequentemente se tornando espaços de debate público, troca de ideias e formação de comunidades de interesse.

A natureza multimodal da plataforma, com sua combinação de vídeos, textos e imagens, agrega uma dimensão única à comunicação nos comentários, onde as reações e discussões podem se dar de forma simultânea, em múltiplos formatos. Este gênero discursivo, portanto, conforme a perspectiva de Sal Paz (2012) apresentada anteriormente, se caracteriza por uma interatividade que mescla o social e o individual, configurando-se como um espaço de construção coletiva de sentido, influenciado pelas dinâmicas da cultura digital contemporânea.

O comentário, então, é, por um lado, a resposta a uma notícia, pois funciona como a exteriorização que o cibernauta faz de uma atitude e de um ponto de vista sobre a narração de um acontecimento realizada por um meio de comunicação. Nesse sentido, a notícia é o estímulo e o comentário, sua réplica. Por outro lado, não é menos verdadeiro que a opinião se constrói com a opinião. Por isso, este gênero, em muitos casos, não apenas responde a um texto da imprensa, mas também a enunciados formados por um par. (Sal Paz, 2012, p. 158)⁸

⁷ Texto original: “*El comentario del lector o comentario digital es un género de discurso dialógico - en el sentido de que los roles de emisor y de receptor resultan perfectamente intercambiables y de que remite a discursos previos -, producido en el ámbito de los medios interactivos. Es decir, su naturaleza es eminentemente convencional, puesto que es un género construido a medio camino entre lo social y lo individual*”

⁸ Texto original: “*El comentario, entonces, es, por una parte, la respuesta a una noticia, ya que obra como la exteriorización que efectúa el cibernauta de una actitud y un punto de vista sobre la narración de un acontecimiento realizada por un medio de prensa. En este sentido, la noticia es el estímulo y el comentario su réplica. Pero, por otra parte, no es menos cierto que la opinión se forja con opinión. Por eso, este género, en infinitad de casos, no sólo responde a un texto de la prensa sino también a enunciados formados por un par.*”

A partir dessa definição de comentário proposta por Sal Paz (2012), é possível perceber como esse gênero discursivo, ao mesmo tempo em que reage, replica informações provenientes da mídia tradicional, se configura também como um espaço de construção de opinião própria e coletiva. A relação entre o comentário e a notícia, como descrito por Sal Paz, destaca uma dinâmica de resposta e contraposição, em que o comentário não é apenas uma reação passiva, mas uma intervenção ativa na esfera pública, seja no contexto de notícias, seja nas discussões informais que surgem nas plataformas digitais.

Além disso, ao afirmar que "a opinião se constrói com a opinião", Sal Paz (2012) sublinha um aspecto crucial dos comentários digitais: sua natureza dialógica e interativa. Nos comentários de plataformas como o YouTube, por exemplo, um comentário frequentemente gera uma sequência de respostas que não só reafirmam ou contestam a opinião inicial, mas também constroem novas perspectivas a partir dessa troca. Essa resposta, muitas vezes, é percebida pelo "like" positivo ou negativo no comentário. Isso reforça a ideia de que os comentários não são apenas respostas isoladas, mas fazem parte de um processo contínuo de formação de sentidos coletivos, o que caracteriza a interatividade e a multimodalidade desses espaços. Esse fenômeno é particularmente relevante nas discussões online, onde as opiniões se entrelaçam e formam uma estrutura discursiva que vai além de um simples diálogo, criando, muitas vezes, novos caminhos para o pensamento e para a ação social.

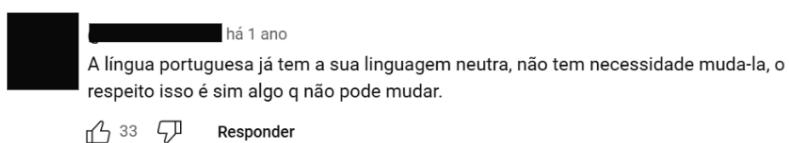
Portanto, assim como aborda Sal Paz (2012), acreditamos que o comentário digital não deve ser visto como uma reação passiva, mas como uma intervenção ativa na qual o significado é construído em um processo coletivo. No caso de um vídeo do YouTube, esse processo é claramente visível, pois os comentários frequentemente não se limitam a uma resposta direta ao conteúdo, mas se tornam uma extensão do debate público. Por exemplo, no vídeo produzido no Brasil, temos o comentário retirado do *corpus*: "Até que enfim alguém se posicionou de maneira sensata. É desnecessário, e convenhamos, o Brasil está com um monte de coisas importantes para resolver!!!! Como ele disse: 'o português já tem tanta trapaça'. Temos pautas muito mais importantes para tratar. A educação já tem tantas coisas a serem feitas que não faz sentido. O Brasil ficou 4 anos em frangalhos e temos assuntos muito mais urgentes a tratar. Tem que ter prioridades.", este comentário não apenas reage ao vídeo, mas intervémativamente no debate, convidando outros espectadores a refletirem sobre um ponto de vista.

O sujeito-enunciador não está apenas reagindo à fonte (o vídeo), mas também se posicionando de maneira ativa no contexto em que o vídeo foi publicado, interagindo com os outros destinatários (os outros usuários que vão ler o comentário), muitas vezes, argumentando e trazendo sua opinião à tona. Esse processo é coletivo, pois os comentários subsequentes

podem enriquecer ou contestar a opinião apresentada, criando uma interação dialógica, como descrito por Sal Paz (2012). A dimensão social é visível na medida em que a reação de um usuário pode influenciar ou ser modificada por respostas de outros, criando uma variedade de significados que se entrelaçam, e que vão além de uma simples reação ao conteúdo original.

Outro ponto importante destacado por Sal Paz (2012) é que, ao contrário do que ocorre com muitos outros tipos de discurso, o comentário digital não é completamente anônimo. Por trás do apelido ou pseudônimo virtual, e até do avatar, sempre há um sujeito-comunicante que se responsabiliza pela sua enunciação. Ao ingressar em comunidades digitais, como as de vídeos no YouTube, o usuário se torna parte de uma rede discursiva, na qual sua participação é reconhecida e sua opinião é compartilhada com outros membros da comunidade. Essa responsabilidade individual pela produção do comentário, mesmo sob o anonimato aparente das plataformas digitais, reforça o caráter interativo e público dos comentários, que vão além da simples manifestação de um ponto de vista, mas se tornam um meio de envolvimento ativo nas discussões sociais e políticas. Assim, em consonância com as ideias de Bolívar (1994), o comentário é estruturado de forma interativa, composta por três macrossequências funcionais: a introdução, o corpo principal da mensagem e o fechamento, que também podemos entender como as Asserções apresentadas por Charaudeau. No interior do corpo do comentário, é possível identificar certos elementos característicos, como a conexão com uma mensagem anterior, a exposição de um ponto de vista pessoal e o apelo a outros membros da comunidade. Esses elementos são frequentemente marcados por mudanças de turno, que o enunciador sinaliza de forma explícita. Para tornar sua intervenção mais eficaz, o autor recorre a diversas estratégias persuasivas, como metáforas, ironias, eufemismos, paralelismos, humor, perguntas retóricas e citações, entre outras.

Figura 6: Estruturação de um comentário, segundo Bolívar



Fonte: YouTube (2023)

Considerando a estrutura interativa do comentário proposta anteriormente, o comentário "A língua portuguesa já tem a sua linguagem neutra, não tem necessidade de mudá-la, o respeito isso é sim algo q não pode mudar" apresenta uma clara adesão a uma mensagem

anterior, provavelmente referente ao debate sobre a implementação de uma Linguagem Inclusiva no português. O enunciador do comentário expressa seu ponto de vista ao afirmar que a língua portuguesa já possui uma forma de linguagem “neutra” e que não há necessidade de alterações, destacando que, para ele, essa neutralidade está ligada ao uso tradicional do masculino genérico como forma de abranger todos os gêneros. O comentário também faz um apelo implícito à comunidade ao afirmar que o respeito “não pode mudar”, direcionando-se aos outros participantes do debate. Essa intervenção, embora direta e assertiva, utiliza a simplicidade e a informalidade para envolver os interlocutores, sem recorrer a figuras de linguagem complexas, mas destacando um posicionamento claro e uma tentativa de persuadir outros participantes da conversa.

Dando sequência ao entendimento do conceito de gênero e à análise do gênero comentários, avançaremos para a construção do *corpus* de pesquisa, que foimeticulosamente categorizado. Especificamente, focaremos nos comentários dos vídeos selecionados, provenientes da Argentina e do Brasil, a fim de realizar uma análise argumentativa detalhada. Essa análise buscará identificar as estratégias discursivas, as práticas interativas e as diferentes formas de argumentação presentes em cada contexto. Além disso, será possível observar como as especificidades culturais e sociais de cada país influenciam a construção dos discursos, revelando diferenças e semelhanças nas abordagens argumentativas. Por meio dessa prática comparativa, pretendemos não apenas mapear as características do discurso em plataformas digitais, YouTube especificamente, mas também compreender como as discussões online se configuram enquanto práticas comunicativas que influenciam e expressam as realidades sociais e políticas de cada nação.

3.3 - Formação do *corpus* de análise

O *corpus* de análise da presente dissertação será composto pelos comentários dos dois vídeos selecionados para a pesquisa e que já foram apresentados no Capítulo 1, os quais possuem grande relevância no contexto atual das discussões sobre Linguagem Inclusiva e suas implicações socioculturais, tanto no Brasil quanto na Argentina. Os vídeos, intitulados “*Larreta regula el uso del lenguaje inclusivo en las escuelas porteñas*” e “*Linguagem neutra: Preservação da língua portuguesa tem de ser prioridade em debate, diz Josias*”, foram escolhidos por refletirem a diversidade de opiniões e a complexidade dos debates em torno da adoção de formas linguísticas inclusivas nas instituições educacionais e na sociedade de maneira geral. O primeiro vídeo, produzido no contexto argentino, aborda a proibição do uso

da Linguagem Inclusiva nas escolas de Buenos Aires em 2022, um tema de grande relevância em um país onde a questão do gênero e da linguagem tem sido intensamente debatida. O segundo vídeo, de origem brasileira, apresenta uma perspectiva mais conservadora, defendendo a preservação da língua portuguesa e questionando a viabilidade da Linguagem Inclusiva em 2023. Essa diferença de abordagem entre os vídeos reflete a diversidade de posicionamentos sobre o tema, que se manifesta tanto no discurso público quanto nas interações nas redes sociais, como será observado nos comentários selecionados para o *corpus*.

A escolha do YouTube como plataforma de análise foi motivada por critérios pessoais, considerando as melhores possibilidades de organização e aprofundamento temático. Diferentemente do Instagram, que frequentemente apresenta uma variedade de conteúdos simultâneos e de diferentes naturezas, o YouTube permite uma navegação mais direcionada, favorecendo o acesso a vídeos com temáticas específicas de forma mais direta.

Optamos por não utilizar o TikTok, uma vez que o não possuo familiaridade com a plataforma, preferindo, assim, trabalhar com um meio já integrado à rotina de consumo de conteúdo digital. Os vídeos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa foram obtidos por meio de uma conta pessoal do YouTube, o que evidencia a influência do algoritmo personalizado. A seleção ocorreu a partir de buscas com palavras-chave como “vídeos sobre a proibição da linguagem inclusiva nas escolas”, o que possibilitou uma triagem de materiais e a escolha dos vídeos que compõem a base da análise.

A estrutura argumentativa observada nos comentários selecionados para esta pesquisa será analisada a partir da teoria das Asserções de Partida (A1), Asserções de Passagem e Asserções de Chegada (A2), conforme proposta por Charaudeau (2019). Essa abordagem permite compreender como os internautas constroem suas posições de apoio ou crítica em relação à proposta de Linguagem Inclusiva apresentada nos vídeos. A análise será centrada nos comentários que utilizam essa estrutura argumentativa, destacando as transições lógicas entre as ideias expressas, com o objetivo de identificar as principais linhas de argumentação presentes nos discursos dos comentaristas. Essa abordagem de Charaudeau está interligada à teoria de Bolívar (1994) ao descrever o comentário como um gênero discursivo estruturado de forma interativa, composto pela introdução, corpo principal da mensagem e fechamento, como comentado anteriormente. Portanto, selecionamos comentários com a estrutura em questão, de acordo com a nomenclatura de Charaudeau feita para os termos.

Teremos, então, a categoria principal de Apoio e Concordância com a proibição da Linguagem Inclusiva em escolas, em consonância com a estrutura desejada, de acordo com a perspectiva de Charaudeau, com Asserção de partida (A1), Asserção de Passagem e Asserção

de Chegada (A2). Assim, conseguiremos diminuir o número de comentários a partir dessas duas questões categorizadas.

A categoria de Apoio e Concordância com o contexto principal do vídeo, que aborda a proibição da Linguagem Inclusiva, foi a que mais se destacou nos comentários, o que justifica sua escolha como categoria principal de análise, pois neste único campo categórico há uma variedade discursiva. Ao optarmos por essa categoria, compreendemos as abordagens argumentativas adotadas pelos sujeitos que se posicionam contra a utilização da Linguagem Inclusiva no ambiente escolar. Este recorte nos permite explorar a dimensão da polêmica gerada por esse tema, pois é justamente nesse espaço de conflito de ideias que se revelam as tensões e as contradições presentes nos discursos que questionam a adoção de novas formas linguísticas. Dessa forma, ampliamos o campo de análise, pois a discordância em torno da Linguagem Inclusiva não se limita a uma simples oposição, mas envolve uma série de raciocínios e justificativas que estão entrelaçadas com questões sociais, culturais e políticas mais amplas que serão perceptíveis nos argumentos enunciados. Assim, a análise das manifestações contrárias à Linguagem Inclusiva se configura como uma possibilidade para investigar as resistências e os argumentos que sustentam a defesa de formas tradicionais de linguagem e a resistência à mudança linguística em um contexto de transformações sociais. Nessa categoria, os comentários se organizam em torno de uma sequência argumentativa que confirma ou reforça a ideia central apresentada nos vídeos. Agora, entenderemos como funcionou o processo de seleção dos comentários por meio das Asserções, segundo as definições apresentadas por Charaudeau (2019).

Primeiramente, temos a Asserção de Partida (A1), onde o enunciador faz uma afirmação inicial que expressa concordância com o conteúdo central do vídeo (proibição da Linguagem Inclusiva). Essa afirmação pode ser uma sentença simples ou uma expressão de apoio direto à proposta apresentada. A seguir, teremos o exemplo retirado do *corpus* de análise. Exemplo: “Não há necessidade disso”, uma sentença simples, que direciona o enunciado à discordância.

Na sequência, com a Asserção de Passagem, o enunciador justifica ou explica sua adesão ao conteúdo inicial, utilizando um raciocínio que conecta A1 à Asserção de Chegada. A asserção de passagem é uma explicação ou argumento intermediário que serve como uma transição lógica entre a afirmação inicial e a conclusão do comentário. Exemplo com a sequência do comentário anterior: “É gritante a falta de conhecimentos linguísticos, daí aceitar adereços desnecessários”. Neste caso o enunciador reforça a “falta de necessidade” vinculando com a “falta de conhecimentos linguísticos”, colocando a Linguagem Inclusiva como um

“adereço desnecessário”.

Por fim, chegamos à Asserção de Chegada (A2), onde a conclusão reafirma ou expande a proposição inicial, solidificando o apoio à ideia apresentada no vídeo. A A2 é uma proposição que fecha a argumentação, afirmando a legitimidade da proposta ou sugerindo um curso de ação baseado na concordância com a ideia expressa. Exemplo: “Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.”, aqui o enunciador expande sua proposição inicial, vinculando a falta de conhecimento linguístico à uma imposição que desrespeita a democracia, trazendo um argumento que defende sua perspectiva ao mesmo tempo que, ataca outra, no caso as pessoas que utilizam, defendem e aceitam a Linguagem Inclusiva.

Chegamos, por fim, ao seguinte comentário, que é o primeiro de nosso *corpus* vinculado ao vídeo brasileiro: “Não há necessidade disso. É gritante a falta de conhecimentos linguísticos, daí aceitar adereços desnecessários. Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.”.

A relação entre A1 e A2, mediada pela assserção de passagem, segue uma lógica causal, na qual a conclusão (A2) é derivada da premissa inicial (A1), legitimando a proposta do vídeo. Essa articulação entre assserções permite que o comentário sustente sua argumentação de forma coesa, evidenciando uma linha de pensamento em que a proibição à Linguagem Inclusiva é justificada e defendida.

Após a categorização exposta anteriormente, foi o momento de verificar quais comentários se encaixavam nela, com o objetivo de realizar um recorte representativo das interações presentes nos vídeos analisados. Inicialmente, todos os comentários foram lidos diretamente na plataforma online, a fim de obter uma percepção geral de como os enunciadores se posicionaram e expuseram seus pensamentos.

Para garantir maior precisão na análise, foram feitas capturas de tela dos comentários e suas impressões. Primeiramente, os comentários foram filtrados pela própria plataforma do YouTube, utilizando o comando para exibir os “mais recentes”. Em seguida, foram organizados e separados em arquivos distintos para o “vídeo brasileiro” e o “vídeo argentino”, o que possibilitou outras leituras nos comentários impressos.

Posteriormente, foi realizada uma nova leitura detalhada dos comentários de forma online, verificando quais se enquadram nos critérios estabelecidos para a pesquisa. Cada comentário foi lido e analisado de acordo com a categoria previamente definida. Assim, foi organizado um arquivo exclusivo com os comentários que se encaixaram nas categorias, o que nos permitiu dar continuidade ao trabalho de forma mais objetiva.

Esse procedimento levou cerca de dois meses, considerando a necessidade de releituras

e revisões em diferentes etapas. No vídeo brasileiro, que inicialmente contou com 618 comentários, restaram 33 após a aplicação dos critérios de seleção. Já no vídeo argentino, que continha 211 comentários, foram selecionados apenas 5, um número menor em relação ao brasileiro, mas que passou pelos mesmos critérios de análise.

Dessa forma, conseguimos reduzir o volume de dados, garantindo uma análise mais efetiva e focada nas interações, bem como na compreensão das posições sobre a Linguagem Inclusiva. Essa seleção criteriosa nos permitiu uma análise mais detalhada e direcionada. A seguir, apresentamos a Tabela 2 com os comentários selecionados e organizados por países, cada comentário está sublinhado com três cores, o rosa, primeira cor, representa a Asserção de Partida, o verde, segunda cor, a Asserção de Passagem e o laranja, terceira cor, Asserção de Chegada.

Tabela 2: Comentários Produzidos no Brasil e na Argentina

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA Selecionados a partir das Categorias:				
1 - Produções que contenham Asserção de Partida, Asserção de Passagem e Asserção de Chegada.				
<p>2 - Produção que concorde com a proibição da Linguagem Inclusiva.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Brasil</th><th>Argentina</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td> <p>1 Não há necessidade disso. E gritante a falta de conhecimento linguístico, daí aceitar adereços desnecessários. Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.</p> <p>2 Tenho certeza que nem todos os LGBT.... Querem essa linguagem! Simples: só a pessoa que quer isso, informar e respeitaremos, sem ter que mexer em toda uma língua e cultura! Isso sim é falta total de respeito e noção.</p> <p>3 Gostei, concordei, adotei esse ponto de vista. Também, como o Josias, tenho esse carinho pela Nossa Língua . Valeu!</p> <p>4 Devemos respeitar si as pessoas acho isso ridículo não a linguagem neutra que mudar as coisas o mundo agora querem colocar nas escolas e uma falta de respeito já não falamos direito e nem escrevemos direito agora mudar isso tipo de coisa é absurdo tirou libras e aí</p> <p>5 É desnecessário essa linguagem neutra, a língua portuguesa já é difícil imaginem . É preocupante . Ainda bem que eles proibiram o ensino dessa língua. Quem quiser usem nos grupos , no dia a dia . Deus nos proteja!</p> </td><td> <p>1 Terminen con esa gansada del lenguaje inclusivo. Déjense de hacerse los forro-progres.</p> <p>2 Cuando uno llama al 147 nos llenan las bolas con propaganda hablada con esa forrada</p> <p>3 Traduzir para o português</p> <p>4 16 Responder</p> <p>5 El 99 porcientos de los argentinos no nos sentimos identificados con la "x", la "e" no "@". Es increíble como pequeñas minorías anarquistas hacen bailar a los gobiernos a su ritmo. En todas las escuelas deberían enseñarse Braille o lenguaje de señas para que las personas sordas y ciegas se sientan incluidas. Pero como eso implica esfuerzo y estudio, los docentes "INCLUSIVOS", reducen la inclusión a una letra o a un símbolo que no se pueda leer al momento de expresar en voz alta un escrito. Creo que lo único que hacen es reduccionismo. Nuestros hijos tienen derecho a recibir una educación de calidad y no las ridiculizan que actualmente se está enseñando, en todo el país. Hoy todo se basa en IDEOLOGIAS. Primero el lema era DIOS ESTA MUERTO, ahora el lema es LA CIENCIA ESTA MUERTA... Si seguimos cediendo los derechos por los que mucha gente murió, pronto seremos entes, sujetos a los antojos de unos pocos anarquistas y de los medios de "desinformación" hegemónicos. Es hora de decir "basta" y que los gobiernos gobiernen para las mayorías. Gracias ministra Acuña. Sería bueno que el resto de los ministros la imiten.</p> <p>6 Mostrar menos</p> <p>7 Traduzir para o português</p> <p>8 5 Responder</p> </td></tr> </tbody> </table>	Brasil	Argentina	<p>1 Não há necessidade disso. E gritante a falta de conhecimento linguístico, daí aceitar adereços desnecessários. Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.</p> <p>2 Tenho certeza que nem todos os LGBT.... Querem essa linguagem! Simples: só a pessoa que quer isso, informar e respeitaremos, sem ter que mexer em toda uma língua e cultura! Isso sim é falta total de respeito e noção.</p> <p>3 Gostei, concordei, adotei esse ponto de vista. Também, como o Josias, tenho esse carinho pela Nossa Língua . Valeu!</p> <p>4 Devemos respeitar si as pessoas acho isso ridículo não a linguagem neutra que mudar as coisas o mundo agora querem colocar nas escolas e uma falta de respeito já não falamos direito e nem escrevemos direito agora mudar isso tipo de coisa é absurdo tirou libras e aí</p> <p>5 É desnecessário essa linguagem neutra, a língua portuguesa já é difícil imaginem . É preocupante . Ainda bem que eles proibiram o ensino dessa língua. Quem quiser usem nos grupos , no dia a dia . Deus nos proteja!</p>	<p>1 Terminen con esa gansada del lenguaje inclusivo. Déjense de hacerse los forro-progres.</p> <p>2 Cuando uno llama al 147 nos llenan las bolas con propaganda hablada con esa forrada</p> <p>3 Traduzir para o português</p> <p>4 16 Responder</p> <p>5 El 99 porcientos de los argentinos no nos sentimos identificados con la "x", la "e" no "@". Es increíble como pequeñas minorías anarquistas hacen bailar a los gobiernos a su ritmo. En todas las escuelas deberían enseñarse Braille o lenguaje de señas para que las personas sordas y ciegas se sientan incluidas. Pero como eso implica esfuerzo y estudio, los docentes "INCLUSIVOS", reducen la inclusión a una letra o a un símbolo que no se pueda leer al momento de expresar en voz alta un escrito. Creo que lo único que hacen es reduccionismo. Nuestros hijos tienen derecho a recibir una educación de calidad y no las ridiculizan que actualmente se está enseñando, en todo el país. Hoy todo se basa en IDEOLOGIAS. Primero el lema era DIOS ESTA MUERTO, ahora el lema es LA CIENCIA ESTA MUERTA... Si seguimos cediendo los derechos por los que mucha gente murió, pronto seremos entes, sujetos a los antojos de unos pocos anarquistas y de los medios de "desinformación" hegemónicos. Es hora de decir "basta" y que los gobiernos gobiernen para las mayorías. Gracias ministra Acuña. Sería bueno que el resto de los ministros la imiten.</p> <p>6 Mostrar menos</p> <p>7 Traduzir para o português</p> <p>8 5 Responder</p>
Brasil	Argentina			
<p>1 Não há necessidade disso. E gritante a falta de conhecimento linguístico, daí aceitar adereços desnecessários. Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.</p> <p>2 Tenho certeza que nem todos os LGBT.... Querem essa linguagem! Simples: só a pessoa que quer isso, informar e respeitaremos, sem ter que mexer em toda uma língua e cultura! Isso sim é falta total de respeito e noção.</p> <p>3 Gostei, concordei, adotei esse ponto de vista. Também, como o Josias, tenho esse carinho pela Nossa Língua . Valeu!</p> <p>4 Devemos respeitar si as pessoas acho isso ridículo não a linguagem neutra que mudar as coisas o mundo agora querem colocar nas escolas e uma falta de respeito já não falamos direito e nem escrevemos direito agora mudar isso tipo de coisa é absurdo tirou libras e aí</p> <p>5 É desnecessário essa linguagem neutra, a língua portuguesa já é difícil imaginem . É preocupante . Ainda bem que eles proibiram o ensino dessa língua. Quem quiser usem nos grupos , no dia a dia . Deus nos proteja!</p>	<p>1 Terminen con esa gansada del lenguaje inclusivo. Déjense de hacerse los forro-progres.</p> <p>2 Cuando uno llama al 147 nos llenan las bolas con propaganda hablada con esa forrada</p> <p>3 Traduzir para o português</p> <p>4 16 Responder</p> <p>5 El 99 porcientos de los argentinos no nos sentimos identificados con la "x", la "e" no "@". Es increíble como pequeñas minorías anarquistas hacen bailar a los gobiernos a su ritmo. En todas las escuelas deberían enseñarse Braille o lenguaje de señas para que las personas sordas y ciegas se sientan incluidas. Pero como eso implica esfuerzo y estudio, los docentes "INCLUSIVOS", reducen la inclusión a una letra o a un símbolo que no se pueda leer al momento de expresar en voz alta un escrito. Creo que lo único que hacen es reduccionismo. Nuestros hijos tienen derecho a recibir una educación de calidad y no las ridiculizan que actualmente se está enseñando, en todo el país. Hoy todo se basa en IDEOLOGIAS. Primero el lema era DIOS ESTA MUERTO, ahora el lema es LA CIENCIA ESTA MUERTA... Si seguimos cediendo los derechos por los que mucha gente murió, pronto seremos entes, sujetos a los antojos de unos pocos anarquistas y de los medios de "desinformación" hegemónicos. Es hora de decir "basta" y que los gobiernos gobiernen para las mayorías. Gracias ministra Acuña. Sería bueno que el resto de los ministros la imiten.</p> <p>6 Mostrar menos</p> <p>7 Traduzir para o português</p> <p>8 5 Responder</p>			

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Categorias:

1 - Produções que contenham **Asserção de Partida**, **Asserção de Passagem** e **Asserção de Chegada**.

2 - Produção que concorde com a proibição da Linguagem Inclusiva.

Deixem a nossa língua em paz!

O nosso Português é perfeito como é.

6 Ao invés de criar termos novos, deveriam era incentivar os brasileiros a estudarem mais. A maioria dos brasileiros não estudam a gramática.

Fico imaginando o que diriam os grandes gramáticos da nossa língua!

Não mexam no nosso idioma!

Mostrar menos

 2  Responder

7 Eu não respeito. Acho uma falta de inteligência e um assassinato a língua Portuguesa, ois isso Simplesmente não existe. A todos e a todas já é errado. O correto e A todos, a

menis que seja um grupo só de mulheres, que seria "A todas" o resto e uma falta de inteligência, amém disso não soa bem. Jamais usarei.

 1  Responder

8 Desnecessário. Penso que a língua deva ser ensinada na sua pureza.

9 O que já é muito difícil. Dada a precariedade da educação.

E, a evolução seja a longo prazo.

 1  Responder

10 Com certeza isto tem que ser proibido em escolas, quem quer ser viado ou sapatão tem que se exergar também..isso não é preconceito é ensino.

11  1  Responder

12 Eu sempre achei que as prioridades estão meio invertidas, linguagem neutra não deveria nem ser discutido enquanto não temos a segunda linguagem oficial sendo ensinada nas escolas, a linguagem de sinais é extremamente importante e ninguém se importa com a população que precisa dela

 1  Responder

13 Até que enfim alguém se posicionou de maneira sensata. É desnecessário, e convenhamos, o Brasil está com um monte de coisas importantes para resolver!!!!

14 Como ele disse: " o português já tem tanta trapaça". Temos pautas muito mais importantes para tratar. A educação já tem tantas coisas a serem feitas que não faz sentido. O Brasil ficou 4 anos em frangalhos e temos assuntos muito mais urgentes a tratar. Tem que ter prioridades.

Mostrar menos

 6  Responder

15 essa linguagem neutra é uma grande bobagem q querem impor goela abaixo absurdo

16 quem quiser use mas q n os obriguem a isso

 1  Responder

17 Que coisa ridícula, que frescura. Tem como respeitar as pessoas , sem ter que mudar a língua portuguesa.

18 Eu que não vou falar, escrever essas frescuras. Misericórdia.

 1  Responder

19 É questão de inclusão, isso é fato. Mas os não binários representam uma parcela muito, muito pequena na nossa sociedade. É ainda menor que a quantidade de crianças matriculadas em escolas com poucos recursos, dificultando o aprendizado essencial, e é insignificante se comparada com as pessoas com problemas cognitivos.

20 Além da falta de recursos que muitas escolas das áreas mais pobres enfrentam. As vezes falta sabão e papel higiênico na minha etc. Professores? Hahahaha.

21 Vocês acham viável decretar a tal mudança mediante à todos os problemas sérios que enfrentamos no momento? As pessoas não vão adotar o pronome neutro da noite pro dia, haverá fuzuê só pelo fato de ser "obrigatório" espere e veja.

22 Eu continuo apoiando campanhas sociais e sindicatos pra essas pessoas, mas mexer nos alicerces de uma língua por causa duma alteração pifia, não dá né meus amores?

Mostrar menos

 1  Responder

la primera vez que hace algo bueno. El lenguaje inclusivo es una sobrecarga innecesaria para la compresión y comunicación

3 Traduzir para o português

 1  Responder

4 EXCELENTE. Hay un solo idioma y es el CASTELLANO...por fin entienden que se utiliza en el mundo un idioma y debe ser correcto y NO INVENTAR BOLUDECES! Ocupense del Hambre de los chicos que tienen que estar bien alimentados para ser el FUTURO de Argentina.

4 Ler mais

Traduzir para o português

 12  Responder

5 Muy bien LARRETA, estoy totalmente de acuerdo, el lenguaje inclusivo es algo que no tiene que existir!!!

5 Traduzir para o português

 7  Responder

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Categorias:

1 - Produções que contenham **Asserção de Partida**, **Asserção de Passagem** e **Asserção de Chegada**.

2 - Produção que concorde com a proibição da Linguagem Inclusiva.

15 Não precisa mudar a gramática, a língua por causa da orientação sexual. Não é ser antigo é ser coerente. Agora, no dia a dia, usem as expressões que quiserem, assim como as gírias, ou as variações regionais. Agora mexer na língua oficial de um país por causa da orientação sexual das pessoas, pra mim é um absurdo. Vamos nos respeitar em nossas diferenças sem precisar impor uma nova linguagem. Ao meu ver isso já tá indo longe demais!

Mostrar menos

 2  Responder

16 Concordo, é totalmente desnecessário, pois a língua portuguesa já tem muita complexidade. As vezes as pessoas querem fomentar dificuldades pro dia a dia.

  Responder

17 Não concordo com a linguagem neutra, e nem sou bolsonarista, nem nunca seria. Respeito a diversidade de gênero, mas não acho que a língua tenha de ser afetada.

  Responder

18 Como profissional das Letras, não posso defender a linguagem neutra. Esta não possui nenhum embasamento histórico, sociológico e nem linguístico. A forma neutra e a masculina se fundiram nas línguas românicas por razões morfológicas e fonéticas, e não como fruto de uma sociedade machista. Há várias línguas naturalmente neutras no mundo: na África, Ásia, Oriente Médio... E mesmo assim, estão entre as sociedades mais intolerantes. A tese de que uma linguagem neutra significaria inclusão não tem base em nada.

Mostrar menos

  Responder

19 Não respeito quem usa essa linguagem pq não faz parte da nossa ortografia e nem gramática. Há um acordo entre os 7 países de Língua Portuguesa e essa frescura não está incluída nesse acordo

  Responder

20 Também acho bobagem essa história de linguagem neutra, pois sou mãe de um homem, porém a linguagem, ou o pronome Todos, já generaliza a todos independente do sexo e da opção sexual

 1  Responder

21 A pessoas lgbtqiap+ querem diretos iguais mas criam língua própria. A palavra "Todos" já engloba masculino e feminino. Não existe ninguém neutro, então porque a linguagem é neutra?! E o problema maior ainda de certas pessoas é querer impor seu ponto de vista, seus costumes gula abai em outras pessoas. Nem todo gay concorda com essa militância, tenho certeza!!

Mostrar menos

  Responder

22 Eu RESPEITO totalmente toda e qualquer opção sexual, acho todo e qualquer tipo de preconceito deve ser REPUDIADO, cada um fez o que bem entende de sua vida, toma as decisões que quiser e sempre estarei manifestando meu apoio à liberdade sexual das pessoas. Mas Não tenho como defender que o gênero neutro seja incluído na gramática e ensinado nas escolas. Nas escolas devemos ensinar as crianças a existência, o respeito, os direitos... Teremos uma população cada vez mais tolerante, amorosa e respeitosa ensinando tudo isso na base, e sem isso de nada adianta alterar a base da gramática.

Mostrar menos

 1  Responder

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Categorias:

1 - Produções que contenham **Asserção de Partida**, **Asserção de Passagem** e **Asserção de Chegada**.

2 - Produção que concorde com a proibição da Linguagem Inclusiva.

Por outro lado, não é o masculino e o feminino que buscam como nova identidade? Então os nos dirígorímos a todos e todas, está havendo uma inclusão geral. É a mesma coisa de gíria: não precisa ser ensinada e todos usam. É fácil demais aprender é mais rápido que aprender na escola. NAO TEM O MENOR SENTIDO ESSE ASSUNTO SER ENSINADO NO PORTUGUÊS ESCOLAR.

Mostrar menos

 1  Responder

Eu acho que essa linguagem neutra não tem de ser utilizada. Isso é uma banalização da nossa língua portuguesa.

Que já está tão banalizado.

24 Todos nós temos de respeitar todos os gêneros.

Todas as pessoas mas a língua portuguesa deve ser respeitada.

Isso porque quase nunca concordo com o Josias mas nessa eu concordo

Mostrar menos

  Responder

25 É uma linguagem feia kkkkk também não sou a favor meu amigo. Nossa língua é tão linda porque enfeia né.

  Responder

26 Eu sou professora e concordo acho desnecessário este uso, da linguagem neutra

 1  Responder

Desnecessário, a mulekada não aprende a falar, e nem a escrever corretamente com todas as regras ortográficas, ia pensou ter uma redação corrigida porque o todex, ou todiz foi escrito erroneamente kk, é uma coisa tão irrelevante, o ensino deveria se preocupar com tantas coisas, mas se preocupa com as formiguinhas enquanto os elefantes passam pelas costas.

Mostrar menos

  Responder

28 Temos um idioma rico, complexo (Língua Portuguesa) e portanto, não deveria ser uma norma a mais para as Escolas. Completely desnecessário!!!

 1  Responder

Espero que no futuro isso não venha fazer parte da norma linguística. O mundo atualmente fala tanto em empatia, mas o ser humano está criando tantos critérios em torno de si que logo não será mais possível fazer contato, já que todos ficarão com medo quando forem abordar alguém e fazer a maior confusão errando os pronomes - que aposto que ainda vai surgir muitos por aí. Todos terão que andar com manuais de instruções, ou quem sabe no futuro as pessoas passem a andar dentro de bolhas para não fazer contato. É o fim das relações sociais.

Mostrar menos

 70  Responder

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Categorias:

1 - Produções que contenham **Asserção de Partida**, **Asserção de Passagem** e **Asserção de Chegada**.

2 - Produção que concorde com a proibição da Linguagem Inclusiva.

- Linguagem neutra não melhora nada, o negócio é ensinar o respeito, ninguém é obrigado a gostar de ninguém mas sim respeitar. Tu e você são neutros e não ofende ninguém, é só iniciar uma conversa de forma neutra e se a pessoa LGBT se apresentar no masculino ou feminino você chama conforme o nome e jeito da vestimenta.
-   Responder
- A linguagem neutra prejudica a comunicação, o falar adequado de forma culta. Pra mim marginaliza ainda mais as pessoas que já tem dificuldade de se estabelecer no mercado de trabalho. A educação no Brasil já é precária e ainda colocar a linguagem neutra para ser aceita dentro das escolas é regredir no ensino da língua portuguesa!
-   Responder
- O STF está votando a constitucionalidade ou não de uma Lei Estadual, que será derrubada, isso será positivo para que o ensino da língua portuguesa como acontece até hoje, continue sendo o mesmo! Eu particularmente sou contra "linguagem neutra", pois não há neutralidade em nada e tratamentos genéricos neutros já existem em nosso idioma.
- A língua portuguesa já tem a sua linguagem neutra, não tem necessidade muda-la, o respeito isso é sim algo q não pode mudar.
-   Responder
- Uma minoria que não produz nada, e quer decidir como eu devo ou não falar e escrever, só pode ser piada.
- 33** Ninguém deveria levar a sério esse pessoal que quer impor a linguagem neutra.
-   Responder
- ACHO UMA BRINCADEIRA DE GRAÇA**
TOTALMENTE DESNECESSARIO ISTO NÃO LEVA NINGUÉM A LUGAR NENHUM .
- 34** **JÁ FALAMOS MAL A LÍNGUA PORTUGUESA!**
IMAGINA ESTA LINGUAGEM !
É TOLICE E MAISNÃO ACRESCENTA EM NADA PARECE MAIS UMA GIRIA!
- Mostrar menos
-   Responder
- EU VOTEI NO LULA E SOU CONTRA ESSAS PAUTAS GAY E SOU CONTRA LINGUAGEM**
35 NEUTRA JÁ ESTOU ME ARREPENDENDO DE TER VOTADO NELE..
-   Responder
- Também não acho que seja relevante mudar a língua, só precisa respeitar as pessoas e isso independe da mudança na fala. Até mesmo porque alguns podem usar como deboche
-   Responder
- Não acho que seja um questão de ser antiquado. Acho uma questão de preservação da língua. Usando essa linguagem neutra nem parece português. O masculino sempre foi utilizando também como neutro sem que nenhuma mulher se manifestasse se sentindo ofendida ou diminuída. Pelo menos nenhuma que eu conheça...
-   Responder
- Pra mim é desnecessária em qualquer lugar. Quando se fala em "todos" sempre se incluía masculino e feminino. E nunca se reclamou. "Todos" sempre será TODOS ! Seja quem for !
-   Responder
- É lógico que é desnecessário. A existência de ele e ela é justamente por causa da diferenciação social imposta! Se quisessem mesmo acabar com os preconceitos, iríamos ter um único pronome pra todos! Eu não uso essa m nos meus textos e se eu ver isso em um texto, mesmo que científico, paro de ler na hora! Se eu for professor de bancada de tcc, ainda dou zero.
- Mostrar menos
-   Responder

Fonte: Criação própria

3.4 Epílogo

Neste capítulo, conseguimos aprofundar nosso entendimento sobre a construção e as especificidades do gênero comentário digital. Com isso, estabelecemos uma base sólida para o desenvolvimento de uma análise detalhada, essencial para a dissertação. A compreensão do comentário digital vai além da mera produção de texto, pois é fundamental considerar o contexto em que essas produções são geradas. Além disso, é crucial refletir sobre os objetivos subjacentes a essas produções, como a intenção do enunciador do comentário e a interação com outros usuários.

Portanto, ao trabalharmos com o gênero comentário no YouTube, estamos, na verdade, lidando com um reflexo da contemporaneidade online. Vivemos em um mundo em que a esfera digital tem cada vez mais influência sobre as relações sociais, culturais e econômicas. O YouTube, sendo uma plataforma popular, serve como um espaço para a expressão de uma diversidade de vozes e opiniões. Nesse contexto, o comentário digital não é apenas uma resposta pontual a um conteúdo, mas também um reflexo da interação social e cultural no espaço virtual, passível de compartilhamento pelo fato do letramento digital que os enunciadores possuem.

Por fim, a categoria apresentada ao final foi criada com o intuito de reduzir o número de comentários analisados, permitindo uma abordagem mais focada e direcionada. É importante ressaltar que isso não implica na desqualificação dos comentários que não foram incluídos na análise. Eles simplesmente não se enquadram nas categorias definidas para o estudo, e essa escolha foi feita de forma intencional, a fim de proporcionar uma análise mais precisa e aprofundada dos comentários que possuem características e padrões específicos que foram estabelecidos.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE ARGUMENTATIVA DOS COMENTÁRIOS DIGITAIS: UMA ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA

4.1 Estrutura argumentativa e categorias analíticas

Este capítulo final tem como objetivo apresentar a análise detalhada dos comentários selecionados nos vídeos do YouTube, considerando os contextos da Argentina e do Brasil. Representando o fechamento desta dissertação, este capítulo sintetiza e aplica as categorias e as abordagens teóricas discutidas nos capítulos anteriores, oferecendo uma visão analítica das práticas discursivas em torno desse debate.

A análise será orientada pela abordagem de Charaudeau e pela teoria semiolinguística, com ênfase na estrutura argumentativa proposta por ele, que se divide em Asserções de Partida (A1), Asserções de Passagem e Asserções de Chegada (A2), que foram a base para a seleção dos comentários apresentados no final do Capítulo 3. Essa estrutura permite a identificação e compreensão dos raciocínios que sustentam a posição dos enunciadores em relação ao conteúdo dos vídeos que, no caso, é a de desacordo com o surgimento de uma Linguagem Inclusiva.

Todo o levantamento realizado durante a pesquisa contribui diretamente para as análises subsequentes. Assim, cada teoria apresentada ao longo do desenvolvimento desta dissertação encontra-se refletida nas análises. Conforme já explicitado, a Teoria Semiolinguística, perspectiva de análise desta pesquisa, considera o contexto em que os discursos são produzidos. Portanto, compreender, também, o contexto social no qual esta pesquisa está inserida é fundamental para conferir credibilidade aos estudos e resultados que serão apresentados, por isso cada teoria tem um papel grandioso para o desenvolvimento deste trabalho.

A escolha da categoria principal de Apoio e Concordância com a proibição da Linguagem Inclusiva é devido à predominância desse tipo de manifestação nos comentários analisados e o interesse em compreender as justificativas que embasam a resistência à Linguagem Inclusiva. Essa resistência está vinculada a um assunto polêmico que, segundo Amossy (2017) e sua definição de polêmica, a coloca como uma estratégia para desqualificar o discurso do outro, no qual o enunciador emprega estratégias como a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole, entre outras. Essas abordagens discursivas são amplamente percebidas nos comentários, tanto em sua forma

explícita quanto implícita, e ajudam a construir argumentos que tensionam as dinâmicas entre tradição e mudança linguística.

Sendo assim, ao focar nessas manifestações, mostraremos as dinâmicas discursivas que sustentam a defesa de formas tradicionais de linguagem e a oposição às mudanças linguísticas.

Nesse sentido, os modos de organização discursiva, visto no Capítulo 2 desta dissertação, que envolvem tanto as dimensões explícitas quanto implícitas do discurso, desempenham um papel central na configuração dessas resistências. O uso de argumentação implícita, que muitas vezes transcende as proposições lógicas e evidentes, sugere que os discursos analisados não se limitam a uma defesa de uma posição, mas estão intimamente ligados a uma construção social e cultural mais ampla, que reflete as tensões e os conflitos presentes nas sociedades brasileiras e argentinas.

Este capítulo, portanto, representa o ápice do trabalho, oferecendo uma análise detalhada e crítica das práticas argumentativas nos comentários digitais. Por meio desta investigação, pretendemos não apenas desvendar as estratégias discursivas empregadas pelos sujeito-enunciadores dos comentários, mas também contribuir para o debate sobre as interações entre linguagem, identidade e sociedade, ajudando a revelar as complexidades que permeiam a polêmica em torno da Linguagem Inclusiva.

Para facilitar o processo de análise, além da divisão apresentada no Capítulo 3, os comentários serão organizados em subcategorias de análise e serão enumerados de acordo como foram enumerados na Tabela 2, com o intuito de proporcionar um foco mais específico, que contribua para o desenvolvimento do estudo de forma mais detalhada e estruturada.

As subcategorias para os comentários produzidos no Brasil são as seguintes: 1) Argumentação Focada na Dificuldade da Língua Portuguesa; 2) Argumentação Focada na Defesa da Gramática Normativa do Português; 3) Argumentação Focada em Questões Prioritárias, Excluindo a Linguagem Inclusiva dessas Prioridades no Brasil; 4) Argumentação Focada na Beleza da Língua.

No caso dos comentários produzidos na Argentina, as três primeiras categorias permanecem iguais às do Brasil, mas a quarta categoria apresenta uma alteração, passando a ser: 4) Argumentação Focada na Insatisfação com a Existência da Linguagem Inclusiva. A seguir temos a Tabela 3 com as divisões:

Tabela 3: Comentários produzidos no Brasil e na Argentina e suas subcategorias

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Subcategorias

1. Argumentação Focada na Dificuldade da Língua Portuguesa:	1. Argumentação Focada na Dificuldade da Língua Espanhola:
<p>4 Devemos respeitar si as pessoas acho isso ridículo não a linguagem neutra que mudar as coisas o mundo agora querem colocar nas escolas e uma falta de respeito já não falamos direto e nem escrevemos direito agora mudar isso tipo de coisa é absurdo tirou libras e afí</p> <p> Responder</p> <p>5 É desnecessário essa linguagem neutra, a língua portuguesa já é difícil imaginem . É preocupante . Ainda bem que eles proibiram o ensino dessa língua. Quem quiser usem nos grupos , no dia a dia . Deus nos proteja!</p> <p> Responder</p> <p>16 Concordo, é totalmente desnecessário, pois a língua portuguesa já tem muita complexidade. As vezes as pessoas querem fomentar dificuldades pro dia a dia.</p> <p> Responder</p> <p>34 ACHO UMA BRINCADEIRA DE GRACA TOTALMENTE DESNECESSARIO ISTO NÃO LEVA NINGUÉM A LUGAR NENHUM JÁ FALAMOS MAL A LINGUA PORTUGUESA! IMAGINA ESTA LINGUAGEM ! É TOLICE E MAISNÃO ACRESCENTA EM NADA PARECE MAIS UMA GIRIA!</p> <p>Mostrar menos</p> <p> Responder</p>	<p>3 la primera vez que hace algo bueno. El lenguaje inclusivo es una sobrecarga innecesaria para la compresion y comunicacion</p> <p>3 Traduzir para o português</p> <p> Responder</p>
2. Argumentação Focada na Defesa da Gramática Normativa do Portugês:	2. Argumentação Focada na Defesa da Gramática Normativa do Espanhol:
<p>1 Não há necessidade disso. É gritante a falta de conhecimento linguístico, daí aceitar adereços desnecessários. Os hipócritas falam em democracia, mas querem impor suas ideias.</p> <p> Responder</p> <p>2 Tenho certeza que nem todos os LGBT Querem essa linguagem! Simples: só a pessoa que quer isso,informar e respeitaremos,sem ter que mexer em toda uma língua e cultura! Isso sim é falta total de respeito e noção</p> <p> Responder</p> <p>3 Gostei, concordei, adotei esse ponto de vista. Também, como o Josias, tenho esse carinho pela Nossa Língua . Valeu!</p> <p> Responder</p> <p>6 Deixem a nossa língua em paz! O nosso Português é perfeito como é. Ao invés de criar termos novos, deveriam era incentivar os brasileiros a estudarem mais. A maioria dos brasileiros não estudam a gramática. Fico imaginando o que diriam os grandes gramáticos da nossa língua! Não mexam no nosso idioma!</p> <p>Mostrar menos</p> <p> Responder</p> <p>7 Eu não respeito. Acho uma falta de inteligência e um assassinato a língua Portuguesa, ois isso Simplesmente não existe. A todos e a todas já e errado. O correto e A todos, a menis que seja um grupo só de mulheres, que seria "A todas" o resto e uma falta de inteligência, amém disso não soa bem. Jamais usarei.</p> <p> Responder</p>	<p>4 EXCELENTE. Hay un solo idioma y es el CASTELLANO...por fin entienden que se utiliza en el mundo un idioma y debe ser correcto y NO INVENTAR BOLUDECES! Ocupensen del Hambre de los chicos que tienen que estar bien alimentados para ser el FUTURO de Argentina.</p> <p>Ler mais</p> <p>Traduzir para o português</p> <p> Responder</p>

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Subcategorias

- Desnecessário. Penso que a língua deva ser ensinada na sua pureza.
- 8 O que já é muito difícil. Dada a precariedade da educação.
E, a evolução seja a longo prazo.
- Com certeza isto tem que ser proibido em escolas, quem quer ser viado ou sapatão tem que se enxergar também... isso não é preconceito é ensino.
- 9 essa linguagem neutra é uma grande bobagem q querem impor goela abaixo absurdo quem quiser use mas q n os obriguem a isso
- 12 Que coisa ridícula, que frescura. Tem como respeitar as pessoas, sem ter que mudar a língua portuguesa.
13 Eu que não vou falar, escrever essas frescuras. Misericórdia.
- Não precisa mudar a gramática, a língua por causa da orientação sexual. Não é ser antiquado é ser coerente. Agora, no dia a dia, usem as expressões que quiserem, assim como as gírias, ou as variações regionais. Agora mexer na língua oficial de um país por causa da orientação sexual das pessoas, pra mim é um absurdo. Vamos nos respeitar em nossas diferenças sem precisar impor uma nova linguagem. Ao meu ver isso já tá indo longe demais!
- 15 Mostrar menos
- 16 Não concordo com a linguagem neutra, e nem sou bolsonarista, nem nunca seria.
- 17 Respeito a diversidade de gênero, mas não acho que a língua tenha de ser afetada.
- Como profissional das Letras, não posso defender a linguagem neutra. Esta não possui nenhum embasamento histórico, sociológico e nem linguístico. A forma neutra e a masculina se fundiram nas línguas românicas por razões morfológicas e fonéticas, e não como fruto de uma sociedade machista. Há várias línguas naturalmente neutras no mundo: na África, Ásia, Oriente Médio... E mesmo assim, estão entre as sociedades mais intolerantes. A tese de que uma linguagem neutra significaria inclusão não tem base em nada.
- 18 Mostrar menos
- 19 Ñ respeito quem usa essa linguagem pq n faz parte da nossa ortografia e nem gramática.
Há um acordo entre os 7 países de Língua Portuguesa e essa frescura n está incluída nesse acordo
- 20 Também acho bobagem essa história de linguagem neutra, pois sou mãe de um homossexual, porém a linguagem, ou o pronome Todos, já generaliza a todos independente do sexo e da opção sexual
- 21 A pessoas lgbtqiap+ querem diretos iguais mas criam língua própria. A palavra "Todos" já engloba masculino e feminino. Não existe ninguém neutro, então porque a linguagem é neutra? E o problema maior ainda de certas pessoas é querer impor seu ponto de vista, seus costumes goela abaixo em outras pessoas. Nem todo gay concorda com essa militância, tenho certeza!!
- Mostrar menos

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Subcategorias

22 Eu RESPEITO totalmente toda e qualquer opção sexual, acho todo e qualquer tipo de preconceito deve ser REPUDIADO, cada um fez o que bem entende de sua vida, toma as decisões que quiser e sempre estarei manifestando meu apoio à liberdade sexual das pessoas. Mas Não tenho como defender que o gênero neutro seja incluído na gramática e ensinado nas escolas. Nas escolas devemos ensinar as crianças a existência, o respeito, os direitos... Teremos uma população cada vez mais tolerante, amorosa e respeitosa ensinando tudo isso na base, e sem isso de nada adianta alterar a base da gramática.

Mostrar menos

 1  Responder

23 Por outro lado, não é o masculino e o feminino que buscam como nova identidade? Então a os dirírmos a todos e todas, está havendo uma inclusão geral. É a mesma coisa de gíria: não precisa ser ensinada e todos usam. É fácil demais aprender é mais rápido que aprender na escola. NAO TEM O MENOR SENTIDO ESSE ASSUNTO SER ENSINADO NO PORTUGUÊS ESCOLAR.

Mostrar menos

 1  Responder

24 Eu acho que essa linguagem neutra não tem de ser utilizada. Isso é uma banalização da nossa língua portuguesa. Que já está tão banalizado.

24 Todos nós temos de respeitar todos os gêneros.

Todas as pessoas mas a língua portuguesa deve ser respeitada.

Isso porque quase nunca concordo com o Josias mas nessa eu concordo

Mostrar menos

  Responder

26 Eu sou professora e concordo acho desnecessário este uso, da linguagem neutra

 1  Responder

27 Desnecessário, a mulekada não aprende a falar, e nem a escrever corretamente com todas as regras ortográficas, ia pensou ter uma redação corrigida porque o todex, ou todiz foi escrita erroneamente kk, é uma coisa tão irrelevante, o ensino deveria se preocupar com tantas coisas, mas se preocupa com as formiguinhas enquanto os elefantes passam pelas costas.

Mostrar menos

  Responder

28 Temos um idioma rico, complexo (Língua Portuguesa) e portanto, não deveria ser uma norma a mais para as Escolas. Completamente desnecessário!!!

 1  Responder

30 Linguagem neutra não melhora nada, o negócio é ensinar o respeito, ninguém é obrigado a gostar de ninguém mas sim respeitar. Tu e você são neutros e não ofende ninguém, é só iniciar uma conversa de forma neutra e se a pessoa LGBT se apresentar no masculino ou feminino você chama conforme o nome e jeito da vestimenta.

  Responder

31 A linguagem neutra prejudica a comunicação, o falar adequado de forma culta. Pra mim marginaliza ainda mais as pessoas que já tem dificuldade de se estabelecer no mercado de trabalho. A educação no Brasil já é precária e ainda colocar a linguagem neutra para ser aceita dentro das escolas é regredir no ensino da língua portuguesa!

 1  Responder

32 O STF está votando a constitucionalidade ou não de uma Lei Estadual, que será derrubada, isso será positivo para que o ensino da língua portuguesa como acontece até hoje, continue sendo o mesmo! Eu particularmente sou contra "linguagem neutra", pois não há neutralidade em nada e tratamentos genéricos neutros já existem em nosso idioma.

A língua portuguesa já tem a sua linguagem neutra, não tem necessidade muda-la, o respeito isso é sim algo q não pode mudar.

 33  Responder

33 Uma minoria que não produz nada, e quer decidir como eu devo ou não falar e escrever, só pode ser piada.

33 Ninguém deveria levar a sério esse pessoal que quer impor a linguagem neutra.

  Responder

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Subcategorias

<p><u>EU VOTEI NO LULA E SOU CONTRA ESSAS PAUTAS GAY E SOU CONTRA LINGUAGEM NEUTRA JÁ ESTOU ME ARREPENDENDO DE TER VOTADO NELE...</u></p> <p> 2  Responder</p> <p>Também não acho que seja relevante mudar a língua, só precisa respeitar as pessoas e isso independe da mudança na fala. Até mesmo porque alguns podem usar como deboche</p> <p> 16  Responder</p> <p>Não acho que seja um questão de ser antiquado. Acho uma questão de preservação da língua. Usando essa linguagem neutra nem parece português. O marculino sempre foi utilizando também como neutro sem que nenhuma mulher se manifestasse se sentindo ofendida ou diminuída. Pelo menos nenhuma que eu conheça...</p> <p> 2  Responder</p> <p>Pra mim é desnecessária em qualquer lugar. Quando se fala em "todos" sempre se incluiu masculino e feminino. E nunca se reclamou. "Todos" sempre será TODOS! Seja quem for!</p> <p> 4  Responder</p> <p>Mostrar menos</p>	
<p>3. Argumentação Focada em Questões Prioritárias, Excluindo a Linguagem Inclusiva dessas Prioridades no Brasil:</p> <p><u>Eu sempre achei que as prioridades estão meio invertidas, linguagem neutra não deveria nem ser discutido enquanto não temos a segunda linguagem oficial sendo ensinada nas escolas, a linguagem de sinais é extremamente importante e ninguém se importa com a população que precisa dela</u></p> <p> 1  Responder</p> <p>Até que enfim alguém se posicionou de maneira sensata. É desnecessário, e convenhamos, o Brasil está com um monte de coisas importantes para resolver!!!! Como ele disse: " o português já tem tanta trapaça" . Temos pautas muito mais importantes para tratar. A educação já tem tantas coisas a serem feitas que não faz sentido. O Brasil ficou 4 anos em frangalhos e temos assuntos muito mais urgentes a tratar. Tem que ter prioridades.</p> <p>Mostrar menos</p> <p> 6  Responder</p>	<p>3. Argumentação Focada em Questões Prioritárias, Excluindo a Linguagem Inclusiva dessas Prioridades na Argentina:</p> <p><u>El 99 porcientos de los argentinos no nos sentimos identificados con la "x", la "e" no "@". Es increíble como pequeñas minorías anarquistas hacen bailar a los gobiernos a su ritmo. En todas las escuelas debería enseñarse Braille o lenguaje de señas para que las personas sordas y ciegas se sientan incluidas. Pero como eso implica esfuerzo y estudio, los docentes "INCLUSIVOS", reducen la inclusión a una letra o a un símbolo que no se puede leer al momento de expresar en voz alta un escrito. Creo que lo único que hacen es reduccionismo. Nuestros hijos tienen derecho a recibir una educación de calidad y no las ridiculizan que actualmente se está enseñando, en todo el país. Hoy todo se basa en IDEOLOGÍAS. Primero el lema era DIOS ESTA MUERTO, ahora el lema es LA CIENCIA ESTA MUERTA... Si seguimos cediendo los derechos por los que mucha gente murió, pronto seremos entes, sujetos a los antojos de unos pocos anarquistas y de los medios de "desinformación" hegemónicos. Es hora de decir "basta" y que los gobiernos gobiernen para las mayorías. Gracias ministra Acuña. Sería bueno que el resto de los ministros la imiten.</u></p> <p>Mostrar menos</p> <p>Traduzir para o português</p> <p> 5  Responder</p>

COMENTÁRIOS PRODUZIDOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Selecionados a partir das Subcategorias

<p>14 <u>É questão de inclusão, isso é fato. Mas os não binários representam uma parcela muito, muito pequena na nossa sociedade. É ainda menor que a quantidade de crianças matriculadas em escolas com poucos recursos, dificultando o aprendizado essencial, e é insignificante se comparada com as pessoas com problemas cognitivos. Além da falta de recursos que muitas escolas das áreas mais pobres enfrentam. As vezes falta sabão e papel higiênico na minha etc. Professores? Hahahaha.</u></p> <p><u>Vocês acham viável decretar a tal mudança mediante à todos os problemas sérios que enfrentamos no momento? As pessoas não vão adotar o pronome neutro da noite pro dia, haverá fuzue só pelo fato de ser "obrigatório" espere e veja.</u></p> <p><u>Eu continuo apoiando campanhas sociais e sindicatos pra essas pessoas, mas mexer nos alicerces de uma língua por causa duma alteração pifia, não dá né meus amores?</u></p> <p>Mostrar menos</p> <p style="text-align: center;"> Responder</p>	<p>14 <u>É questão de inclusão, isso é fato. Mas os não binários representam uma parcela muito, muito pequena na nossa sociedade. É ainda menor que a quantidade de crianças matriculadas em escolas com poucos recursos, dificultando o aprendizado essencial, e é insignificante se comparada com as pessoas com problemas cognitivos. Além da falta de recursos que muitas escolas das áreas mais pobres enfrentam. As vezes falta sabão e papel higiênico na minha etc. Professores? Hahahaha.</u></p> <p><u>Vocês acham viável decretar a tal mudança mediante à todos os problemas sérios que enfrentamos no momento? As pessoas não vão adotar o pronome neutro da noite pro dia, haverá fuzue só pelo fato de ser "obrigatório" espere e veja.</u></p> <p><u>Eu continuo apoiando campanhas sociais e sindicatos pra essas pessoas, mas mexer nos alicerces de uma língua por causa duma alteração pifia, não dá né meus amores?</u></p> <p>Mostrar menos</p> <p style="text-align: center;"> Responder</p>
<p>4. Argumentação Focada na Beleza da Língua Portuguesa:</p>	<p>4. Argumentação Focada na Insatisfação da Existência da Linguagem Inclusiva na Argentina:</p>
<p>25 <u>É uma linguagem feia kkkkk também não sou a favor meu amigo. Nossa língua e tão linda porque enfeia né.</u></p> <p style="text-align: center;"> Responder</p>	<p>1 <u>Terminen con esa gansada del lenguaje inclusivo. Déjense de hacerse los forro-progres.</u></p> <p><u>1 Quando uno llama al 147 nos llenan las bolas con propaganda hablada con esa forrada</u></p> <p><u>Traduzir para o português</u></p> <p style="text-align: center;"> 16 Responder</p> <p><u>Muy bien LARRETA, estoy totalmente de acuerdo, el lenguaje inclusivo es algo que no tiene que existir!!!</u></p> <p><u>5 Traduzir para o português</u></p> <p style="text-align: center;"> 7 Responder</p>

Fonte: Criação própria

Como já mencionado no Capítulo 3, as produções de comentários se entrelaçam em fluxos contínuos de diálogo, criando um espaço propício para o surgimento de novas ideias e interpretações. Isso é claramente observado nos comentários apresentados na Tabela 3, onde as subcategorizações revelam diferentes argumentos utilizados para chegar a um mesmo pensamento. Assim, é evidente como as convenções de escrita e as normas sociais, no caso, o conteúdo exposto nos vídeos principais que geram as produções de comentários, influenciam as interações online. Ao mesmo tempo, essas convenções possibilitam a expressão da individualidade dentro do contexto coletivo de cada sujeito-enunciador, tornando esse ambiente um campo fértil para a construção de significados e a negociação de diferentes produções discursivas.

4.2 Análise argumentativa dos comentários por subcategorias

4.2.1 Argumentação focada na dificuldade da língua portuguesa

Nesta seção, e de maneira semelhante a todas as subsequentes, os argumentos se concentram na discordância quanto à utilização da Linguagem Inclusiva no ambiente escolar. Ao observarmos a Tabela 3, na subcategoria 1 que leva o mesmo título desta seção, podemos identificar quatro comentários nos quais os enunciadores fundamentam a recusa à Linguagem Inclusiva com base na alegada dificuldade da língua portuguesa. A dificuldade mencionada é, inclusive, perceptível na própria escrita do enunciador 4, por exemplo.

As justificativas para a recusa se baseiam em argumentos que ultrapassam a dimensão puramente linguística, abrangendo também a educação e a língua enquanto práticas culturais que, na perspectiva do enunciador do comentário 4, por exemplo, devem ser preservadas em sua forma atual para evitar o agravamento das dificuldades linguísticas. Portanto, os argumentos se constroem em uma perspectiva da realidade que cada enunciador vivencia em seus contextos sociais.

Nesse sentido, a ideia de preservar a "pureza" e a "funcionalidade" da língua, expressa pelo enunciador 5, está diretamente associada à visão de que qualquer mudança representaria uma ameaça à estabilidade e ao entendimento comum da língua. O enunciador também revela uma perspectiva religiosa ao invocar a proteção divina, ao dizer "Deus nos proteja", sugerindo que a sociedade estaria sendo resguardada de uma ameaça, e implicitamente associando a Linguagem Inclusiva a valores espirituais e morais, frequentemente vinculados a uma interpretação conservadora da Bíblia.

Assim, podemos perceber que, embora os quatro comentários desta subcategoria foram feitos por enunciadores distintos, todos convergem para um ponto comum: a insatisfação com o aumento da dificuldade da língua portuguesa. Essa dificuldade é evidenciada, inclusive, na própria produção do enunciador 4, cuja falta de habilidade escrita torna-se visível no comentário.

De certa forma, os enunciadores dos comentários constroem um *ethos* discursivo que visa conferir credibilidade ao seu argumento, na tentativa de influenciar o leitor, que pode ou não concordar com o que foi enunciado, mas ali há uma visada argumentativa, na intenção de persuadir os leitoras. Esses comentários ilustram, também, a abordagem semiolinguística, que destaca o contexto social em que o sujeito está inserido e como este, ao se expressar, apresenta diferentes visões de mundo e perspectivas de realidade para defender uma mesma questão.

4.2.2 Argumentação focada na defesa da gramática normativa do português

Nesta seção, que apresenta o maior número de comentários em sua subcategoria, conforme indicado na Tabela 3, temos um total de trinta comentários em que os enunciadores argumentam em defesa de uma gramática normativa que não deve sofrer alterações. Para além das diversas justificativas apresentadas pelos enunciadores para expor sua discordância com a utilização da Linguagem Inclusiva, surge uma argumentação fundamentada no raciocínio lógico, associando a língua portuguesa à gramática normativa já institucionalizada. Para esses enunciadores, essa gramática não permite a adoção de uma Linguagem Inclusiva, pois qualquer mudança representaria uma violação das normas tradicionais do que é aceito pela sociedade. Assim, são elaborados argumentos regidos pela lógica e pelo princípio da não contradição.

O enunciador do comentário 1, por exemplo, ao escolher palavras como "gritante" e "hipócritas", revela desde o início um posicionamento firme. Seu argumento baseia-se na ideia de que a língua deve manter sua "pureza", rejeitando novas formas de expressão. No entanto, essa argumentação apresenta contradições. Inicialmente, o enunciador justifica sua posição apelando para a "falta de conhecimento linguístico", mas logo a seguir descreve a Linguagem Inclusiva como um "adereço". Além disso, a menção aos "hipócritas" e sua relação com a democracia não é clara. Considerando o contexto político de 2023, no Brasil, com intensas discussões sobre democracia, e o discurso de defesa do governo eleito em respeito a democracia, o termo "hipócritas" pode ser interpretado como uma crítica aos apoiadores do atual governo, implicando que aqueles que apoiam a Linguagem Inclusiva tentariam "impôr suas ideias", reforçando uma visão de que a correção da língua deve ser determinada por uma perspectiva pessoal.

No comentário 9, o enunciador expressa uma postura agressiva e discriminatória em relação à comunidade LGBTQIAPN+, disfarçada sob o pretexto de uma argumentação sobre "ensino". A frase "Com certeza, isto tem que ser proibido em escolas" sugere uma tentativa de censura, demonstrando resistência explícita à inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade no ambiente educacional. A utilização de termos pejorativos, como "viado" e "sapatão", desumaniza e marginaliza a comunidade LGBTQIAPN+, reforçando estereótipos negativos e desvalorizando suas experiências. Além disso, o enunciador demonstra uma compreensão distorcida da Linguagem Inclusiva, tratando-a como uma imposição vinculada a um público específico, que seria o de "viado" e "sapatão".

As abordagens dos enunciadores em todos os comentários desta subcategoria podem ser analisadas a partir do conceito de marcação axiológica, conforme discutido por Amossy (2017). Nesse processo, os enunciadores, ao desqualificar o uso da Linguagem Inclusiva,

minimizam e negam sua importância, destacando aspectos negativos, como observado em vários comentários: “acho uma falta de inteligência e um assassinato da língua portuguesa” (comentário 7); “Com certeza, isto tem que ser proibido em escolas, quem quer ser viado ou sapatão tem que se enxergar também” (comentário 9); “É uma grande bobagem que querem impor goela abaixo” (comentário 12); “Que coisa ridícula, que frescura” (comentário 13); “Como profissional das Letras, não posso defender a linguagem neutra” (comentário 18); “Isso é uma banalização da nossa língua portuguesa” (comentário 24); “Eu sou professor e concordo, acho desnecessário este uso” (comentário 26); “Uma minoria que não produz nada” (comentário 33); “EU VOTEI LULA E SOU CONTRA ESSAS PAUTAS GAY E SOU CONTRA LINGUAGEM NEUTRA” (comentário 35); “Pra mim é desnecessário em qualquer lugar” (comentário 38); “Eu não uso isso nos meus textos e, se eu ver isso em um texto, mesmo que científico, paro de ler na hora! Se eu for professor de bancada de TCC, ainda dou zero” (comentário 39). Ao rejeitar a ideia de imposição, os enunciadores utilizam diferentes argumentos para centralizar seus discursos. Entre esses, identificamos uma resistência pautada em preconceito, afiliação política, formação acadêmica e banalização da língua, todos com a mesma finalidade: excluir a Linguagem Inclusiva do ambiente escolar.

Essa análise revela um ponto de tensão entre liberdade individual e normas coletivas. Como apontado por Miranda (2018), a linguagem desempenha um papel fundamental na construção e manutenção das normas de gênero na sociedade. O léxico, em particular, é um espaço onde essa dinâmica se torna especialmente evidente e influente. Cada palavra carrega consigo uma bagagem de significados e associações culturais que podem reforçar ou desafiar os estereótipos de gênero dominantes. Portanto, esses argumentos agressivos e preconceituosos são, essencialmente, uma tentativa de exclusão das pessoas não-binárias que utilizam essa linguagem como forma de reconhecimento identitário.

Ao explorar mais profundamente esses discursos, podemos perceber que, em alguns comentários, é evidente a falta de conhecimento sobre a comunidade LGBTQIAPN+, especialmente no que diz respeito àqueles que utilizam a Linguagem Inclusiva. Há uma generalização da utilização dessa linguagem aos “viados” e “sapatão”, revelando que o apagamento não é desejado apenas para uma parte da comunidade, mas para toda ela.

4.2.3 Argumentação focada em questões prioritárias, excluindo a Linguagem Inclusiva dessas prioridades no Brasil

Nesta seção, correspondente à subcategoria 3 da Tabela 3, observamos um mascaramento da temática principal na tentativa de deslegitimá-la. Podemos relacionar esse fenômeno à eficácia do discurso, que não se limita apenas à habilidade de persuadir, mas também à capacidade de influenciar as percepções e emoções do público-alvo. Ao trazer à tona questões “mais relevantes” na perspectiva dos enunciadores, os enunciadores buscam desviar a atenção da Linguagem Inclusiva, propondo outras temáticas que, em sua visão, causam maior impacto. No entanto, essas questões não são apresentadas como soluções, mas como argumentos excludentes que invalidam a discussão sobre a Linguagem Inclusiva.

Na subcategoria 3, encontramos três comentários que exemplificam essa estratégia. O enunciador do comentário 10, por exemplo, critica a “inversão de prioridades” ao comparar a questão da Linguagem Inclusiva com problemas sociais mais urgentes, como a deficiência auditiva. Para esse enunciador, a identidade de gênero e a sexualidade das pessoas LGBTQIAPN+ são vistas como um “erro social” e não como algo que deveria ser legitimamente reconhecido. A comparação entre a aceitação das pessoas surdas e a negação das vivências de pessoas LGBTQIAPN+ revela uma tentativa de persuadir o leitor, colocando questões de maior visibilidade social, como a deficiência auditiva, em primeiro plano, enquanto minimiza a importância das questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade.

No comentário 11, o enunciador alega que há um descompasso entre a “urgência” de questões sociais mais amplas e a discussão sobre mudanças linguísticas. Esse posicionamento reflete o que Charaudeau (2019) afirma sobre a linguagem. que ao nos expressarmos, não apenas comunicamos, mas também impomos uma representação do mundo ao interlocutor. O enunciador do comentário 11 tenta criar uma representação de um mundo em que a prioridade deveria ser dada a questões sociais urgentes, deixando a Linguagem Inclusiva em segundo plano, como algo irrelevante no contexto atual. Além disso, o enunciador faz uso de um poder retórico ao justificar seu ponto de vista com um tom de desdoso político e social, especialmente em relação ao governo Bolsonaro.

Já no comentário 14, o enunciador argumenta que questões estruturais, como a escassez de materiais básicos e a falta de professores nas escolas, devem ser priorizadas em relação a mudanças linguísticas. Ao minimizar a relevância da Linguagem Inclusiva, ele recorre a comparações com problemas sociais concretos, como as dificuldades enfrentadas por estudantes e pessoas com problemas cognitivos. Ademais, o comentário 14 contém um tom irônico e desqualificador, com o uso de "hahahaha", que minimiza a seriedade do debate e sugere que as preocupações com a mudança linguística são excessivas ou infundadas. Quando o enunciador afirma que mexer nos "alicerces de uma língua por causa de uma alteração pífia",

ele demonstra que vê a mudança como desnecessária frente a questões sociais que realmente impactam a vida das pessoas. Além disso, antecipa que a adoção da Linguagem Inclusiva causaria confusão e resistência, sugerindo que tal imposição geraria dissenso social, o que, em sua visão, dificultaria o processo de adoção.

No mesmo comentário, o enunciador se posiciona como alguém que apoia causas sociais, como campanhas e sindicatos, mas argumenta que ações práticas e concretas são mais eficazes do que discutir mudanças no discurso. Ele defende que a prioridade deveria ser melhorar as condições educacionais e sociais, sugerindo que a Linguagem Inclusiva não traria benefícios reais para a sociedade e não resolveria problemas estruturais. A estratégia de identificação com o público também é presente, pois ele utiliza um tom de proximidade, chamando os interlocutores de "meus amores", como se estivesse falando com pessoas que compartilham de sua visão.

Portanto, conforme explorado no capítulo 2, a argumentação vai além da simples defesa de uma ideia específica, abrangendo também a busca por compartilhamento de perspectivas sobre a realidade, o fortalecimento de valores e a orientação de reflexões. Isso fica evidente nos comentários desta seção, em que os enunciadores tentam persuadir o público ao desviar a atenção das questões relativas à Linguagem Inclusiva e apresentar outras questões como mais urgentes e relevantes, com o objetivo de deslegitimação.

4.2.4 Argumentação focada na beleza da língua portuguesa

Para finalizar a análise dos comentários brasileiros, temos a subcategoria 4, da Tabela 3, com um único comentário: “É uma linguagem feia kkkkkk também não sou a favor meu amigo. Nossa língua é tão linda porque enfeia né”.

O enunciador inicia com uma avaliação estética negativa da Linguagem Inclusiva, utilizando o adjetivo "feia" para se referir a ela. O uso de "kkkkkk" sugere uma tentativa de aliviar a crítica, apresentando a opinião de forma mais leve e divertida. No entanto, a palavra "feia" reflete uma avaliação negativa de forma direta. A escolha de "feia" não é apenas uma crítica estética, mas também uma forma de manifestar desconforto ou rejeição em relação à proposta de modificar a língua para incluir pronomes inclusivos. A palavra "feia" sugere, também, que o enunciador vê a Linguagem Inclusiva como algo estranho ou desarmônico com a língua portuguesa.

A ideia de que a língua portuguesa é "tão linda" é uma forma de valorização tradicional da língua e do seu uso conforme as normas estabelecidas. Além disso, o enunciador sugere que

a utilização de uma Linguagem Inclusiva pode tornar a língua mais complicada e menos fluida, ao invés de facilitar a comunicação. Essa simplificação da língua é defendida como uma maneira de manter sua beleza e eficiência.

4.2.5 Argumentação focada na dificuldade da língua espanhola

Conforme analisado nas seções anteriores, agora iniciamos a análise dos comentários produzidos na Argentina. Inicialmente, na subcategoria 1, da Tabela 3, também temos a representação do espanhol no quesito dificuldade da língua. Com apenas um comentário nesta categoria, sendo o comentário 3, o enunciador sugere que a introdução desse tipo de linguagem na comunicação e no discurso social é "uma sobrecarga desnecessária".

Para o enunciador, pela primeira vez, referindo-se à iniciativa do prefeito de Buenos Aires sobre a proibição, foi "boa", mas coloca um tom sarcástico, implicando que todas as ações anteriores não foram tão válidas. Isso pode estar relacionado à impressão de que a introdução de Linguagem Inclusiva é algo inovador ou que está sendo tratado como uma "boa ação", mas que o enunciador vê com ceticismo ou até desconfiança. Podemos vincular essa ação com o que Amossy (2020) fala sobre basear o discurso em premissas já aceitas pelo seu público para fazer com que o orador ganhe a adesão de determinado discurso. Portanto, ao mesmo tempo que o enunciador do comentário 3 demonstra essa concordância referente a decisão do prefeito de Buenos Aires, ele também deixa evidente uma desconfiança pautada em um contexto político/social, colocando o prefeito de Buenos Aires no papel de desconfiança, ao ponto que busca a adesão dos leitores à sua perspectiva.

Há uma crítica direta à ideia de que a Linguagem Inclusiva representa uma dificuldade adicional para a compreensão e a comunicação, assim como também foi perceptível na subcategorização 1 dos comentários do Brasil. Ao afirmar que é "*una sobrecarga innecesaria*", o enunciador sugere que a adaptação da linguagem para incluir expressões mais inclusivas não agrupa valor real à comunicação, mas, ao contrário, cria uma barreira. Também, é revelada uma resistência típica de pessoas que se opõem a movimentos progressistas que buscam expandir os direitos e o reconhecimento das minorias, especialmente relacionados à questões de identidade de gênero.

4.2.6 Argumentação focada na defesa da gramática normativa do espanhol

Na Argentina, a justificativa em defesa da gramática normativa também se fez presente. No comentário 4, o enunciador, pertencente à subcategoria 2 dos comentários argentinos, apresentou uma abordagem crítica e enfática em relação à Linguagem Inclusiva.

O enunciador alega que a única língua válida seria o castelhano, criticando as mudanças linguísticas propostas como "invenções" ou "baboseiras". Ao utilizar a palavra "boludez" (uma expressão informal que implica algo sem valor ou absurdo, neste caso) o enunciador também trata a discussão sobre a Linguagem Inclusiva como uma questão irrelevante diante de problemas mais significativos.

A crítica ao uso do castelhano com a introdução de alterações linguísticas, como a inclusão de formas inclusivas ou alternativas, é uma manifestação da visão de que a língua não deve ser alterada por questões de política social ou identidade de gênero. Para essa perspectiva, a língua deve ser "correta" e seguir as normas estabelecidas, sem a necessidade de modificações que sejam vistas como desnecessárias ou excessivas.

A parte final do comentário, que destaca a fome das crianças e a importância de alimentá-las para garantir o futuro do país, também traz à tona uma priorização de outros problemas pelo enunciador, como a pobreza e a educação, em detrimento das mudanças culturais e linguísticas. O enunciador sugere que questões de ordem prática e imediata, como a nutrição e o bem-estar das crianças, deveriam ser a principal preocupação, e não questões relacionadas a um suposto "politicamente correto" ou modismos linguísticos.

Portanto, esse comentário reflete uma visão que prioriza a estabilidade e a tradição, possivelmente advinda de uma perspectiva mais conservadora. Existe uma crítica implícita a um suposto exagero no foco em questões de linguagem, enquanto problemas reais e palpáveis, como a fome e a desigualdade social, continuam sem resolução.

Neste caso, observamos que um único comentário transitou por duas subcategorias adicionais da Tabela 3, a saber, a subcategoria 1 e a subcategoria 3, dos comentários argentinos. Isso demonstra que um discurso pode se deslocar entre diferentes perspectivas, evidenciando a multiplicidade de ferramentas de persuasão à disposição do enunciador, que pode recorrer a diversas estratégias na tentativa de influenciar o outro.

4.2.7 Argumentação focada em questões prioritárias, excluindo a Linguagem Inclusiva dessas prioridades na Argentina

No comentário 2, presente na subcategoria 3 dos comentários argentinos, o enunciador expressa uma visão crítica em relação ao uso da Linguagem Inclusiva na Argentina,

particularmente ao emprego das formas "x", "e" e "@" como alternativas linguísticas. A primeira parte do comentário afirma que 99% da população argentina não se sente identificada com essas modificações, utilizando a frase "*El 99 porciento de los argentinos no nos sentimos identificados*". Essa afirmação configura uma generalização ampla, sugerindo que a maioria da população rejeita tais mudanças e que elas seriam impostas por um grupo minoritário. No entanto, a ausência de fontes que comprovem essa porcentagem torna o argumento falacioso, invalidando sua própria premissa, configurando uma possível disseminação de "Fake News".

Além disso, o enunciador faz uma crítica direta aos defensores da Linguagem Inclusiva, rotulando-os como "anarquistas" e insinuando que esse pequeno grupo possui poder suficiente para influenciar as políticas governamentais. A expressão "*hacer bailar a los gobiernos a su ritmo*" sugere que essas minorias seriam capazes de impor suas agendas ao governo, manipulando a política para implementar mudanças que, segundo o enunciador, não são amplamente aceitas pela maioria da população. O uso do termo "anarquistas" reforça a ideia de desordem e falta de estrutura nas propostas defendidas por esse grupo, enfatizando a percepção de que a mudança seria imposta sem um consenso popular.

Na sequência, o enunciador propõe que, em vez de se investir em mudanças linguísticas, o foco deveria ser direcionado para outras formas de inclusão, como o ensino de braille ou a língua de sinais nas escolas, visando a inclusão de pessoas com deficiências visuais e auditivas. Essa sugestão redireciona a discussão sobre inclusão para áreas que o enunciador considera mais urgentes e relevantes, ao mesmo tempo em que critica a priorização das questões de gênero e da Linguagem Inclusiva.

4.2.8 Argumentação focada na insatisfação da existência da Linguagem Inclusiva na Argentina

Por fim, chegamos à análise dos últimos comentários, sendo os comentários 1 e 5, da subcategoria 4 dos comentários argentinos. Nesta subcategoria, é exposta uma insatisfação escancarada ao uso da Linguagem Inclusiva. No comentário 1, por exemplo, o enunciador rejeita a ideia de adaptar a língua para fins inclusivos, utilizando expressões como "*gansada*" (que significa algo sem sentido ou bobagem) e "*forros-progres*" (uma expressão que implica uma crítica a pessoas que se comportam de maneira pretensamente progressista ou politicamente correta, mas sem agir de forma genuína). A utilização dessas palavras revela uma postura de desdém em relação a quem defende o uso da Linguagem Inclusiva, considerando esse movimento uma espécie de esforço superficial.

Além disso, o enunciador aponta uma experiência pessoal de insatisfação com propagandas faladas que utilizam essa Linguagem Inclusiva, especificamente quando se liga para o número 147, na Argentina, que é uma linha gratuita de atendimento ao cidadão de Buenos Aires, onde oferece orientação e informações sobre os trâmites da cidade. Esse exemplo é uma crítica à imposição da Linguagem Inclusiva em espaços públicos ou serviços, em que o autor expressa o incômodo de ser exposto a um discurso que considera forçado e que, para ele, desvia da função original da comunicação. A utilização de "*nos llenan las bolas*" (uma expressão vulgar que significa ser incomodado ou "cheio" de algo) enfatiza o desconforto e a frustração do enunciador, destacando que a Linguagem Inclusiva está sendo aplicada de forma indesejada e invasiva. Existe também uma crítica ao que é visto como uma imposição de um discurso político ou ideológico que estaria sendo forçado sobre as pessoas sem considerar o contexto ou as preferências individuais. A expressão "*forrada*" é uma metáfora que implica que a mudança na linguagem não tem substância ou valor real, sendo mais uma modificação superficial, ou até mesmo uma exagerada demonstração de politicamente correto.

Enquanto ao comentário 5, incluso também na subcategoria 4, o enunciador deixa claro que não considera a Linguagem Inclusiva relevante ou desejável, e que compartilha da opinião de que ela não deve existir. A frase "*estoy totalmente de acuerdo*" reforça o apoio incondicional ao posicionamento de Larreta, no vídeo. O uso da expressão "*no tiene que existir*" sugere uma rejeição direta ao movimento que busca incorporar uma Linguagem Inclusiva.

4.3 Epílogo

Por fim, concluímos a análise dos comentários brasileiros e argentinos, os quais revelam um panorama interessante sobre o debate em torno da Linguagem Inclusiva nos dois países. É de grande relevância observar como a linguagem, abordando uma temática comum, transpassa fronteiras culturais, políticas e sociais, refletindo as especificidades de cada contexto. Ao analisarmos os comentários provenientes do Brasil e da Argentina, somos levados a uma imersão nos cenários únicos que influenciam a visão de seus cidadãos sobre questões como a Linguagem Inclusiva. Cada comentário, por meio de seus enunciadores e argumentos, revela uma multiplicidade de possibilidades de análise. Como ressalta Amossy (2020), a argumentação se manifesta quando há uma exposição de um posicionamento, uma perspectiva ou uma interpretação do mundo em meio a diferentes pontos de vista. Isso foi justamente o que percebemos nos comentários analisados, onde os sujeitos enunciadores expuseram suas questões de maneiras distintas, com discursos conflitantes e diversos, buscando a aceitação de seus argumentos por meio de ferramentas argumentativas e discursivas evidentes nas análises.

O processo de examinar cada comentário e cada teoria para a construção desta pesquisa exigiu um trabalho minucioso e atento, no qual cada detalhe analisado conduziu a considerações específicas e reveladoras. Como bem expõe Freitag (2024), as pessoas não são neutras; elas expressam sua identidade e pertencimento a um grupo ao falar. Sendo assim, o uso da linguagem sempre reflete uma indexação social, e esse processo também se reflete no ato de escrever ou digitar um comentário. Tal processo demonstra que o discurso é uma ferramenta poderosa e carregada de intenções, capaz de moldar e construir pensamentos, perspectivas e enunciadores. Como destaca Charaudeau (2019), em uma enunciação argumentativa, o discurso não se limita apenas à interação com o conhecimento que busca refletir a experiência humana, mas também se insere no âmbito da organização discursiva, transcendendo as meras categorias linguísticas.

Portanto, analisar como as argumentações se estruturam e influenciam outras perspectivas é importante para entender a sociedade por meio do discurso. Neste contexto, defendemos que todo o processo ocorre no campo discursivo. Semiolinguisticamente, a análise só foi possível devido aos estudos teóricos abordados na pesquisa, que permitiram a construção da análise, a qual também se desenvolveu à medida que nós, enquanto pesquisadores, nos construímos, buscando oferecer uma visão aprofundada e teoricamente embasada sobre um tema contemporâneo e, simultaneamente, polêmico.

É evidente que a resistência à Linguagem Inclusiva, ao mesmo tempo em que representa um posicionamento social e cultural, também expõe tensões e contradições que revelam o impacto social mais amplo dessa questão. Este fenômeno não se limita a uma simples discordância linguística, mas reflete uma complexa rede de valores e identidades que estão em jogo nas interações sociais contemporâneas. A oposição à Linguagem Inclusiva, frequentemente apresentada como uma "ameaça" à preservação da língua, evidencia não apenas uma resistência ao novo, mas também um confronto com as mudanças nas normas de representação de gênero e identidade. Em muitos casos, a crítica a essa forma de linguagem está relacionada à percepção de que ela interfere na "pureza" ou na "tradição" da língua.

Em uma visão comparativa, é evidente que ambos os países lidam com um conflito semelhante, que envolve a resistência à Linguagem Inclusiva e as mudanças na língua como um reflexo das transformações sociais. No Brasil, a oposição está mais ligada a uma retórica conservadora que busca preservar a ordem estabelecida e que, muitas vezes, disfarça a exclusão por trás de um discurso de "respeito" à língua e à cultura. Já na Argentina, embora haja uma resistência similar, as críticas tendem a ser mais voltadas para a confusão prática e a possível

desestabilização das normas já existentes, com uma maior flexibilidade nas questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Ao refletir sobre as questões levantadas, percebemos que a tradicionalidade da língua vai muito além de uma mera preservação de normas gramaticais; ela camufla a tradicionalidade de gênero, perpetuando estruturas de poder e desigualdade profundamente enraizadas na sociedade. Isso é perceptível em comentários como “A palavra 'Todos' já engloba masculino e feminino” (comentário 21); “É só iniciar uma conversa de forma neutra e, se a pessoa LGBT se apresentar no masculino ou feminino, você chama conforme o nome e jeito da vestimenta” (comentário 30); “Quando se fala em 'todos', sempre se incluía masculino e feminino” (comentário 38), em que se reforça uma binariedade que vai contra a existência de pessoas que não se identificam nessa binariedade de gênero.

Ao manter a língua rígida e fixada em normas que excluem e marginalizam, reforçamos não apenas um modelo linguístico, mas também um modelo social e cultural que limita a liberdade de expressão das identidades que não se encaixam nos padrões estabelecidos. A resistência à Linguagem Inclusiva é uma resistência a transformar as próprias bases sobre as quais construímos nossas interações e entendimentos de mundo. A língua é um reflexo do que somos e, enquanto sociedade, precisamos questionar o que queremos que ela revele de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo desta dissertação, foi apresentado um panorama teórico sobre o conceito de Linguagem Inclusiva, com ênfase nas suas implicações sociais, culturais e políticas, tanto na sociedade argentina quanto na brasileira. Este capítulo foi essencial para construir a base teórica que orienta a compreensão do contexto atual da discussão sobre a Linguagem Inclusiva, fornecendo uma visão abrangente sobre o tema. Através desse estudo, pudemos perceber as várias camadas de significado que envolvem o uso da Linguagem Inclusiva, desde sua defesa como instrumento de promoção de igualdade até as críticas que a veem como uma ameaça à preservação da língua e à ordem estabelecida.

Com base no conhecimento teórico do primeiro capítulo, no segundo capítulo, exploramos as contribuições das teorias da argumentação, com ênfase nas perspectivas de Patrick Charaudeau e Ruth Amossy. Essas teorias foram fundamentais para a análise dos comentários, pois permitiram a categorização principal dos comentários e também a identificação das estratégias argumentativas utilizadas pelos enunciadores, além de terem sido um auxílio na compreensão das intenções subjacentes às suas falas. Charaudeau, com seu enfoque na análise do discurso, e Amossy, ao abordar os processos argumentativos e as relações entre o sujeito e o discurso, proporcionaram uma base sólida para a análise dos comentários. Essas duas abordagens teóricas foram complementares, trazendo contribuições de outro teóricos para a análise, permitindo-nos, por um lado, entender as estratégias retóricas que os indivíduos empregam para persuadir ou influenciar os outros e, por outro, perceber os mecanismos que regulam as relações de poder no discurso. Ao integrar as perspectivas de Charaudeau e Amossy, conseguimos não apenas uma visão mais precisa sobre a argumentação presente nos comentários, mas também uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas discursivas que envolvem o tema da Linguagem Inclusiva.

Na sequência dos estudos, no Capítulo 3, direcionamos nosso foco para o gênero comentário, realizando uma análise aprofundada à luz das teorias de Bakhtin e Sal Paz. Ao abordar a estruturação e utilização deste gênero, buscamos compreender suas características discursivas, bem como as dinâmicas de interação e argumentação que o configuram. O gênero comentário, como *corpus* de análise desta pesquisa, revelou-se um objeto significativo para o estudo das interações sociais na contemporaneidade, especialmente no ambiente digital, onde se torna um espaço de manifestação de diferentes pontos de vista, argumentações e posicionamentos.

A partir da teoria de Bakhtin, pudemos explorar o comentário como uma enunciação que se insere em um contexto dialógico, ou seja, como um discurso que se constrói em resposta a outros discursos e que, ao mesmo tempo, busca influenciar ou transformar o discurso de outros. Bakhtin, ao afirmar que todo discurso é um diálogo com o outro, nos permitiu perceber como as manifestações nos comentários não são isoladas, mas fazem parte de um complexo jogo de trocas argumentativas e disputas de significados.

Além disso, a contribuição de Sal Paz foi fundamental para entender as dimensões argumentativas que envolvem o comentário. Para ele, a construção de uma opinião, especialmente em um contexto digital, não se dá de maneira isolada, mas é sempre influenciada pelas opiniões alheias, sendo o comentário uma arena em que as vozes se encontram, se confrontam ou se reforçam mutuamente. Isso nos permitiu analisar não apenas as intenções dos enunciadores, mas também o impacto de suas palavras nas opiniões dos demais, destacando a função persuasiva e, muitas vezes, mobilizadora do gênero comentário.

Entretanto, para que a análise fosse eficiente, foi necessário estabelecer categorias que nos permitissem organizar e classificar as diversas formas de argumentação presentes nos comentários, já que o vídeo brasileiro possui seiscentos e dezoito comentários e o argentino, duzentos e quinze, o que impossibilitaria a análise de cada um individualmente. Essas categorias foram apresentadas ao longo do trabalho, juntamente com a descrição do processo de seleção dos comentários que compõem o *corpus* de análise, com o objetivo de reduzir o número de comentários e permitir uma análise detalhada e no tempo hábil.

A conclusão que podemos tirar dessa análise é que a linguagem, como reflexo da sociedade, se torna um campo de disputas onde as transformações não são apenas linguísticas, mas também culturais e políticas. A resistência à Linguagem Inclusiva, seja no Brasil ou na Argentina, está profundamente entrelaçada com questões de identidade, poder e pertencimento, e o que está em jogo não é apenas a linguagem em si, mas a forma como ela reflete e perpetua as estruturas sociais e culturais. A linguagem se configura como um palco de disputas onde interesses sociais, políticos e culturais se entrelaçam, e a resistência ou adesão à Linguagem Inclusiva está, muitas vezes, ligada a uma tentativa de preservar ou contestar as normas que sustentam um determinado modo de ser, de agir e de se comunicar na sociedade.

Finalizo, então, esta dissertação com uma visão mais amadurecida sobre o papel que a Linguagem Inclusiva desempenha na sociedade, onde a união entre linguagem, sociedade e identidade está intrinsecamente ligada. Ao refletir sobre os discursos que foram analisados, torna-se evidente que os adjetivos depreciativos com os quais a Linguagem Inclusiva foi rotulada em alguns comentários expostos no *corpus*, como "feia", "difícil", "desnecessária",

"irrelevante" e "ridícula", não se referem apenas à forma linguística em si, mas, de maneira mais profunda, às pessoas que ela busca incluir. Como observa Charaudeau, quando falamos, estamos também estruturando a representação do mundo que estamos apresentando ou impondo ao interlocutor. Com isso, passo a ter uma visão mais acolhedora em relação à Linguagem Inclusiva, reconhecendo sua importância e a legitimidade de sua existência no contexto das lutas sociais contemporâneas.

Compreender a Linguagem Inclusiva é, antes de tudo, entender que a luta da comunidade LGBTQIAPN+ é um processo contínuo e multifacetado, uma batalha que ocorre não apenas no campo político, mas também nas esferas mais sutis e cotidianas da comunicação. A partir dos conceitos de argumentação de estudiosos como Ruth Amossy e Patrick Charaudeau, fui capaz de compreender o funcionamento dos discursos que permeiam o nosso dia a dia, revelando como cada interação é simultaneamente uma troca e uma construção. Esse processo discursivo, no qual as palavras geram efeitos tanto sobre os sujeitos que as emitem quanto sobre aqueles que as recebem, se reflete diretamente nas redes sociais e nos comentários analisados.

O gênero comentário, como objeto de análise, provou-se de extrema relevância, refletindo não apenas as dinâmicas discursivas contemporâneas, mas também o impacto dessas manifestações nas redes sociais, onde os discursos ganham eco e repercussão imediata, moldando a opinião pública e as identidades coletivas. O desenvolvimento desta pesquisa ampliou minha compreensão do mundo do discurso, convidando-me a explorar as complexidades das dinâmicas linguísticas e suas implicações no cotidiano. O conhecimento adquirido ao longo deste processo reverberará, sem dúvida, em diversos contextos da minha vida acadêmica, profissional e pessoal. A Análise do Discurso se revelou uma ferramenta transformadora e, ao concluir este trabalho, posso afirmar que ela me cativou de maneira irrevogável.

O desejo de seguir explorando as questões LGBTQIA+, especialmente no que tange à linguagem e ao discurso, me motiva a aprofundar meus estudos no doutorado, com o intuito de me especializar cada vez mais em um campo que se mostra essencial não apenas para as ciências humanas, mas também para a sociedade como um todo. Com este *corpus*, surgiu o interesse em analisar as construções discursivas presentes nos comentários que apoiam a utilização da Linguagem Inclusiva. Embora sejam menos frequentes, é possível perceber, ao ler esses comentários, que o discurso vai além daquilo que é expresso na escrita. Mesmo em um número reduzido de comentários, pode-se encontrar um discurso poderoso.

Se, como retrata Sal Paz, a opinião se constrói com a opinião, hoje me sinto apto a opinar sobre a Linguagem Inclusiva e as Identidades LGBTQIAPN+ de uma maneira mais madura e consciente do que antes. Ao longo dessa jornada, aprendi que a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas uma forma de resistência, de afirmação, de transformação e constante aprendizado.

REFERÊNCIAS

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Supremo Tribunal Federal, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6292373>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

ÁLVAREZ. de Miranda, P. *El género y la lengua*. Madrid: Turner Publicaciones, 2018.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p.129-144, nov. 2011.

AMOSSY, Ruth. **Argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2020. (OK - Livro)

AMOSSY, Ruth. Entrevista concedida a Alejandra Vitale. 2017. Revista Conexão Letras.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora Ltda, 2006. Capítulo: Os gêneros do discurso. (Ok - Livro)

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance (1934-35). In: **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance**. Trad. Carlos Vogt e Eny Orlandi. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988]. p. 71-164.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929].

BARBOSA, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org). **Linguagem "Neutra": Língua e gênero em debate**. São Paulo: Parábola Editorial. (OK - Livro)

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 2006. (Ok - Livro)

Boletín Oficial de la República Argentina. Legislación y Avisos Oficiales. Resolución 900/2020. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/236297/20201020>. Acesso em 08 de fevereiro de 2024.

BOLÍVAR, A. The structure of newspaper editorial. In: COUTHARD, M. (Ed.). **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994. p. 276-294.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. (Ok - Livro)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** [Gender trouble: feminism and the subversion]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. "Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática". In: **[Revista DiadorimRevista Diadorim]**, Rio de Janeiro, Volume 10, dezembro de 2011. <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v10n0a3932>

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato (Orgs.). **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010. p. 57-78.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado Ed., 1978.

COELHO, Izete Lehmkohl et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

DAMASCENO, Lucas. Pensando a relação entre língua e identidade a partir da linguagem não-binária. **VaiUmLinguistaAi**. Ouro Preto, 19 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://eivaiumlinguistaai.ufop.br/pensando-a-relacao-entre-lingua-e-identidade-a-partir-da-linguagem-nao-binaria/>>.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/g%C3%A9nero#:~:text=Conjunto%20de%20propriedades%20a,tribu%C3%ADdas%20social,rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20sexo%20dos%20indiv%C3%ADduos.> Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAG, Raquela. **Não existe linguagem neutra! Gênero na sociedade e na gramática**. São Paulo: Contexto, 2024. (OK - livro)

FIGUEIREDO, Camilla; MALVEZZI, Paulo. *Brasil tem 34 projetos de lei para impedir uso da linguagem neutra*. Diadorim, 18 dez. 2021. Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2021/12/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

FISHMAN, Joshua. *Sociología del lenguaje*. Madrid: Cátedra, 1979 [1972].

Hand Talk. Linguagem neutra: o que é, exemplos, problemas e soluções. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/linguagem-neutra-e-acessibilidade/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

HYMES, Dell. "On communicative competence". In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (eds.).

Sociolinguistics. Harmondsworth: Penguin, 1972.

JORNAL DA UNESP. Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil. Publicado por Marcos do Amaral Jorge em 12 de novembro de 2021. Disponível em:
<<https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAMBERTUCCI, Constanza. *Milei anuncia la prohibición del lenguaje inclusivo y de “todo lo referente a la perspectiva de género”*. **El País**. Buenos Aires, 27 de fevereiro de 2024. Disponível em:
<<https://elpais.com/argentina/2024-02-27/milei-anuncia-la-prohibicion-del-lenguaje-inclusivo-y-de-todo-lo-referente-a-la-perspectiva-de-genero.html>>.

LA NACION. Larreta regula el uso del lenguaje inclusivo en las escuelas porteñas. YouTube, 10 de junho de 2022. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=X3ewUDMr7nI&t=19s>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

Lei ordinária nº 5.123, de 19 de outubro de 2021. Disponível em:
<https://sapl.al.ro.leg.br/norma/9987#:~:text=Estabelece%20medidas%20protetivas%20ao%20direito,ensino%2C%20na%20forma%20que%20menciona>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024. Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

LERAY, Wallace. Aoi Berriel é a primeira pessoa não-binária do Rio a mudar certidão de nascimento. **CATRACALIVRE**. 21 de setembro de 2020. Disponível em:
<https://catracalivre.com.br/cidadania/aoi-berriel-e-a-primeira-pessoa-nao-binaria-do-rio-a-mudar-certidao-de-nascimento/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2024.

MACHADO, Ida. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiolinguística. **Letras & Letras**, Uberlândia, n. 22, v. 2, p. 13-21, 2006.

MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. O discurso propagandista: uma tipologia. In: **ANÁLISES DO DISCURSO HOJE**, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010. p. 57-78.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 17-36.

MAZZARO, Daniel. **PERFORMATIVIDADES GAYS: um estudo na perspectiva brasileira e argentina**. 2016. Tese (Doutorado em Análise do Discurso) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Argentina. Lenguaje inclusivo: Guías y recomendaciones oficiales para una comunicación con perspectiva de género. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/justicia/derechofacil/lenguaje-inclusivo>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2024.

MONEREO FONT, C. (coord.). *Internet y competencias básicas: aprender a colaborar, a comunicarse, a participar, a aprender*. Barcelona: Graó, 2005.

PAZ, Julio Cesas Sal. **Comentario digital: género discursivo de los nuevos medios**. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias e perspectivas*. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 411–432, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/hXTqjbmGQktmD5TDqrDDpbf/>. Acesso em: 17 de abril de 2024.

PODER EJECUTIVO NACIONAL (P.E.N.). Decreto nº 476, de 21 de julho de 2021. Registro Nacional de las Personas. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-476-2021-352187>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Redação Terra. Linguagem neutra: o que é, exemplos e desafios. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/paradasp/linguagem-neutra-o-que-e-exemplos-e-desafios,0641179db09131bdb6bbc231946c10eqfuz2xye.html>. Acesso em: 12 de abril de 2024. Publicado em 8 de junho de 2023.

RONDÔNIA. Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Lei ordinária nº 5.123, de 19 de outubro de 2021. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/9987>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27. Disponível em: <<https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html#nb1>>. Acesso em 05 de maio de 2024.

Real Academia Espanhola (RAE). Diccionario de la lengua española. Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero%20?m=form>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SEVERO, Cristine Gorski. Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor Leste. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 11, p. 95-113, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982011000100006>

SILVEIRA, Regina. Retórica antiga e nova retórica: Chaïm Perelman e os sofistas. **Reflexão**, Campinas, v. 31, n. 89, p. 75-82, jan./jun. 2006. Disponível em: file:///C:/Users/vicen/Downloads/3101-Texto%20do%20Artigo-6667-7063-10-20150708.pdf. Acesso em 05 de maio de 2024.

TARALLO, Fernando. **Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

TOULMIN, Stephen E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge, 1958
[**Os usos do argumento**. 2.ed. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006].

UOU. Linguagem neutra: Preservação da língua portuguesa tem de ser prioridade em debate, diz Josias. YouTube, 10 de fevereiro de 2023. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=H2CKSRkis40&t=1s>. Acesso em 13 de maio de 2023.

VALLE, Leonardo. Especialistas esclarecem 16 dúvidas sobre a linguagem neutra. Disponível em:
<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/especialistas-esclarecem-16-duvidas-sobre-a-linguagem-neutra/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

WIKIPÉDIA. Gênero. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/G%C3%A9nero>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Wikipédia. Linguagem neutra de gêneros gramaticais. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Linguagem_neutra_de_g%C3%AAneros_gramaticais. Acesso em: 14 de abril de 2024. Última edição em 2 de abril de 2024.